

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**MARCO ANTONIO BALDIN**

***O CARDEAL LEME E A CONSTRUÇÃO DA ORDEM POLÍTICA CATÓLICA  
(1930-1942)***

**FRANCA  
2014**

**MARCO ANTONIO BALDIN**

***O CARDEAL LEME E A CONSTRUÇÃO DA ORDEM POLÍTICA CATÓLICA  
(1930-1942)***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, como requisito para a obtenção do título de doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura Social.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel

FRANCA  
2014

Baldin, Marco Antonio

O cardeal Leme e a construção da ordem política católica (1930-1942) / Marco Baldin. – Franca: [s.n.], 2014. 159 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel.

1. Igreja Católica – Brasil – História . 2. Autoritarismo

**O CARDEAL LEME E A CONSTRUÇÃO DA ORDEM POLÍTICA CATÓLICA  
(1930-1942)**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, faculdade de Ciências Humanas e Sociais, como requisito para a obtenção do título de doutor em História.  
Área de Concentração: História e Cultura Social.

**BANCA EXAMINADORA**

PRESIDENTE:

---

Dr. Ivan Aparecido Manoel

1º EXAMINADOR: \_\_Prof. Dr. José Carlos Garcia de Freitas UNESP,  
FRANCA\_\_\_\_\_

—

2º EXAMINADOR: Profª Drª Sylvana Brandão Aguiar,  
UFPE\_\_\_\_\_

3º EXAMINADOR: Profa. Dra. Karina Anhezini de Araújo ,UNESP -  
FRANCA\_\_\_\_\_

4º EXAMINADOR: Prof. Dr. Áureo Busetto UNESP,  
ASSIS\_\_\_\_\_

## *DEDICATÓRIA*

Em memória de Sr. Torre, dona Ana, dona Haydée, dona Alice,  
Sr. Calixto e Joaquim, católicos a seu modo e no seu  
tempo.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi feito a conta-gotas. No mais das vezes, sob a inspiração do longo silêncio das noites. Pesquisar é um ato solitário. Essa é também uma verdade relativa, pois solitárias foram apenas as noites do escrevinhador, ancorado no remanso da presença de todos aqueles que diretamente participaram do nosso trabalho. Sou imensamente grato a todos, apesar da injusta condição de não citá-los inteiramente.

Quero expressar especial agradecimento ao meu orientador, Professor Dr. Ivan Aparecido Manoel pela dedicação à pesquisa histórica, à educação, seu espírito de humanidade, a maneira digna de tratar a tudo e a todos. O apreço e o carinho da sua amizade inspiram - nos a continuar a construir pontes de vida;

À Daniela, minha irmã, pela dedicação que sempre a definiu, nos momentos mais difíceis pelos quais passamos. Sua presença tornou-se alento indispensável para que este trabalho se realizasse;

Ao amigo Carlos Alberto, instigador, crítico e solidário em todos os anos pelos quais forjamos alquimicamente nossa amizade, fortalecendo-nos frente às difíceis sombras pelas quais passamos;

A meu grande amigo e irmão Lucas Aparecido Costa que, desde os primeiros passos do doutorado, nos unimos na mais sincera e difícil tarefa de pesquisarmos os muitos arquivos de Petrópolis, Rio de Janeiro e São Paulo. Selamos uma amizade que, com convicção, será cada vez mais madura e enriquecedora. Agradeço à família Costa o carinho e a dedicação: à dona Corina, sr. João, Tati, Elaine, Mateus;

Agradeço especialmente ao padre Jamil Nassif Abib pela disposição de me permitir pesquisar em seu arquivo particular, em Rio Claro;

A meus amores de paixão, Amália, Érika e Daniel pelo apoio e compreensão para este visionário, graças a um profundo, imenso e calculado desregramento de todos os sentidos;

Aos funcionários da Unesp de Franca pela dedicação e atenção. Agradeço imensamente a todos na pessoa da querida Maísa, da pós-graduação;

Aos funcionários do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro pela dedicação e atenção: Paulo, Márcia e à querida Sílvia;

Ao Sr. Miranda e à Roseane do Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro, pela atenção e amizade. Os arquivos secretos do Itamaraty de Brasília são um grande mistério, como tudo nesse imenso paraíso tupiniquim;

Ao Munir, Marta e Velmara pelo apoio e dedicação no trabalho de digitação, correção, impressão;

Aos amigos da trajetória inicial. Sempre acreditávamos que haveria um fim. Pois bem, no fim nos reconhecemos na grande aventura que é a vida: Humbertinho, Roberto, Tupi, Cidinha, Olavo, Ida, Vincenzo, Magna, Mané, Cláudia, Divino, Jocélia; À sr<sup>a</sup> Modesta do Centro Dom Vital do Rio de Janeiro. Sua ajuda na paciência dos cafezinhos das tardes quentes do Rio foi vital. Mas, quentes mesmo foram as informações sobre o Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro, despedaçado pela ignorância, dividido no Seminário São José;

Ao padre Francisco, da Paróquia de Santa Teresinha de Ribeirão Preto, pelo apoio e motivação nos estudos e na dedicação às causas sociais;

À FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo financiamento e pelas orientações nos rumos desta pesquisa.

Aos que, temerosos, defendiam uma pura e simples obediência à autoridade manifestada pela simples comunicação dos textos sagrados, disse *Santo*

*Tomás de Aquino:*

“Certamente, a golpes de autoridade, sustentareis a verdade, mas a conduzireis com as cabeças vazias.”

“O Homem erra enquanto vive”

(Goethe)



## RESUMO

BALDIN, Marco. **O cardeal Leme e a construção da ordem política católica (1930-1942)**. 2014. 149 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

A configuração do catolicismo no começo do século XX no Brasil teve como objetivo dar à Igreja um caráter eminentemente político. Tanto é assim que o termo catolicismo passou a vigorar como sinônimo de luta política. O católico destoa do cristão para secularizar a Igreja, engajando-a numa ação para além do campo religioso, centro dessa tese. Pela primeira vez na história do Brasil, os católicos foram organizados para lutarem por seus direitos políticos de maneira coletiva. No Rio de Janeiro, o cardeal Sebastião Leme (1930-1942) – objeto dessa tese - dotou a Igreja de suportes institucionais, como o Centro Dom Vital, para pôr em prática a ação da comunidade católica nas ruas. A Igreja seria um ator político, mesmo contrariando as intenções dos seus adversários, principalmente os homens do poder. Mesmo não sendo um partido político, ela se constituiu de órgãos políticos extraoficialmente para interferir diretamente nas decisões majoritárias do país, acarretando riscos aos donos do poder que, por medo de perderem as rédeas do jogo, tiveram de alojar a Igreja ao patamar de auxiliar do poder secular em plena Era Republicana. Viria desse medo a somatória de esforços para se criar o Colégio Pio Brasileiro em Roma, cinemas católicos, Banco católico, Caixas Assistenciais, multiplicação de escolas católicas, associações diversas, como por exemplo a União Católica dos Militares, os Círculos Operários Católicos. Surgia, com um arcabouço sordidamente forte, a prática e o pensamento católicos a moldar cidadãos católicos, soldados católicos, estudantes católicos, juristas católicos, operários católicos, direitos católicos, brasileiros católicos. Apesar do Estado não se curvar ao imperativo de ser católico, reforçou sua vocação autoritária e cada vez mais distante da sociedade, dando sentido à trajetória histórica do Brasil. Três capítulos definem este trabalho: no primeiro, traço uma tipificação histórica do catolicismo no começo do século XX; no segundo, sua ação ou como ele se projetou na realidade brasileira desse período; no terceiro, sua política pastoral como pastoral política.

**PALAVRAS-CHAVE:** cardeal Leme, política, catolicismo, Estado, Governo Vargas, Igreja Católica, Estado Novo, autoritarismo

## ABSTRACT

. At the beginning of the twentieth century in Brazil, the configuration of Catholicism aimed to lend the Church a highly political character, so much so that the term "Catholicism" became synonymous with political struggle. Clashing with Christians, Catholics secularized the Church, engaging it in an action beyond the religious field, which is the main topic of this study. For the first time in the history of Brazil, Catholics were organized to fight for their political rights collectively. In Rio de Janeiro, Cardinal Sebastião Leme (1930-1942), which is the subject of the present work, had provided the Church with institutional support such as the *Centro Dom Vital*, in order to put the action of the Catholic community in the streets into practice. The Church would be a political actor, even though this hindered the intentions of its opponents, especially powerful men. Despite the fact it was not a political party, the Church was unofficially made up of political organs that directly interfered with the major decisions in the country, menacing the authority of influential people, who started fearing their leadership could be at risk and had to concede the Church a position of assistant to the secular government in the midst of the Republican Era. This fear would originate the creation of the Pius Brazilian Pontifical College in Rome, Catholic cinemas, the Catholic Bank, welfare assistance funds, Catholic schools and several associations such as the Military Catholic Union and the Catholic Worker Circles. The Catholic practice and thought would arise with a solid framework and thus shape Catholic citizens, Catholic students, Catholic soldiers, Catholic lawyers, Catholic rights, Catholic workers, Catholic Brazilians. Despite the fact that the State did not become Catholic, its authoritarian vocation and indifference towards society became stronger, which explains the political trajectory of Brazil. Three chapters compose the present work: in the first one, a historic typification of Catholicism at the beginning of the twentieth century is outlined; the second one describes its action and how its influence spread over the Brazilian reality of the time; in the third one, its pastoral politics as a political pastoral is discussed.

**KEY WORDS:** Cardinal Leme, politics, Catholicism, State, Vargas government, Catholic Church, Estado Novo period, authoritarianism.

## RÉSUMÉ

La configuration du catholicisme au début du XXe siècle au Brésil visait donner à l'église un caractère éminemment politique. Tant et si bien que le terme catholicisme est devenu synonyme de lutte politique. Les catholiques prennent de la distance des chrétiens pour séculariser l'Eglise, en l'engageant dans une action outre le champ religieux, sujet phare de cette thèse. Pour la première fois dans l'histoire brésilienne, les catholiques furent organisés pour lutter pour leurs droits politiques de manière collective. A Rio de Janeiro, le cardinal Sebastião Leme (1930 -1942) – objet de cette thèse - donna à l'Église des supports institutionnels, tel le *Centro Dom Vital*, pour mettre en œuvre l'action de la communauté catholique dans les rues. L'Église serait un acteur politique, même étant contraire aux intentions de ses adversaires, particulièrement certains hommes au pouvoir. Bien que pas un parti politique, elle s'est constituée des répartitions politiques officieuses afin d'intervenir directement dans les décisions majoritaires du pays, entraînant des risques aux hommes au pouvoir qui, de peur de perdre le commandement ont dû accueillir l'Église au palier d'auxiliaire du pouvoir séculaire en pleine ère républicaine. De cette peur, il apparaîtrait l'ensemble de forces pour créer le Pieux collège brésilien à Rome, des salles de cinémas catholiques, la Banque catholique, des caisses d'assistance, la multiplication d'écoles catholiques, des associations diverses, comme *l'Union catholique des militaires* et les Cercles catholiques d'ouvriers. Il survenait, avec sa sordidement forte charpente, la pratique et la pensée catholiques façonnant citoyens catholiques, soldats catholiques, étudiants catholiques, juristes catholiques, ouvriers catholiques, droits catholiques, brésiliens catholiques. Même si l'État n'a pas cédé à l'impératif d'être catholique, il a renforcé sa vocation autoritaire et de plus en plus éloignée de la société, donnant du sens à la trajectoire historique du Brésil. Trois chapitres définissent ce travail : le premier dessine une caractérisation historique du catholicisme au début du XXe siècle ; le deuxième, son action ou comment il s'est projeté dans la réalité brésilienne de cette période ; le troisième, sa politique pastorale en tant que pastorale politique.

MOTS CLÉS: cardinal Leme, politique, catholicisme, État, Gouvernement Vargas, Église catholique, État Nouveau, autoritarisme.

## ABREVIATURAS

AC	Ação Católica
ACMRJ	Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro
AHIRJ	Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro
CPDOC-FGV	Centro de Pesquisa e Documentação – Fundação Getúlio Vargas
IHGBRJ	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro
LEC	Liga Eleitoral Católica
AHMR,RJ	Arquivo Histórico do Museu da República – RJ
AHExB	Arquivo Histórico do Exército Brasileiro - RJ

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 TEMPOS MODERNOS EM MUNDOS CONSERVADORES.....</b>	<b>21</b>
1.1 A Igreja Católica no Brasil no início dos anos 1920.....	22
1.2 Dom Sebastião Leme: arquiteto da diplomacia católica.....	39
1.3 O catolicismo conciliador: o catolicismo político.....	59
<b>CAPITULO 2 A AÇÃO CATÒLICA COMO APOIO AO AUTORITARISMO....</b>	<b>86</b>
2.1 A Liga Eleitoral Católica: projeto de poder político católico..	87
2.2 Uma pedra no caminho: Sobral Pinto.....	98
<b>CAPITULO 3 O CATÓLICO COMO AGENTE DA SANTA SÉ NO BRASIL....</b>	<b>106</b>
3.1 Catolicização do católico.....	107
3.2 O Estado é Cristão?.....	113
3.3 Pastoral política e política pastoral.....	114
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>129</b>

*INTRODUÇÃO*

---

Imaginar que um pontífice da Igreja Católica fosse renunciar em pleno século XXI, numa época de paz mundial aparente, um clima de serenidade, principalmente nos países ricos, apesar da turbulência do mercado financeiro, uma perspectiva de futuro incerto, porém promissor aos negócios, causaria surpresas. Este contraste entre a tranquilidade do mundo e o incêndio que se segue na Santa Sé, esmagando sua frágil grandeza, leva-nos a pensar que até esta instituição representante da estabilidade eterna, posto ser representante de Deus, revela limites, em função de fracassadas decisões que o papa Bento XVI pensava serem profícuas, vê-se impotente diante dessa grande engrenagem que é a Cúria Romana.

A renúncia do papa foi a sua única grande reforma, disse o escritor Marco Politi<sup>1</sup>. Há por dentro dos subterrâneos da cidade do Vaticano um cisma patente. A renúncia suscita um significado forte de dessacralização da cadeira de São Pedro. Se a voz dissonante do papa Pio IX, diante de um mundo europeu do século XIX quase que completamente indiferente à sua palavra, pensemos naquilo que pode mudar nas estruturas da Cúria Romana atual a partir dessa renúncia. Os poderes de Deus andam em baixa pelos lados da Santa Sé.

No Brasil dos anos de 1920 e 1930 a Igreja Católica se viu também numa encruzilhada frente às crises constantes do poder de Roma que se preparou para se reerguer a partir da América do Sul, principalmente, trazendo em seu seio o germe de um catolicismo cujo rosto não se modificara em nada daquilo que havia sido na Europa do século XIX. Além disso, prorrogava sua agonia dando continuidade às mesmas diretrizes doutrinárias, mesma formação teológica do clero, mesmo pensamento em relação àquilo que estava na frente de si, isto é, o mundo moderno, as ciências, o avanço da técnica, da imprensa, da indústria, porque não dizer, da filosofia, liberta do jugo escolástico. Os respingos dessa atmosfera se espalhavam rapidamente no Brasil. Uma oposição organizada a acabar com o peso de influência do clericalismo na trajetória histórica do país, pôs-se em marcha. O jogo de poder fora tão evidente que a Igreja Católica no Brasil se viu obrigada a buscar refúgio nos braços do mesmo Estado que a havia oprimido no padroado. Nos anos de 1920, Sebastião Leme é indicado pela Cúria Romana para assumir a arquidiocese do Rio de Janeiro na condição de arcebispo-coadjutor, já com direitos de suceder ao cardeal Arcoverde, muito doente. A partir disso, começa sua trajetória de negociador

---

<sup>1</sup> apud TEIXEIRA, Faustino. Rasgar os corações para reinventar a Igreja, **Boletim Rede de Cristãos**, ano XXI, nº242, fevereiro 2013, Petrópolis, RJ.

de uma reaproximação entre Igreja e Estado que iria culminar na adesão e apoio ao Estado Novo, em 1937, colocando a Igreja numa situação de submissão quase que completa ao regime.

A ideia que se apresenta neste trabalho vai na direção de explicar como o cardeal Sebastião Leme procurou construir um arcabouço estrutural dentro da instituição, buscando primeiramente sua autonomia, através de discursos representativos do povo brasileiro, de maioria católica, e da criação de instâncias ou órgãos que arregimentassem boa parte da população para uma militância em prol do fortalecimento da Igreja, como também o plasmar de uma consciência católica diferenciadora dos demais, no sentido de ser exclusivamente um sujeito guiado pela convicção da salvação da alma e da cristianização da sociedade brasileira. Assim, o objeto dessa tese se desdobra na atuação do cardeal Leme para construir substancialmente uma rede, primeiramente social, simultaneamente a essa, uma rede política de ação dentro da arquidiocese do Rio de Janeiro, lugar no qual concentramos este trabalho.

Com o objetivo pronto de levar avante um plano de fortalecimento do catolicismo, o cardeal, desde o início dos anos de 1920, procurou criar mecanismos de formação católica para incrementar o militante e prepará-lo para lutar pelo predomínio da ideia de catolicismo que não se restringia à esfera religiosa, mas agia primordialmente nas esferas política e social com o intuito de se apossar de um espaço que lhe pertencia desde a origem do Brasil, segundo a concepção do cardeal. Houve deliberada decisão para evitar contaminação partidária nos órgãos internos da Igreja, mas os próprios prelados brasileiros, inclusive e principalmente o cardeal Leme, acabaram se envolvendo em artimanhas, intrigas partidárias e conflitos contra membros do Estado, grupos anticlericais e até mesmo entre si, como foi o exemplo das divergências entre Jonathas Serrano e Jackson de Figueiredo para traçar uma linha mais aberta às causas sociais, ou, no caso dos representantes afinados ao cardeal Leme, uma linha de proteção e blindagem da Igreja, sempre preocupada mais com sua sobrevivência. A ideia central, aqui, se dispõe a traçar o caminho no qual o catolicismo como religião se desprende pragmaticamente de sua matriz de religião cristã e passa a ser concebido como um prolongamento de uma espécie de partido político, agindo como tal, negociando espaços vitais, posições em cargos públicos, impondo-se à sociedade como legitimador e garantidor da continuidade, da estabilidade, enfim, da ordem.



Este modo híbrido de agir do cardeal Leme, entre discursar à multidão, desafiando o poder e, de outro lado, nos bastidores, submeter-se aos donos do mesmo poder, revela a dificuldade de pensar seu papel de homem político e homem de fé. Para fundamentarmos esta dicotomia, valemo-nos das reflexões de P. Bourdieu<sup>2</sup> basicamente, em dois conceitos, *Habitus* e campo. Vemos que o cardeal se dividia entre ser líder espiritual e líder político, recebendo até convite para se candidatar ao cargo de Senador, feito pelo Presidente da República, Artur Bernardes.

*Habitus* vem ao encontro das peripécias do cardeal em construir redes de relações, usando o peso religioso de seu cargo, e conquistar novos espaços vitais, construí-los às vezes, tentar impedir que outras redes se formassem, enfraquecendo a Igreja. Ao mesmo tempo, *Habitus* é uma ação prática e a compreensão, percepção, avaliação e apreciação das práticas dentro ou fora das redes. Outro conceito de Bourdieu é o de “campo religioso”<sup>3</sup>. Expressa-se onde os indivíduos estão imersos e travam suas batalhas. Este seria o campo do microcosmo, semelhante a outros, como o literário, o artístico, o jurídico, o científico, que está dotado de leis próprias. Já, em outro extremo, temos o macrocosmo, cujas leis se impõem ao microcosmo, mas restando a este último certa autonomia. É o caso, por exemplo, das injunções da Santa Sé sobre as orientações pastorais de Dom Leme, mas também principalmente, das interferências políticas, sua obediência, a qual estava sujeito pelos votos de ordenação sacerdotal. Isso não o impediu de ficar do lado dos prelados brasileiros que terminantemente se recusaram a aceitar uma concordata com o Governo brasileiro. Ou então, ter de fazer acordos pessoais com Vargas num momento em que o Presidente da República se torna ditador. Tem-se a pressão da ética de Sobral Pinto, questionando o cardeal das razões que o fizeram rasgar literalmente o estatuto da Ação Católica para atender ao pedido do ditador, que o apoiasse integralmente.

Por outro lado, falando agora da estrutura do trabalho assim disposto, acrescento a informação de que não quis deliberadamente discutir aspectos ligados à educação. Fiz assim por pensar que muitos trabalhos já refletiram profundamente sobre o tema. Ademais, escolhendo o viés do catolicismo político – que não era meu objeto inicial do projeto de pesquisa, cujo teor discorreria acerca da Confederação

---

<sup>2</sup> BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983

<sup>3</sup> BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: ed. Unesp, 2004, p. 20-21

Católica Feminina - já encaminharíamos para um referencial difícil de conciliar aos sabores da área da educação, isto é, o referencial político. Antes de tratar deste, quero salientar que dei prioridade às fontes documentais na pesquisa dos arquivos, essas ligadas à área de correspondências, tentando buscar, com isso, os subterrâneos (por inspirarem ações do clero às escondidas) das relações de poder tanto dos personagens eclesiásticos quanto dos personagens públicos, individualmente ou coletivamente.

Quanto então aos referenciais políticos vali-me das reflexões de J. Julliard, de Márcia D'alessio e Aline Coutrot. Partindo do referencial teórico político, articula-se o religioso e o político presentes na produção de identidades intelectuais e de manifestações coletivas de interesses, como também se tangencia os sistemas de representações que conferem sentido a tais identidades e interesses.

Tendo em vista a importância dessas bases doutrinárias que se enraizaram na sociedade durante o período analisado, afiguram-se conceitos que se ajustavam às pretensões eclesiásticas. O conceito de catolicismo se diferenciava do cristianismo. Enquanto esse último se refere diretamente à doutrina, à fé e ao cuidado que definem as regras e preceitos religiosos, o ser católico – ou mais precisamente a catolicidade – diz respeito ao agente político, ao militante, à força e ao ímpeto com que se articulavam os termos prática e representação. A rigor, o ser católico explicita o conceito de autocompreensão da Igreja. É em função da autocompreensão que se costuram esses conceitos, além de outros essenciais, - catolicismo e cristianismo – e que faz emergir um novo personagem coletivo no país - o católico - não para romper com a ordem, de pronto, estabelecida, mas para reforçá-la. Aqui se fazem presentes os conceitos de permanência e continuidade, corroborando o significado de ser católico límpido, que deveria sobrepujar o sindicalista, o intelectual e, contraditoriamente, o político profissional.

Julliard dá uma definição bastante significativa de história política. Considera-a como forças em ação que não compreendem apenas o 'pessoal político', mas os diversos círculos concêntricos (partidos políticos, organizações religiosas etc)<sup>4</sup>. O real histórico se faz de estruturas, conjunturas, continuidades, permanências. Eles se mesclam para comporem a base do real, cabendo ao historiador o papel de relacionar os fragmentos da explicação no interior de uma

---

<sup>4</sup> JULLIARD, J. A política. In: LE GOFF, J. **História: novas abordagens**. Dir. J Le Goff e Pierre Nora. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988, p. 185

explicação “total”( entendido este total como a constituição de inúmeros elementos de um objeto analisado). D’Alessio diz que o processo de construção de ações acontece a partir das representações. As temporalidades vão se compondo feitas de múltiplas e diferentes dimensões da realidade que, por sua vez, são evocadas para que a trama histórica apareça.

A política é, para D’Alessio, o lugar por excelência onde ocorre a negociação dos interesses pessoais e grupais, que aparecem no social, prática na qual a persuasão tem papel fundamental<sup>5</sup>. A persuasão foi a arma de Dom Leme para cativar pessoas e trazê-las para o seu meio, seu campo, forjando, a partir daí, a ressignificação da compreensão e da ação dos personagens em campo. Exemplos não faltam. Fortalecer os laços entre patrões e operários seria uma forma de trazer o problema social para o campo da Igreja, tornando-a intermediária dos conflitos entre as partes. A ideia de que os operários aceitariam tal mediação da Igreja de forma passiva, desconsidera o fator surpresa e a diversidade de posições que cada operário nutria por esta benevolência eclesiástica.

Em Coutrot<sup>6</sup>, o católico se envolveria na política por determinação das orientações da comunidade de fé. No caso da Igreja do Brasil, o católico seria politizado pela Igreja para buscar direitos à religião, o que evidencia desdobramentos variados, como a perda de controle da hierarquia sobre candidatos católicos em potencial, por exemplo.

De outro ângulo, a estrutura do trabalho seguiu o caminho do catolicismo político em razão da construção de um aparato institucional eclesiástico totalmente voltado para dar vigor ao catolicismo nas suas esferas conceituais e institucionais como também no revigoramento de um simbolismo religioso romano, aplicados pela hierarquia. A revista *A Ordem*, o jornal *A União*, a *Rádio Vera Cruz*, os artigos nos jornais, o *Instituto Católico de Estudos Superiores*, logo transformado em Universidade, e, o principal de todos, o *Centro Dom Vital*, unificados para travar uma guerra política, sob roupagem religiosa, contra os liberais, maçônicos, anticlericais em geral, positivistas, protestantes, espíritas, comunistas, como também contra um clero predador, na sua maioria arremido à disciplina, quedante de seus particularismos materiais. Por que a Igreja precisou se reaproximar do Estado brasileiro - uma

---

<sup>5</sup> D’ALESSIO, M. Mansur. Práticas historiográficas; um estudo. In: MALATIAN, T.; LEME, M. S.; MANOEL, I. A. (orgs.), **As múltiplas dimensões da política e da narrativa**. Franca (SP): Unesp, 2003, p. 188-195

<sup>6</sup> COUTROT, A. Religião e política. In: Remond, R.(org.) **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p.345

relação humilhante no período monárquico – e usar uma agressividade regada a dogmas simplistas e, muitas vezes, anacrônicos frente a personalidades públicas, reconhecidas por ela mesma como agnósticas, indiferentes à história salvífica, vivendo a seu modo numa temporalidade que se autoconduzia pelo progresso, pela pujança da modernidade, da postura – digamos até certo ponto arrogante – de se bastarem a si mesmas, motivo de crítica constante da hierarquia?

Essa questão está intimamente vinculada à tese. Procurou-se respondê-la, reconstituindo traços da atuação do cardeal Leme, revelando, de maneira aproximativa, sua pessoa dentro de um cargo da mais alta relevância, do ponto de vista eclesiástico, seus percalços na administração de conflitos nacionais, locais, pois, na organização eclesiástica, - e este trabalho se situa no estudo da Igreja Católica Apostólica Romana – o bispo tinha jurisdição canônica apenas na sua diocese, cabendo ao cardeal pautar-se nos limites possíveis da coordenação da Igreja no país, adstrito ao núncio apostólico a quem devia obediência.

A interpretação de que a hierarquia brasileira seguia à risca os planos da Santa Sé para a Igreja do Brasil tem sua razão de ser quando se pensa na perspectiva das leis canônicas. Quando se entra no âmbito da política vista acima, a situação mudava a tal ponto que era impossível calcular até onde as reações advindas de decisões estratégicas de um arcebispo iriam parar. Na maioria das vezes, o cardeal ficava numa posição mediadora entre escapismos dos prelados e as exigências da nunciatura, cobradas veementemente pela Cúria Romana.

Cumprindo esse trajeto dispôs-se o trabalho em três capítulos. Deve-se salientar as dificuldades para reunir fontes desse período. Os documentos relativos ao cardeal Leme estão dispersos por todas as arquidioceses por onde passou. Mas os Arquivos dessas arquidioceses trazem muito pouco material específico sobre o cardeal e o período estudado. No primeiro, procuro fundamentar como se estruturou o catolicismo não apenas em termos conceituais, mas, concretamente, inserindo-se na realidade secular com o propósito de se constituir a religião com seu devido valor, segundo a visão da hierarquia. Seguiu a Igreja rumos refletidos das contendas europeias. Padre Júlio Maria seria um dos representantes no clero brasileiro da ideia de uma abertura da Igreja para diretamente atuar nas questões sociais, sem intervenções e relações com um Estado que, no começo do século XX, segundo ele, vivia à deriva de tudo, principalmente do povo e da Igreja. Dom Leme, em Pernambuco onde era arcebispo (1914-1920), pregava uma postura de guerra

contra o agnosticismo, o cientificismo e contra, principalmente, a indiferença dos próprios católicos, para ele, o problema maior da Igreja no Brasil. A postura de Dom Leme acabou prevalecendo, mas não sem os rústicos e tímidos arranhões críticos de intelectuais, mormente os do *Centro Dom Vital* que desejavam uma Igreja coerente à sua doutrina cristã, do respeito à condição justa de cada homem no mundo feito por Deus.

Nesse capítulo se delinea o conceito de católico dentro das circunstâncias específicas dos anos de 1920 e de 1930. O catolicismo desse período se compõe de misturas à brasileira: ele é sebastianista derivado das festas do Rei português ainda muito presente à época, cuja característica era a expectativa da sua volta para tirar o povo do sofrimento, um catolicismo das elites que deveria se limitar aos serviços espirituais e ascese íntima nas capelas, um catolicismo sem peso político por parte das autoridades hierárquicas romanas, mas um catolicismo guerreiro, político, negociador por parte das principais lideranças do episcopado brasileiro. Para Dom Leme, a *Ação Católica* seria o meio através do qual esse catolicismo se tornaria real. O que acabou acontecendo foi que o plano de organizar os movimentos católicos que sairiam às ruas para reivindicar massivamente seus direitos (os direitos da Igreja, diga-se) se frustraram no esvaziamento da participação masculina, mas forte no da feminina. O jeito foi utilizar as influências do cargo de cardeal para tentar buscar esses direitos.

No segundo capítulo busca-se mostrar como se deram as lutas visivelmente partidárias do catolicismo, visando as conquistas constitucionais por meio da *Liga Eleitoral Católica* e da influência pessoal de Dom Leme para tentar conquistar espaço católico.

No terceiro capítulo dispõe-se as injunções da Santa Sé, negociando independentemente do episcopado brasileiro suas benesses com o Estado Vargasista.

Sobre as obras que discutiram o catolicismo dentro do período analisado, destacam-se a de Thales de Azevedo<sup>7</sup>. Discute a carência de estudos sólidos sobre o catolicismo, mas isso nos anos de 1950. Analisa o catolicismo do ponto de vista sociológico numa perspectiva cultural. Depois de Azevedo têm-se os estudos dos

---

<sup>7</sup> AZEVEDO, T. **O catolicismo no Brasil**. Ministério da Educação e Cultura, s/l, 1955.

historiadores ligados à Igreja: José Comblin, Riolando Azzi<sup>8</sup>, Oscar Lustosa, Alberto Antoniazzi<sup>9</sup>, Pedro Ribeiro de Oliveira<sup>10</sup>, Oscar Beozzo<sup>11</sup>.

Há uma visão em comum desses autores. Eles discutem o catolicismo como religião numa angulação de cultura religiosa, além de sofrerem a influência da chamada teologia da libertação dos anos de 1960 e 1970, com grande ênfase na preparação de mudanças radicais que o Brasil estaria passando, na visão deles, o que justifica seus estudos, buscando no “popular” a razão para um engajamento político do laicato e do próprio clero. Portanto, não discutem historicamente as confabulações do catolicismo dos anos 1930. Apenas Beozzo discute questões históricas do catolicismo da época, mas se prendendo às tentativas de adaptação da Igreja na era Vargas. Seu enfoque se espelha nas estruturas e conjunturas da Igreja, não analisando como especificamente a hierarquia agiu politicamente para fortalecer o catolicismo.

Além desses autores, destaca-se também a obra de João Camilo de Oliveira Torres<sup>12</sup> e a de Antonio Villaça.<sup>13</sup> As obras em questão revelam o pensamento católico da época, mas sem trazer à baila documentação histórica daquele período para mostrar um catolicismo que saía de sua esfera religiosa e cultural para uma alçada política tanto no seu miolo jurídico quanto na instância social, fazendo-se sujeito historicamente ativo.

---

<sup>8</sup> AZZI, R.. O início da Restauração católica no Brasil: 1920-1930. **Síntese**. Rio de Janeiro, nº 11, v. IV, set/dez/1977 p. 73-101

<sup>9</sup> ANTONIAZZI, A. Várias interpretações do catolicismo popular no Brasil., **REB**, vol. 36, fasc. 141., março.1976, 82-94

<sup>10</sup> OLIVEIRA, P. R. de. Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro, **REB**, vol. 36, fasc. 141, março.1976, 131-141

<sup>11</sup> BEOZZO, J. O. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, B (Dir) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1984. T III, v. 4

<sup>12</sup> TORRES, João Camilo de O. **História das idéias religiosas no Brasil**. São Paulo: editorial Grijalbo, 1968

<sup>13</sup> VILLAÇA Antonio C. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1975

## *CAPÍTULO 1*

# *TEMPOS MODERNOS EM MUNDOS CONSERVADORES*

---

## 1.1 A Igreja Católica no Brasil no início dos anos de 1920

Confrontos, colaborações e privilégios. Em resumo, tem sido esta a história da Igreja Católica no Brasil. Este tripé de conceitos possui uma interdependência. Na maioria dos casos a Igreja exerceu um papel de colaboradora. Foi assim no período colonial no qual o padroado submetia a cruz à coroa. Foi assim também no Primeiro e Segundo Reinado. É evidente que esse longo período não se delineou de maneira harmoniosa, mas teve contestações e protestos. Para ficarmos apenas num exemplo, no Império existia um mecanismo oficial que concedia lugar aos padres dentro das Assembleias Provinciais. Era a chamada “Comissão Eclesiástica”<sup>14</sup>. Então o padre se fazia intermediário entre o Presidente da Província e a própria Assembleia, por conta das prerrogativas do padroado e das posições políticas que ocupava. O padre secretariava e aconselhava a Assembleia através da Comissão Eclesiástica. É possível imaginar os constantes embates e invectivas entre adversários provinciais e o papel de apaziguadores ou o de incendiários dos padres frente aos interesses muitas vezes contraditórios.

Por outro lado, havia confrontos. No mais das vezes, os confrontos possuíam uma fronteira tênue entre possíveis rupturas e reforços de consensos. Para Sérgio da Mata<sup>15</sup>, a religião pode ser vista como legitimadora de uma ordem social, como também contestadora de tal ordem. Tudo depende da situação dos atores sociais, daquilo que defendem e da “abertura hermenêutica de que um dado sistema religioso é capaz de proporcionar nesse sentido”.

Os confrontos patrocinados pela “Igreja”<sup>16</sup>, muitas vezes, fugiam do alcance da hierarquia eclesiástica e eram assumidos por figuras de destaque individual, como foi o caso de Frei Caneca na Revolução Pernambucana e na Confederação do Equador. Ademais, quase todas as revoltas sociais ocorridas na primeira metade do século XIX tiveram participação direta de parte significativa do clero católico, senão como tentativa de ruptura à ordem, pelo menos como protesto

---

<sup>14</sup> Cf. BALDIN, Marco A. **O Pacificador Beligerante**: Alberto José Gonçalves – Um padre na política paranaense da 1ª República (1892-1896). **Dissertação** (Mestrado em História) Franca: UNESP, 2006, p.58 ss. C.f. também a coleção *O clero no Parlamento Brasileiro*. Brasil. Congresso. Câmara de Deputados. Centro de Documentação e Informação. **O clero no Parlamento Brasileiro**. Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980.

<sup>15</sup> MATA, Sérgio da. **História e Religião**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 104-106.

<sup>16</sup> A Igreja não é um bloco monolítico. politicamente, ela se divide e se subdivide conforme o tempo, o lugar e as circunstâncias.



ou contestação da mesma.

Uma vez proclamada a República no Brasil a Igreja se vê na iminência de reverberar ao novo Governo sua insatisfação e desespero frente à possível destituição de sua posição privilegiada de religião oficial. Inicia-se ali uma luta encarniçada e intensa nos bastidores das lideranças do movimento republicano para salvaguardar seus privilégios. Acontece que essa Igreja, dotada de um hùmus institucional sólido na tradição da história do país, havia perdido espaço e se distanciado da população em geral. Portanto, encontrava-se enfraquecida e sem apoio algum.

Por mais contraditório que possa parecer, a Igreja, na República, conseguiu ampliar e assegurar direitos que no padroado lhe eram terminantemente negados: os bispos poderiam ser escolhidos pela Santa Sé, os bispos poderiam escolher e ordenar os padres sem a intervenção direta do chefe político local, a extensão da criação de dioceses e arquidioceses, assegurar constitucionalmente a posse de suas propriedades, a liberação da entrada das Ordens Religiosas que contribuiriam para estender a rede do ensino confessional católico, essa última, uma questão vista pela hierarquia como essencialmente vital para a estratégia de recristianização da sociedade brasileira.

A Proclamação da República acabou abrindo o caminho para a intensificação de um movimento de secularização<sup>17</sup> da Igreja, uma vez que tanto o Estado quanto a sociedade haviam se laicizado. Tratava-se de uma adequação, a procura de um lugar novo no cenário nacional por parte da Igreja. Ela precisava manter seu *status* de primazia no âmbito nacional como uma instância necessariamente de coesão tradicional da comunidade. Simultaneamente, a Igreja precisava adquirir autonomia em relação ao Estado e em relação aos grupos sociais recalitrantes e indiferentes ao catolicismo. Tanto é assim que enveredou nas sendas da questão social encabeçada pela atuação veraz de Padre Júlio Maria.

A Igreja sempre fora vista pelos setores dirigentes do país como uma

---

<sup>17</sup> Emprego o termo secularização com base na obra de Marramao. Segundo ele, a cultura ocidental se encontraria e se entenderia num estado de permanente secularização. Teria sido a secularização que havia de mundanizar e humanizar nossa vivência do tempo histórico. A Igreja, como instituição histórica, também passou por este processo. Na secularização, Deus é substituído pelo homem, mas não num movimento unilateral e nem de forma absoluta. Ela se deu numa disputa pelo poder tanto de um Estado laico, da pesquisa científica, do pensamento filosófico e do conhecimento histórico. Contraditoriamente, os fundamentos cristãos da civilização ocidental foram não apenas mantidos, mas defendidos pelo mundo ocidental. Cf MARRAMAIO, Giacomo. **Poder e Secularização: As categorias do tempo**. Trad. Guilherme Alberto Gomes de Andrade. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

instituição capaz de garantir, no âmbito da moral espiritual católica, uma coesão e sustentáculo da ordem social fosse ela escravocrata, fosse livre e liberal.

Uma vez proclamada a República este papel de cimentação da ordem social perde o sentido. A Igreja se vê à deriva no mundo secularizado pela orbe positivista republicana. Portanto, teve de se reconstituir como instituição para poder subsistir numa realidade hostil. Para tanto, seguiu o caminho de uma secularização de seus atos, seus ritos, suas festas, sua teologia, enfim, seu perfil espiritual fora ampliado para uma função política e social na comunidade nacional. Concretamente, a Igreja se secularizou quando criou a Ação Católica, se secularizou quando criou um Banco de Crédito Católico, se secularizou quando organizou os movimentos católicos de envergadura social e política, como a *Confederação Católica*, a *União Católica dos Militares*, a *União da Mocidade Católica*, os cinemas católicos, os sindicatos potencialmente católicos, a imprensa católica, a rádio católica, editoras católicas, bem como outras organizações ligadas à Igreja e obrigatoriamente subordinadas à hierarquia<sup>18</sup>.

Na Colônia e no Império, a Igreja fora colocada como guardiã da ordem religiosa. Na República, ela não tem função alguma. A partir daí, teve de se amoldar a um novo papel não mais exclusivamente de guardiã da ordem religiosa, mas prioritariamente guardiã não exclusiva da ordem social e política. O movimento de secularização da Igreja segue na direção de se apossar de espaços mundanos, materiais, culturais, imprimindo neles um caráter de religiosidade não exclusivamente cristã, mas especificamente católica. O catolicismo se torna um sinal autônomo e independente do Estado e das instâncias sociais ao atribuir a si uma marca diferenciadora daquilo que era até então a religião católica apostólica romana: de um catolicismo apático para um catolicismo militante, de um catolicismo figurativo para um catolicismo político, de um catolicismo litúrgico para um catolicismo de manifestações de rua<sup>19</sup>.

O catolicismo político é o ponto central desta tese<sup>20</sup>. Desde as pregações de padre Júlio Maria, passando pela volta de Dom Sebastião Leme ao Rio de

---

<sup>18</sup> Cf. a obra do cardeal Leme, "**Acção Catholica**", 2ª edição, Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1935. A sua 1ª edição ocorreu em 1922.

<sup>19</sup> Uma das manifestações mais eloquentes e que colocou em alerta os opositores da Igreja foi o Congresso Eucarístico do Centenário da independência em 1922. Cf. **Congresso Eucarístico do Centenário da Independência** 1822-1922. Rio de Janeiro: Typographia. Desembargador Lima Drummond, 1922. Fundo Coleção Monsenhor Jamil Nassif Abib, f/06082, Arquivo Edgard Leuenroth; Campinas, Unicamp.

<sup>20</sup> Sobre o Catolicismo como objeto central de nossa tese, delinearei e aprofundarei seus conceitos no item 1.3 deste capítulo.

Janeiro, em 1921, na condição de arcebispo-coadjutor do cardeal Arcoverde, foi se configurando uma estratégia de pastoral para mobilizar constantemente os católicos, não mais agora como simples personagens secundários e retratados com frieza pelos adversários. A criação do *Centro Dom Vital*, em 1922, se constitui como o arcabouço da nata intelectual católica com o fim de reconstituir e fazer emergir o catolicismo militante, guerreiro, confrontador. A partir do *Centro Dom Vital* se delineia o caldo de um novo catolicismo como também de uma nova “cultura católica”<sup>21</sup>. Para Henrique C. de Lima Vaz, padre Leonel Franca seria o intelectual que iria compor a vanguarda de um novo pensamento católico no Brasil. Jesuíta de envergadura destacada, Leonel Franca iria construir obra de reflexão considerável, principalmente a discussão da relação do catolicismo com aquilo que a própria Igreja entendia ser o “Mundo Moderno”<sup>22</sup>. Para Leonel Franca o Mundo Moderno estava em crise porque se distanciara de sua fonte de equilíbrio e senso de ordem: a Igreja seria a fonte iluminadora do Mundo Moderno.

Não há exageros do padre Leonel Franca quando sobrepõe o catolicismo na esfera da mais alta influência da cultura ocidental. O pensamento do clero dessa época refletia a precisão da justeza do pensamento católico ao propugnar para si, impressionantemente ainda naquele tempo, o monopólio da verdade absoluta. O catolicismo é posto, inversamente ao movimento de laicização do mundo moderno, como centro nevrálgico da civilização, da humanização, da cultura, da ciência, da filosofia como também do trabalho, este último, a batuta como gládio de salvação capitalista na imagem do operário de Leão XIII<sup>23</sup>.

A sutileza presente na obra de padre Leonel Franca<sup>24</sup> se encontra no fato de considerar a Igreja caminhando na direção de ser acolhedora do mundo moderno, numa posição materna de proteção contra os perigos do comunismo, do socialismo, do protestantismo, do liberalismo, do cientificismo, da maçonaria. Este é o espírito sutil de secularização que o catolicismo fomentaria para se fortalecer

<sup>21</sup> A expressão “cultura católica” foi usada pelo padre VAZ, H. C. de Lima. Leonel Franca e a Cultura Católica no Brasil. *Síntese*, vol.25, nº 82, Julho-Setembro, 1988, 317-328.

<sup>22</sup> FRANCA, LEONEL. *A crise do mundo moderno*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympica Editora, 1942. A 1ª ed. é do ano de 1941. Desde meados do século XVIII e XIX, a Igreja Católica se viu arrancada do Centro das atenções espirituais e do papel de braço direito do Estado e inspiradora do controle de uma moral conservadora na sociedade ocidental. Aos seus olhos, a causa disso seria o avanço impetuoso da modernidade, responsável por introduzir a ideia, advinda do iluminismo, de que o homem não dependia de nenhuma força transcendental. Assim, mundo moderno seria caracterizado pelo avanço das ciências, pela industrialização e pela força imanente da filosofia secular que arrastavam inevitavelmente o homem à liberdade de escolha.

<sup>23</sup> Cf. LEÃO XIII (papa) *Rerum Novarum* (1891) Petrópolis: Vozes, 1950.

<sup>24</sup> Os padres da época, na sua maioria, imprimiam um poder de convencimento do crente e não crente, valendo-se de seu “capital pessoal” e do poder simbólico, expresso por Pierre Bourdieu. Cf. BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. p. 15ss.

diante das ameaças iminentes e vindouras. Ele não se põe contra o mundo moderno, mas se alia aos que o estavam forjando<sup>25</sup>. No entanto, o catolicismo se preparava para percorrer seu caminho de maneira independente dos poderes estabelecidos no país. Isto não o impediu de se aliar aos poderes dominantes externamente e, internamente, continuar sendo autoritário, tradicionalista e frequentemente totalitário.

O catolicismo se constituiu em um ato marcadamente de teologia política<sup>26</sup> onde uma força providencial conspirava em favor da ordem entre os homens. A pretensa neutralidade do catolicismo e sua abstenção em relação à tomada de posição apenas serviram para acobertar as suspeitas alianças políticas existentes.

A Igreja, através do catolicismo, é um fenômeno histórico-social. Politicamente ativa, ela, por mais que queira conservar-se como lugar de grande tradição na sociedade, não se dispõe a se conformar em ser apenas o lugar do que já existe.

O catolicismo é o braço forte de ação política da Igreja no mundo. Nesse sentido, o catolicismo se diferencia do cristianismo. Enquanto o cristianismo possui a coloração razoável de religião, que exprime um conjunto doutrinal, regado pelo ímpeto da fé em Jesus Cristo, o dogma da concepção virginal, a “história” da salvação da humanidade, o catolicismo, por sua vez, traz a necessidade urgente de se engajar pela causa religiosa, em defesa da Igreja como o último e único baluarte de salvação da humanidade. Catolicismo é sinônimo, nos anos 1920 e 1930, de partidarização em que o católico sai às ruas para formar e organizar grupos sociais dos mais variados matizes para lutarem em favor da Igreja e contra as forças da desordem.

O sentido de catolicismo exposto aqui possui um pano de fundo preciso: a Igreja considerava que seus adversários obrigá-la-iam a se limitar ao papel espiritual no Brasil. Evidente que isso era uma realidade imposta pelas circunstâncias da

---

<sup>25</sup> ROMANO, Roberto Brasil: **Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

<sup>26</sup> O termo “Teologia política” é empregado como um nexos social interno da mensagem cristã. Esta, força o católico a agir politicamente na realidade social em nome da Igreja, única representante da palavra divina, portanto, da verdade divina. Muitos textos destacam esta ideia nas suas entrelinhas. Cito apenas alguns mais significativos: MARIA, Julio (padre) **A Igreja e o povo**. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983; p.35ss; LEME, Sebastião. **Ação Católica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Catholica, 1935 p.127-198. CORREA, Alexandre. A política de Jose de Maistre. **Revista A Ordem**, ano 1, nº 1, ago/1922. P.3-6; LIMA, Alceu A. **Carta confidencial a Oswaldo Aranha**. A união cívica nacional e as reivindicações católicas. Rio de Janeiro: 22/abril/1933. Pasta 28 Oswaldo Aranha, arquivo 1, gaveta 3, p.2 Arquivo do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, Petrópolis-RJ.

mudança do Regime Político, mas também refletia uma preocupação internacional na qual a Santa Sé se debatia com seu triunfalismo costumeiro, o de ser a única portadora de direitos e a última a determinar os rumos da “verdade”, nas manifestações públicas através das encíclicas papais, principalmente em Leão XIII e no pontificado de Pio XI<sup>27</sup>., quando a questão social se materializou no papel central da pastoral católica dos anos de 1920 e 1930

Com efeito, à luz da experiência de 1789, cujas consequências para a Igreja podem ser comparadas a uma grande avalanche seguida de um apodrecimento institucional e funcional de seus quadros estruturais na Europa desse período revolucionário, percebem-se as razões pelas quais Leão XIII<sup>28</sup> convocava o clero e o episcopado do mundo todo a agirem e a se engajarem na luta social, dirigirem o povo, auxiliarem os governos. Nesse documento, o papa relativizou os modelos de Estado, abriu caminho para uma ação política dos católicos e ofereceu uma abertura aos sistemas republicanos, mormente a democracia, pintada sorrateiramente de justiça cristã.

A guinada de Leão XIII, sinalizando para uma nova posição de abertura política perante o mundo moderno deve ser compreendida à guisa de sutilezas e artimanhas, visando tão somente o fortalecimento da instituição perante o mundo moderno, este em ebulição constante. O lobo se vestia de cordeiro. Por detrás da imagem flexível de abertura ao mundo, estava a mesma Igreja reformada a partir de Roma. Por detrás da imagem receptiva à democracia, o pesado movimento de renovação ultraconservadora do Ultramontanismo.

Pois bem! O movimento ultramontano, também conhecido como reforma romanizadora, nada mais foi do que uma ação politizadora dos católicos com o fim de levá-los à “Ação católica”<sup>29</sup>.

O projeto ultramontano passara por uma reformulação e readaptação,

---

<sup>27</sup> Cito duas encíclicas que serviram como bases norteadoras dos planos de inserção da Igreja nos problemas sociais. Cf. Pio XI. **Quadragesimo Anno**, (1931). Petrópolis: Vozes, 1959; Leão XIII. *Rerum Novarum* (1891) Petrópolis: Vozes, 1950.

<sup>28</sup> LEÃO XIII (1892) *Au Milieu Des Sollicitudes*. Disponível em [www.vatican.va/holy-father/Leo-xiii/encyclicals](http://www.vatican.va/holy-father/leo-xiii/encyclicals). Acesso em: 30/01/2014.

<sup>29</sup> Apesar de ter sido oficialmente pensada como órgão legítimo da Igreja por Pio X, a “Ação Católica” teria surgido com Leão XIII, em tese, que inovaria o projeto de recristianização dos governos, levando os movimentos laicos a se engajarem na onda universalizante do “espírito cristão” a penetrarem em todas as formas da chamada civilização moderna. Catolicizar os ambientes de cristianismo seria uma atitude política de conquista intelectual, psicológica, emocional e moral do católico não-praticante, digamos. Completa-se o quadro numa geopolítica do catolicismo de influências pessoais e pressões de seus membros e órgãos. Cf. AUBERT, Roger. *Nova história da Igreja*. Vol. V, Tomo I. Trad. Pedro Paulo de Sena Madureira. Petrópolis: ed. Vozes, 1975. P. 16.

incorporando-se ao plano de implantação da ação católica<sup>30</sup>. Tal transformação se deu justamente no pontificado de Leão XIII<sup>31</sup>. Evidentemente que a ação católica ainda se revelava embrionária. Acontece que é com Leão XIII que começa a se esboçar justamente aquilo que Pio X se prestaria a alavancar na organização da ação católica haurida das necessidades intrínsecas de sobrevivência da Igreja.

Leão XIII fez a Igreja se dirigir ao lugar comum de onde as pessoas viviam. Tal postura explica o interesse do papa por todos os grupos minoritários – ou majoritários em termos numéricos, como eram os operários – sempre espoliados pelas elites civis, assim como pela ojeriza e pelo desprezo da Igreja. A maneira sagaz com que o papa comandara seu pontificado deixa entrever contradições que aparecem no limbo de sua fineza quando do trato das questões políticas e diplomáticas. Revelando sua visão estratégica, Leão XIII procurou integrar as instituições liberais, justamente aquelas inimigas mortais de seus predecessores, dentro de uma concepção católica do Estado e da sociedade. É nesse quesito que se dá a enfática reestruturação do catolicismo aos moldes adaptativos do mundo moderno, sem deixar submeter-se a ele. Surpreendendo a todos, mormente aos intransigentes, – grupo majoritário dentro da Igreja - reconheceu publicamente a “consistência própria do regime civil em relação à Igreja institucional<sup>32</sup>. Com o mesmo peso e a mesma medida, o papa Leão XIII arrematava sua mais eloquente encíclica, a *Rerum Novarum* (1891), com o rosto coberto de pretensa autoridade diante dos operários: “ – A sorte da classe operária será resolvida [...] pela razão ou sem ela[...]”<sup>33</sup>. A se confirmar uma tal postura, vê-se a dificuldade de se entender como pensava o papa, vislumbrando-se os limites desse pensamento, isto é, havia uma engenharia natural<sup>34</sup> que explicava a situação histórica do fim do século XIX,

---

<sup>30</sup> AUBERT, Roger. **Nova história da Igreja**. Vol. V, tomo I. Trad. Pedro Paulo de Sena Madureira. Petrópolis: Vozes, 1975, p.16ss.

<sup>31</sup> Rosa aponta a agressividade do papa Leão XIII em relação ao novo regime político do Brasil, em 1889. O papa chegou a condicionar seu apoio ao novo regime em função das mudanças que a Santa Sé gostaria de ver introduzidas na Carta Constitucional em favor da liberdade da Igreja. No entanto, essa agressividade fora aplicada num clima aparentemente de concórdia e conciliação, pois havia o receio de que o episcopado brasileiro reagisse negativamente aos novos líderes do Regime Republicano. Cf. ROSA, Lílian R. O. **A Igreja católica apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé, no Brasil entre 1920 a 1937**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca: UNESP, 2011, p. 63-71.

<sup>32</sup> AUBERT, Roger. Op. Cit. P 44-46.

<sup>33</sup> Apud BOSI, Alfredo. **Rerum Novarum: Uma encíclica entre a reação e o progresso**. Folha de São Paulo, 11. Maio. 1991, p.6-2.

<sup>34</sup> O historiador da Igreja, Augustin Wernet, em sua obra principal, *A Igreja paulista no século XIX*, se vale do conceito de “autoentendimento” da Igreja. Este procura dar conta de uma dificuldade teórica relacionada à maneira como o sujeito que representava a Igreja Católica Apostólica Romana – fosse um padre, um bispo, arcebispo, cardeal ou papa – se veria acometido de prerrogativas especiais devido à exclusividade de representar a verdade divina. Todos aqueles que passavam pela experiência da formação católica se

respaldando a forma fixa e pragmática de resolver os conflitos operários em favor do Estado e das instituições que determinavam as regras do jogo na época e que, por sua vez, deveriam se plasmar funcionalmente e harmoniosamente. Por seu turno, o movimento operário dependia de si mesmo. Servir de objeto de análise numa encíclica papal em pleno fervor do final do século XIX, não lhe garantia força nem apoio eclesiástico. Sua inserção na roda da fortuna daquilo que tocava diretamente nos planos romanizadores, era-lhe totalmente alheio. O que desejava Leão XIII era reforçar o catolicismo como um instrumento eficaz de intervenção social com vistas a se adaptar ao sorrateiro e perigoso mundo moderno.

Para tanto, Leão XIII invocava a este mesmo mundo moderno a possibilidade de se salvar a civilização do jugo da ignomínia, reconstruindo o direito público cristão.

Assim, se o pontificado de Leão XIII foi marcado por um pensamento de diretriz “liberal” - embora por pensar como católico o próprio papa estava preso à regra de ouro de que sua autoridade diante do mundo tinha de ser mantida como baluarte de salvação – já o seu sucessor, Pio X (1903-1914) fizera uma política de retraimento<sup>35</sup>.

Essa posição de cautela e moderação pode ser encarada, no caso da instituição eclesiástica romana como característica básica e talvez imanente do segmento majoritário da Santa Sé. Pode parecer contraditório, mas não é, o fato do pontificado de Pio X ter sido marcado por postura de moderação e, ao mesmo tempo, ser protagonista oficial do lançamento de um dos movimentos mais prestigiados de sua história, como foi a “Ação Católica”. É evidente que esta teve

---

autocompreendiam cercados de uma “missão” supra-histórica. Acontece que este conceito acaba empurrando a subjetividade do pesquisador à visão teológico-mítica, perdendo este a perspectiva histórica do real concreto. Outrossim, cabe ao historiador colocar o seu objeto em perspectiva histórica, os que não exclui a visa teológico-mítica do sacerdote católico. Cf. WERNET, A. **A Igreja paulista no século XIX: a reforma de Dom Antonio Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: editora Ática, 1987. p. 10ss. Como embasamento teórico mais coerente ao tema, optamos por utilizarmos o conceito de *habitus*, em Bourdieu. *Habitus* seria um sistema de disposições duráveis e transponíveis a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, princípios geradores e organizadores de práticas e representações. O sujeito adquire estruturas mentais que são interiorizadas, assimiladas advindas de estruturas estruturadas anteriormente formadas capazes de se tornarem estruturas estruturadas na medida em que são exteriorizadas por cada sujeito ou personagem que agirá subjetivamente conforme a circunstância e conforme as motivações, o local de onde atua, sua posição social. No caso em apreço, a forma como um sacerdote, um bispo, arcebispo, cardeal ou papa atua e a importância cultural, social, religiosa, de seu cargo tanto para si quanto para o conjunto de uma comunidade, instituição, sociedade. Ele carrega uma carga considerável de valores e se vale desses, às vezes sem se dar conta, mediando posições sociais, reivindicando espaço, suscitando oportunidades, adquire uma estatura mitológica; incorpora expectativas de esperança, apropria-se de papel do correligionário político, ou, muitas vezes, de ator central das amarrações políticas. Cf. BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

<sup>35</sup> AUBERT, R. op. cit. p. 49ss

repercussão variada tanto no meio europeu quanto nos países periféricos<sup>36</sup>. Entretanto, ao enfrentar situações de conflito com doses cada vez maiores de intensidade, Pio X quis lançar um desafio a uma Cúria deveras dividida e preocupada com sua própria sorte, como também quis o papa organizar uma reação que fizesse com que a orbe do catolicismo ultramontano – também, por sinal, conhecido como “catolicismo político”<sup>37</sup> – se retemperasse e fosse ao ataque contra os inimigos da Igreja, ao mesmo tempo em que defendesse a “*ecclésia*” numa espécie de *Risorgimento* do catolicismo com vistas ao objetivo maior que seria voltar ao topo do poder mundial, dividindo e orientando o poder civil do mundo civilizado e moderno.

Certamente, a preocupação do papa era tentar congregar as tendências internas em vigência no coração da Igreja. Manifestações deflagradas por liberais e democratas, estimulando a laicização crescente das instituições, elevação das massas em detrimento das hierarquias, quebra da autoridade com a relativização do pensamento das filosofias iluministas e das exigências de concepção do programa científico. O repúdio dos franceses em relação à postura de aproximação bem como da aceitação do regime republicano por Leão XIII, trouxe lenha na fogueira. Apesar de até a opinião pública pensar que a questão da separação entre Igreja e Estado tivesse sido definitivamente aceita, Pio X iria retroagir e considerá-la nefasta para a Igreja e para o mundo católico. Até o próprio Deus teria se sentido “injurado”, segundo o papa<sup>38</sup>. Por vezes, personificar a imagem de Deus como um sujeito histórico constituído de atributos de cidadania, como por exemplo, exigir por lei os direitos constitucionais de Deus, tornou-se praxe nos anos iniciais do século XX. E Pio X se valeu da simbologia católica para explorar a figura de Deus como guardião do seu reino: “todo poder vem de Deus”<sup>39</sup>. A invocação da imagem de Deus revelava também uma fragilidade de ação diante dos conflitos internos da Igreja, bem como dos ataques ferrenhos do mundo secular desejoso de mudanças.

Talvez o que mais refletia a divisão da Igreja na época tenha sido a condenação ao Sillon. Os estudantes dessa escola desejavam uma coisa quase

<sup>36</sup> Discutirei com mais vagar os desdobramentos da Ação Católica no Brasil mais à frente.

<sup>37</sup> MIRGELER Aduz à “cristandade”, termo que substituiria a expressão “Igreja”, no sentido em que esta passa a refletir, ou seja, “o conjunto (podemos interpretar como partido) dos cristãos, ou católicos, na sua ligação eclesiológica, política e social”. Cf. MIRGELER, Albert. **Cristianismo e ocidente**. Trad. Alípio de Castro. São Paulo: editora Herber, 1967, p.154-155

<sup>38</sup> AUBERT, R. op. cit, p. 50.

<sup>39</sup> AUBERT, R. op. cit, p.50.



impossível: conciliar o catolicismo com os princípios da Revolução Francesa. As proposições estudantis acabaram, na visão dos conservadores e também dos liberais<sup>40</sup>, extrapolando, com o risco de trazer consequências sérias para os romanos da Santa Sé. De qualquer sorte, as divisões internas não prosperavam para um desfecho de ruptura. No fim das contas, padres católicos – de acordo com o conceito de “tipo ideal”<sup>41</sup> – possuíam uma postura de tendência conservadora, prevalecendo a preservação da instituição. O desfecho dos problemas envolvendo os alunos do colégio Stanislas, de Paris, resolveu-se com repressão aos simpatizantes de uma abertura social, que, por mais que fosse controlada pela hierarquia, corria, segundo essa, sério risco de fugir ao seu controle.

Pio X acabou tendo de optar por um pontificado de extremo fechamento. No fim do século XIX havia um verdadeiro divisor de águas dentro do catolicismo europeu. Boa parte do clero, dos bispos e de poucos membros do laicato tinha presente que suas preocupações sociais, mormente as manifestações que tornaram públicas as explosões operárias, assumiram um caráter de injustiça social, extrapolando e atropelando o problema que superficialmente era interpretado pelas elites dirigentes e pelos membros intransigentes da Santa Sé como um problema cuja solução seria simplesmente de caridade.

Segundo Aubert<sup>42</sup>, o catolicismo social estava tomando um rumo e uma dimensão preocupante para a Santa Sé. A proliferação de movimentos sociais com vistas a exigir dos governos mudanças qualitativas na Europa inteira e sua tendência levavam a crer que os caminhos das forças sociais católicas afluíssem numa postura de aproximação da partidarização dos católicos leigos, da adesão – embora restrita e sem perder suas características morais e religiosas – dos católicos aos ideais socialistas, o que obrigou a Santa Sé, representada pela ala mais reacionária a

---

<sup>40</sup> A Igreja do século XIX, na Europa, possuía divisões internas. A reforma ultramontana acabou acentuando essas divisões. Conservadores passaram a representar o grupo dos próprios ultramontanos que, por sua vez, se dividiram entre transigentes e intransigentes, esses últimos também conhecidos por integrais contrários à linha imposta por Leão XIII e a favor de Pio X. Já os católicos liberais possuíam postura mais aberta. Com certa frequência, os padres liberais não respeitavam os votos de pobreza, obediência e pureza, por razões óbvias. No mais das vezes, os liberais aceitavam qualquer forma de regime político e deixavam em segundo plano a ideia do direito divino dos reis. Alípio Casali, com base em Gramsci, apresenta uma terceira divisão que era constituída pelos jesuítas, isto é, aqueles que tinham posição centralista, lutando pela conservação dissimulada, procurando manter a unidade da Igreja, condenando os extremos e incorporando os de tendência moderada. Cf. CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 14-30. Cf também, JEMOLO, Arturo Carlo. *Catolicismo liberal*. In: BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Trad. Carmen Varriale et al. Brasília: Editora da UNB, 13ªed. 2007-2008, vol. 1.

<sup>41</sup> COHN, Gabriel (org) **Max Weber. Ensaios de sociologia**. Trad. Amélia Cohn, Gabriel Cohn, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1982, p. 79ss

<sup>42</sup> AUBERT, R. op. cit, p.141ss

incorporar a si o compromisso de um catolicismo social, tendo em vista dissuadir a mudança de seu curso para uma posição moderada, controlando o movimento dentro de seus limites aceitáveis.

Confirmando seu pontificado de cunho comedido, Pio X se posicionou frente à ação social dos católicos na perspectiva paternalista e clerical<sup>43</sup>. A complexidade diante dos problemas sociais europeus se agravava quando se tentava dimensionar o alcance da democracia cristã, uma expressão carregada de ambiguidade, como quase tudo no turbilhão das mudanças do século XIX para o século XX. Os católicos procuravam se distanciar de uma democracia radical, mas, ao mesmo tempo, não havia consenso acerca da abrangência do termo “cristã”<sup>44</sup>. Confessadamente, o pontificado de Pio X fora pontilhado pelo ideal de uma ordem totalmente católica. Ao se constituir os partidos católicos, esses deveriam restabelecer o Estado Cristão, ou de uma simples inspiração cristã, misturando-se à herança liberal, comportando um governo civil de facções.

De qualquer forma, Pio X deu condições para que, após a Primeira Guerra Mundial, as organizações católicas tanto das cidades, no caso as operárias, quanto as dos campos, pudessem se converter em confederações com repercussões internacionais, principalmente na América do Sul e, em especial, no Brasil que, apesar de já possuir um cardeal, desfalecia por falta de lideranças eclesiais.

Portanto, a questão social era de suma importância para a Igreja. No entanto, ela não poderia ser vista como uma prática pastoral sem a aquiescência da hierarquia católica. Mesmo Pio X admitindo apoio e reconhecimento, por exemplo, da *Liga Democrática Belga*<sup>45</sup> que se comportava de forma autônoma frente à Santa Sé, tal reconhecimento veio acoimado da condição de que a Liga não atrapalhasse a unidade do partido católico que estava no poder. Em vista disso, a Igreja considerava a questão social um problema exclusivamente dela, visto que a questão social pertencia ao âmbito moral e, portanto, era uma questão religiosa que só poderia ser resolvida pela doutrina católica romana. Essa posição fixava os limites da tolerância da Santa Sé para com os grupos católicos sociais que, por razão de

<sup>43</sup> AUBERT, R. op. cit., p.149

<sup>44</sup> LEÃO XIII definiu a democracia cristã na encíclica *Graves de Communi* (1901) retirando-lhe o caráter político e lhe aplicando uma sutil pitada teológica: “[...] uma benéfica ação cristã entre o povo”. Cf. LEÃO XIII. **Graves de Communi**, 7 [http://www.vatican.va/holy\\_father/Leo\\_xiii/encyclicals/documents](http://www.vatican.va/holy_father/Leo_xiii/encyclicals/documents). Acesso em 19/02/2014.

<sup>45</sup> AUBERT, R. op. cit., p.150.

eficácia maior, haviam se afastado das bases conservadoras dos católicos integrais e buscavam fortalecer o movimento operário – que era o problema central das questões sociais católicas – apoiando-se em segmentos não católicos ou então nos moldes dos sindicatos com papéis definidos dentro do campo econômico e social, com ênfase secundária no religioso<sup>46</sup>.

Diante da crise modernista, o catolicismo social seguiu e extrapolou as críticas para além dos problemas sociais, quando colocou na ordem do dia apartes universais: qual deveria ser o lugar dos cristãos dentro de um mundo totalmente secular? quê lugar os valores cristãos deveriam ocupar no mundo profano? Deveria se atingir a democratização do governo da Igreja? Essas controvérsias germânicas acabaram por tornar intolerável a situação dos católicos democratas.

Simultaneamente, implodia também o sistema católico tradicional tridentino que substancialmente estava fadado ao fracasso por ser totalmente incompatível com o plano secularizante do mundo moderno. A crise moderna afetou de maneira cavalgar os fundamentos do catolicismo: a teologia da revelação, a personalidade do Cristo e o seu papel nas origens da Igreja, a utilidade de seus sacramentos, os limites da evolução dogmática e da autoridade do magistério eclesiástico, o alcance real da noção de ortodoxia (doutrina e norma absolutamente verdadeiras pela Igreja)<sup>47</sup>.

O resultado dessa crise se manifestou com a publicação da encíclica *Pascendi Dominici Gregis* (1907) na qual colocava o mundo moderno literalmente no limbo. Procedendo assim, Pio X condenava não apenas o modernismo e seus seguidores, mas quis impor um freio ao pensamento de grupos católicos ligados a um impulso de mudanças *intraecclesia*. Pio X endereçava duras críticas em forma inquisitorial a determinados teólogos e pensadores católicos ardorosos defensores de uma democracia cristã: Loisy, Tyrrell, Hébert, Laberthonnière, E. Le Roy, Lagrange<sup>48</sup>, os seguidores do Sillon e outros.

Fechamento ultramontano, centralismo radical da instituição romana e o banimento da ideia de uma Igreja engajada nas questões sociais. Essas foram as ações de Pio X para assegurar o equilíbrio reacionário que caracterizava – e quase

---

<sup>46</sup> AUBERT, R. op. cit, p. 159

<sup>47</sup> AUBERT, R. op. cit, p. 186

<sup>48</sup> Cito especificamente esses nomes, pois têm um enfoque comum e que traz, de pronto, interesse central para a concepção de catolicismo como ato de reação da Igreja, principalmente a insistência das autoridades eclesiásticas de se autoatribuírem uma concepção absolutista, extrapolando-a para uma “nefasta” (segundo esses mesmos pensadores) idolatria da hierarquia católica.

sempre caracterizou – o papel que o papa via na tradição histórica da Igreja.

O pontificado de Pio XI levou ao extremo o termo secularização. Pio XI foi o papa das concordatas, da aproximação concreta ao operariado, do plano de fazer deste o centro de atenção da ação católica no sentido de despolitizá-lo de seus atributos na luta por justiça social, e transformá-lo em agente católico da manutenção da ordem social cristã. Tanto foi assim que o papa, em sua encíclica *Quadragesimo Anno*, classificou o pontificado de Leão XIII como o marco de nascimento na Igreja da verdadeira ciência social, referindo-se ao ensino social da Igreja. A encíclica *Rerum Novarum* deveria ser vista como a “Magna Carta”, o fundamento jurídico no qual deveria basear-se toda a atividade católica no campo social.

Discorrendo sobre o desenvolvimento multifacetado do socialismo nos anos agitados de 1930, Pio XI reconheceu, em algumas de suas nuances, afinidades com a doutrina cristã, avaliando a concordância de determinadas reivindicações do socialismo propriamente dito ou mitigado <sup>49</sup> “[...] com as reclamações dos católicos que trabalhavam na reforma social [...]” Reconhecia o papa que havia uma nítida ascensão de católicos na participação de movimentos sociais. Certamente, lançava mão de todos os recursos disponíveis para orientar o clero e o episcopado do mundo a buscar uma centralidade para o controle desses movimentos nos braços do catolicismo.

A estigmatização violenta de Pio XI em relação ao comunismo estaria, segundo a interpretação do historiador Duffy, presente na desastrosa experiência que teve na Polônia como núncio apostólico. Enviado em 1919 pelo papa Bento XV ( 1914-1922) à cidade de Varsóvia para realizar uma reforma da Igreja naquele país, Achille Ratti, futuro Pio XI, enfrentou intensa oposição dos bispos locais, fato esse que o acompanharia até o final de sua missão na Polônia; além disso, em um contexto europeu de expansão da revolução Russa, a capital polonesa – a cidade de Varsóvia – foi sitiada, em agosto de 1920, pelo exército bolchevique. Do cerco não escaparia o enviado de Bento XV, tendo esse acontecimento despertado “[...] a firme convicção de que o comunismo era o pior inimigo que a Europa cristã jamais enfrentara, convicção que moldou grande parte de sua política quando papa <sup>50</sup> [...]” Em face dos desdobramentos ocorridos em boa parte da Europa, tornando clara a concretização do fascismo, Pio XI, de tendências nada democráticas, - pelo

<sup>49</sup> PIO XI (papa) *Quadragesimo Anno* (1931) São Paulo: Ed. Paulinas, 2004, p. 63

<sup>50</sup> DUFFY, Eamon *Santos e pecadores: história dos papas*. São Paulo: Cosac & Naify, 1998 p. 255

contrário, simpáticas ao fascismo – consolidou sua postura autoritária, centralista e forte, vendo na ênfase fascista à família e à disciplina social o cerne de seu pontificado.

Era justamente essa Igreja que o mundo da ordem precisava, pragmaticamente falando, para ajustar interesses advindos de uma suposta tradição histórica hierárquica, fortalecendo e dando razão de ser às estruturas de poder civil no mundo ocidental. O argumento de que a Igreja era a única legítima representante divina na Terra e a aceitação deste argumento por parte de todas as autoridades civis constituídas, seria a única e derradeira condição para que os males do mundo – comunismo, socialismo, protestantismo, liberalismo, sindicalismo – fossem prontamente e definitivamente erradicados, preservando a paz, a concórdia, a harmonia social entre os homens.

Especificamente no Brasil, foi esta Igreja que se identificou prontamente com um Estado predisposto ao laicismo absoluto e que paulatinamente foi se ajustando às desesperadas necessidades do teocratismo secularizante do catolicismo romano.

O regime republicano implantado no Brasil a partir de 1889 possuía várias faces. A categoria multifacetada suscitara dubiedades que marcaram consideravelmente a história republicana como também o regime anterior. Os liberais preconizavam contraditoriamente uma democracia social e o inexorável formalismo da lei, pregavam a liberdade individual e o direito à propriedade, defendiam a regulação jurídica dos conflitos numa sociedade predominantemente rural e recentemente saída do escravismo<sup>51</sup>, sem resolvê-lo de maneira satisfatória. Na esfera política, os liberais eram defensores da predominância de um Estado oligárquico e autoritário<sup>52</sup>. Os positivistas exigiam reforma social com fundo autoritário e moralista, confiavam no progresso da indústria e da ciência como realidades compatíveis com o espírito de conciliação e modernização conservadora e, em princípio, não queriam ver a Igreja Católica se fazer presente nos meios sociais por pensarem que ela simbolizava o atraso, o obscurantismo e a sórdida ignorância das nações.

---

<sup>51</sup> NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 66. Embora o autor esteja se referindo ao período monarquista neste trecho da obra, sua análise se estende também ao período Republicano.

<sup>52</sup> NOGUEIRA, Marco Aurélio, p.67. O historiador do início do século XX, Oliveira Vianna, pregava um modelo de Estado autoritário para tentar aperfeiçoar o liberalismo, visto como modelo falido. Cf. BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil**. 2ªed. São Paulo: editora UNESP, 2007, p. 118ss.

Mesmo com um governo de fisionomia aparentemente secular, com discursos eloquentes de repulsa à religião católica e ao clero, com frequentes ataques e denúncias de interferências da Santa Sé em assuntos de políticas públicas, tanto liberais quanto positivistas se apressaram em planejar uma reaproximação com a igreja através do Decreto 119-A de 7 de janeiro, antes mesmo de elaborada a nova Constituição Republicana, decreto este que abolia o Padroado Régio e separava a Igreja do Estado. Ao contrário do que se pensava, tal decreto instituíam direitos maiores à Igreja. E o que é, no mínimo, mais curioso, a Igreja continuou a interferir no processo político brasileiro<sup>53</sup>. O que ocorreu foi uma conciliação de interesses particulares longamente discutidos e negociados entre Igreja e elite que ascendia ao poder em 1889. A morte do arcebispo Dom Antônio de Macedo Costa no mesmo ano acaba deixando a Igreja acéfala, mas sem interromper a continuidade das negociações. Essas, acabaram por deixar liberais e o episcopado insatisfeitos com os limites do Decreto 119-A. O episcopado iria publicar uma Carta Pastoral Coletiva também no mesmo ano. Com a Carta Pastoral Coletiva o episcopado desejava pressionar o governo para ampliar os espaços de direitos para a Igreja e, simultaneamente, envolver a população em defesa de sua causa:

Que será de ti, coitado e querido povo do Brasil, se, além de tudo, te roubam também a tua fé, e ficas sem Deus, sem Deus na família, sem Deus nas escolas, sem Deus no governo e nas repartições públicas, sem Deus nos últimos momentos da vida, e até na morte e na sepultura sem Deus! Será possível?<sup>54</sup>

De qualquer forma, apesar das conquistas católicas, as relações entre Estado e Igreja continuaram estremecidas, havendo ataques de ambas as partes e com a Igreja sendo descartada para as funções sociais mais elementares, ao contrário do que sempre rezou o costume brasileiro. Há que se acrescentar que os atritos entre Igreja e Estado nessa fase e posteriormente também não se acalentavam por casuísmos secundários, segundo as críticas correntes da época, como também interpretações de historiadores recentes<sup>55</sup>.

<sup>53</sup> MANOEL, Ivan, A. D. Antônio de Macedo Costa e Rui Barbosa: a Igreja Católica na ordem republicana brasileira. *Pós-Histórica* – Assis, vol.5, 1997, p.69ss.

<sup>54</sup> Apud MANOEL, Ivan A. op. cit. p.77

<sup>55</sup> José Murilo de Carvalho abre uma discussão bastante controversa acerca da participação política dos padres, principalmente no tempo do Império. Vai além desse período quando afirma que as reivindicações do clero se resumiam a picuinhas moralistas e funcionais do tipo de práticas sacramentais, administração dos cemitérios, a luta contra o divórcio. Acreditamos que, mesmo sendo assim, tais exigências católicas também podem ser vistas

As palavras citadas acima de Dom Antônio Macedo Costa servem precisamente para expressar o desejo e uma advertência às elites que tinham intenções de manter a Igreja fora do círculo de influências do poder. Era o velho figurino, isto é, sem a Igreja, o novo Regime corria o risco de se perder; do povo, sem Deus, de se rebelar. Este era o cerne da doutrina ultramontana do catolicismo: a Igreja, para o seu episcopado, era a garantidora do equilíbrio político e da paz social. Significou invariavelmente que a Proclamação da República acabou se transformando no epicentro da explosão eclesial a exigir deliberadamente seu lugar – apesar de já não o ter – no panteão do poder em plena era moderna.

É mais do que evidente que não estamos afirmando que a Proclamação da República ocorreu por conta das injunções da Igreja. No dizer de Roberto Romano, “a Igreja discutirá o pensamento laico, ora maçom, ora liberal, ora positivista, sobre a manutenção pública da fé como símbolo de poder”<sup>56</sup>. A Igreja, após a Proclamação da República, irá não apenas discutir, mas impor e fazer ressuscitar um catolicismo eminentemente político dentro do qual se definiriam as formas de visibilidade dos grupos católicos emergentes à luz de serem representantes e guias de todas as instâncias da sociedade brasileira. As estratégias da luta da Igreja e dos liberais se acirraram na República. Enquanto a Igreja procurava se aproximar dos grupos operários, trazendo à baila a questão social, grande fatia ignorada totalmente por ela no Brasil afora, e, simultaneamente, acelerar sua presença na formação educacional das escolas confessionais para uma camada forte da oligarquia e parte da classe média, por outro lado, os liberais desejavam conquistar a opinião pública, atuando nas áreas da imprensa, das escolas laicas, das universidades, visando formar uma elite dirigente<sup>57</sup>. Os conflitos entre Igreja e liberais não tiveram um efeito radical de ruptura.

Tanto é assim que a discórdia dos liberais vinha de uma visão iluminista do problema com a Igreja. A pobreza da população, sua superstição religiosa, a ignorância e o atraso do país, tudo isso tinha como causa maior a presença do clero pusilânime, do jesuitismo maquiavélico. A luta principal dos liberais contra a Igreja era mantê-la fora dos negócios públicos, limitada especialmente aos assuntos de

---

como uma cortina de fumaça, pois nos bastidores dessas mesmas exigências havia um corredor oculto de práticas de influência sobre personagens ilustres que constituíam e compunham de forma cabal o trânsito dos hábitos da sociabilidade, cuja força católica estava presente intrigantemente. Voltaremos ao assunto nos próximos tópicos. Cf. Carvalho, J.M. **A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras: a política imperial**. 2ª ed. Rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p.165-215.

<sup>56</sup> ROMANO, R. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979, p. 89.

<sup>57</sup> ROMANO, R. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979, p.107

sua alçada, que era a vida espiritual da população. Reforçar os laços da sociedade ao mundo laico e dar autoridade absoluta ao Estado, como única condição de progresso.

O que ocorreu foi que o Regime Republicano nascera fraco e sem muita representatividade. Positivistas e liberais tiveram de se valer da Igreja para fortalecerem institucionalmente o Estado. Sob o efeito de uma conciliação pelo alto, onde a Igreja serviria aos propósitos tanto dos positivistas (lançar as bases de uma política científica para o Brasil), dos liberais (o Estado livre para os propósitos do liberalismo tupiniquim) quanto dos militares (a centralização do poder do Estado), ou seja, a Igreja seria o ponto de apoio para garantir a unidade social<sup>58</sup>.

A despeito desse momento que envolvia particularmente a instituição eclesiástica, corria pelo Brasil afora toda uma plêiade de acontecimentos que faziam o país fervilhar. Os levantes militares no Brasil dos anos de 1920 ocorreram com frequência assustadora, colocando os governos de Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e o de Washington Luís numa polvorosa instabilidade institucional (1922 – 1924 – 1925 – 1928 – 1930); a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922; manifestações de operários, consolidação da fundação dos sindicatos, associações e congêneres.

De maneira tangencial, alguns autores da literatura brasileira superavam os cânones parnasianistas e introduziam a prática do romance social, revelando, até mesmo antes dos modernistas, as tensões e conflitos da vida nacional. Lima Barreto, em "*Triste Fim de Policarpo Quaresma*"<sup>59</sup> punha em evidência a história do povo brasileiro de forma crua: crônicas do ambiente familiar, cenas do cotidiano, personagens tipologizados e caricaturados. Além de Lima Barreto, outros escritores buscavam na literatura, no estudo antropológico e sociológico caracterizar a identidade do que era, para aquele momento, o que seria ser brasileiro: Mário de Andrade, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato. Intelectuais, tais como Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, iriam tentar fazer emergir na ciência a noção de identidade do brasileiro, acossado e refém da imagem de povo "degradado"<sup>60</sup> incapaz de traçar seu próprio destino.

Compassada e justificada pela comemoração do centenário da

<sup>58</sup> ROMANO, R. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979, p.115-143

<sup>59</sup> BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Ática, 1983.

<sup>60</sup> BRECIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil**. 2ª ed, São Paulo: Editora UNESP, 2007, p.16. Freyre e Holanda são discutidos na página 114 desta obra.



independência do Brasil (1922), a tentativa de dar voz e cara ao povo brasileiro adviria do clima sustentado pelo movimento abolicionista e republicano, despertava a retomada da identidade nacional nos momentos de turbulência, incertezas, instabilidades de ataques de inimigos externos e internos.

Com efeito, havia uma atmosfera “propícia” para uma discussão e para um compartilhamento coletivo do lugar-comum de ideias, noções, crenças, valores para um conceito do que seria uma possível definição do brasileiro. Portanto, por conseguinte, entrava também na ordem do dia a construção de imagens do mito da boa República como regime acolhedor, estimulador do progresso, do desenvolvimento social, da paz e da busca pela felicidade, mas num apelo onde predominava, segundo Sérgio Buarque de Holanda, o culto ao personalismo como solução dos males individuais e nacionais.

E neste alvoroço, correndo simultaneamente, brotaria a mais destacada liderança do episcopado brasileiro, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra.

## 1.2 Dom Sebastião Leme: arquiteto da diplomacia católica

Sebastião Leme da Silveira Cintra nasceu no município de Espírito Santo do Pinhal, atual Pinhal (SP), em 1882. Ingressou no seminário menor diocesano de São Paulo, em 1894. Muito aplicado nos estudos, acabou sendo enviado a Roma, em 1896, onde estudou filosofia e teologia. Em 1904, voltou para o Brasil, exercendo o sacerdócio em São Paulo. Em 1916, foi convidado pelo cardeal Joaquim Arcoverde para assumir a Arquidiocese de Olinda e Recife, em Pernambuco. Foi nesse ano que escreveu sua “Carta Pastoral”<sup>61</sup> - no dizer de Santo Rosário, um “clarim de guerra”<sup>62</sup> - na qual exigia uma postura firme e concreta do clero, da hierarquia, dos católicos brasileiros que, apesar de serem a maioria da população, viviam de forma medíocre e inerte diante da avalanche de mudanças no país

---

<sup>61</sup> LEME, Sebastião. **Carta Pastoral de D. Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, saudando a sua Arquidiocese**. Petrópolis: Vozes, 1916. Essa Carta Pastoral foi uma análise provocativa da situação em que se encontrava a Igreja Católica no Brasil. Nela, D. Leme convocava a todos os católicos e principalmente o clero para reaver seu lugar no cenário nacional, qual seja: ser o centro aglutinador e significante do Brasil, o maior país católico do mundo, segundo ele, ou seja, restaurar a ordem católica, com a Igreja instituindo-se como braço sustentador de um Estado cristão de fato.

<sup>62</sup> SANTO ROSÁRIO, Ir. Maria Regina do. **O Cardeal Leme (1882-1942)** Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1963, p.61.

provocadas pela laicização radical do espaço público, do excesso de racionalismo e pelas medidas liberais que punham justamente a instituição eclesiástica de lado.

Para Dom Leme, os católicos, por não terem expressividade em nenhuma esfera pública, precisavam urgentemente tomar a frente desse espaço, organizando-se em todos os recantos e rincões, a pretexto de sucumbirem e desaparecerem na adversidade do caos implantado, segundo ele, pelo laicismo, pelo liberalismo, pelo racionalismo científico, pelo comunismo.

Já de volta ao Rio de Janeiro como Arcebispo- auxiliar com direito à sucessão de Dom Joaquim Arcoverde, este muito doente, em 1922, conhece Jackson de Figueiredo que será o seu braço laico na luta pela restauração católica. Em seguida, Jackson de Figueiredo criaria o *Centro Dom Vital* e, logo, a revista *A Ordem*, seu veículo de difusão de estudos do catolicismo. O *Centro Dom Vital* tão logo se tornaria o eixo articulador em torno do qual se constituiria a estratégia para reorganizar nacionalmente a chamada restauração católica.

Dom Leme e o episcopado brasileiro pensavam na Igreja como uma instituição com prerrogativas especiais. Uma delas seria orientar os governos civis no caminho da verdade. Tal pensamento derivava da orientação política chamada Ultramontanismo<sup>63</sup>. Nos primeiros decênios do século XX, especificamente no Brasil, o episcopado continuava a seguir esse princípio ultramontano por obediência a Roma como também por julgar que a salvação dos homens dependia inalienavelmente da recristianização do mundo, ação exclusiva da Igreja Romana, a única portadora da palavra divina. Esse é o contexto no qual se encaixa a expressão restauração católica, centralizar tudo em Cristo, isto é, tornar novamente o Estado, a sociedade, as nações, tutelados pelo poder cristão, uma vez que o mundo moderno estaria destruindo a ordem criada por Deus, desde já questionada pela liberdade de consciência trazida pela cultura científica, como também pela legitimação do poder político da Revolução Francesa através dos direitos universais, especialmente o sufrágio do voto.

Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra foi a liderança mais destacada do episcopado brasileiro. Talvez, sem exageros, pode-se dizer que foi o mais artilheiro empreendedor arcebispo do século XX, pois seu papel teve capital importância num

---

<sup>63</sup> Ultramontanismo foi empregado pela primeira vez no século XI para denominar os cristãos que buscavam a liderança de Roma (do outro lado da montanha), ou a liderança do papa. O termo reapareceu no século XIX com o objetivo duplo de centralizar o poder da Igreja em Roma, bem como servir de reação às mudanças trazidas pelo mundo moderno (liberalismo, protestantismo, laicismo, racionalismo, socialismo, comunismo), em vigor até os anos de 1960.

momento muito delicado da Igreja Católica no Brasil. É assim deveras que sua pessoa teve de alevantar uma instituição quase semimorta, para reerguê-la, apesar de seus resultados limitados, como uma instituição reconhecida pelo Estado brasileiro, útil politicamente aos princípios do catolicismo brasileiro, destacando-o e distinguindo-o de um ambiente todo particular da miscigenação religiosa que caracterizava a população brasileira de maneira geral.

No entanto, as suas ambições – e aqui não podemos dizer que eram ambições apenas pessoais, pois a Santa Sé o escolhera pensando nisso – não se restringiam a alojar a Igreja no seu lugar de origem dentro das tradições culturais brasileiras, mas queria ver implantado no país ao mesmo tempo um projeto constitucional e uma presença massiva nas consciências de um catolicismo em forma de “círculos concêntricos”<sup>64</sup>, isto é, ele atingiria o indivíduo, do indivíduo para a família, para a sociedade e desta para o Estado. O objetivo era ambicioso porque abarcava todos os momentos da vida do católico: a vida familiar, o trabalho, nas atividades econômicas em geral, na atividade cultural, como também na política. Na verdade, estamos a falar justamente de *Ação Católica*, ou seja, o agir globalmente no mundo todo – porque a *Ação Católica* fora lançada em escala mundial – como também o agir sobre cada pessoa individualmente. A *Ação Católica* foi um plano político ousado, porque o plano anterior de construir partidos políticos católicos não havia obtido êxito. A ideia era pragmática: criar um órgão católico de leigos que atuariam em todas as frentes, mas substanciados pela ação política deles, sem aparentar serem políticos. Ousado também porque precisava agir na contramão de um mundo dinâmico, movido pelas descobertas científicas, pela revolução dos meios de comunicação, pelo surgimento do cinema e, no começo do século XX, pelo aparecimento do rádio<sup>65</sup>, que no Brasil fora utilizado pela primeira vez na comemoração do Centenário da Independência pelo Presidente Epitácio Pessoa. O impacto desses instrumentos de comunicação e de arte causaram apreensão nos meios eclesiásticos, acostumados a lidar individualmente com o público. A Igreja iria se dedicar intensamente em adquirir tais instrumentos, mas, no momento, a grande arma de defesa encontrada foi a *Ação Católica*. A *Ação Católica* seria o órgão que iniciaria a construção de uma teoria reacionária, cuja figura central fora Jackson de

<sup>64</sup> MANOEL, I.A. A ação católica brasileira: notas para estudo. *Acta Scientiarum* 21(1), 1999, p.209.

<sup>65</sup> A primeira transmissão de rádio no Brasil se realizou em 07 de setembro de 1922, justamente na inauguração da Exposição do Centenário da Independência do Brasil, sob o pronunciamento do Presidente Epitácio Pessoa. Em 1923, Roquette Pinto inaugurou a primeira rádio-difusão, a Rádio Sociedade. Ver: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Era\\_do\\_R](http://pt.wikipedia.org/wiki/Era_do_R). Acesso em: 20 jan. 2014.

Figueiredo<sup>66</sup>, e os instrumentos materiais - (escolas em número redobrado, a reunião dos outros diversos órgãos, formando uma Confederação Católica em nível nacional ao redor da *Ação Católica*, comissões para arregimentar homens e moços),- como também a construção de instrumentos mentais<sup>67</sup> (ideologias, discursos, legislação favorável, centro de divulgação da doutrina e ideias – como Instituto Católico de Estudos Superiores). É preciso salientar que o cardeal Leme nunca escrevera obras livrescas, com a exceção de sua única obra, *Ação Catholica*<sup>68</sup>, especificamente para incutir nos militantes católicos como deveria ser sua inserção em todas as esferas da sociedade brasileira.

Portanto, a *Ação Católica* seria a menina dos olhos de Dom Leme. E foi em função dela que o arcebispo de Olinda viria a ser realocado na Arquidiocese do Rio de Janeiro, já na condição de sucessor do cardeal Arcoverde. Ademais, persistia uma divisão preocupante dentro do episcopado brasileiro, assim como também do clero de maneira geral. Já no início do século XX, a Santa Sé se movimentara para erguer um acordo sólido com o governo republicano. Uma tentativa de concordata viria a ser a estratégia básica da Santa Sé durante o pontificado de Pio XI (1922 - 1939). No Brasil, particularmente, essa estratégia veio corroborada por uma paulatina ação de fortalecimento da nunciatura como centro de difusão do poder papal no país, principalmente a partir do governo de Epitácio Pessoa (1919 – 1922)<sup>69</sup>. Foi em 1919 que o Brasil abriu embaixada no Vaticano, cujo embaixador foi Carlos Magalhães de Azeredo. Aos poucos, de forma cautelosa a Santa Sé foi construindo uma rede de informações sobre a cúpula do governo republicano que, segundo as mesmas fontes, era, tal cúpula, maçônica.

Apesar dessas dificuldades, Dom Leme seguiria um plano pessoal,

---

<sup>66</sup> Jacson de Figueiredo foi o braço forte do reacionarismo católico contra tudo o que fosse moderno. Infelizmente seu arquivo particular está embargado judicialmente no I.H.G.B. – RJ.

<sup>67</sup> MANOEL, Ivan Aparecido. op. cit. p.207. O conceito de “ideologia” é utilizado no sentido que lhe dá Bordieu. A disputa de poder dentro de campos diversos, nos quais os sujeitos sociais envolvidos transfigurariam relações de força em relações de sentido, justificando para si próprios e para os outros o sentido de suas ações. Cf. BOURDIEU P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1987, p.10-16.

<sup>68</sup> LEME, Sebastião, op. cit. Principalmente a parte da arregimentação dos homens e moços a partir da página 86. Uma nota de página (89) indica número de sócios das Ligas Católicas que passava de 19 mil apenas no Rio de Janeiro. Pesquisa feita no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro não me permitiu constatar tais números por carência de material deste período. Grande parte do acervo do ACMRJ está no Seminário São José, mas sem acesso para pesquisa

<sup>69</sup> ROSA, L. R. de Oliveira. op. cit. p. 85ss. Quando se perscruta sobre as obras escritas sobre o cardeal Sebastião Leme, não se encontra outra referência que não seja a obra da irmã Maria Regina do Santo Rosário, filha do Presidente Epitácio Pessoa, que escreveu a única biografia de Dom S. Leme. Claro se faz notificar que tal obra foi planejada para exaltar (muitas vezes de forma exagerada) a imagem de Dom Leme mais como homem de Deus e de Fé do que um homem historicamente situado no seu tempo e espaço.

motivado por sua escolha para o arcebispado de Olinda e Recife. Tal plano<sup>70</sup> seguia dois passos precisos: implementar a educação católica de maneira que esta estivesse presente em todo o território nacional e que fosse eficaz para atingir o objetivo que queria Dom Leme, ou seja, tornar o país católico não apenas de fachada, de ritos, de comemorações, mas um católico atuante, visto que o país era, afinal de contas, um país de maioria católica.<sup>71</sup> Ao mesmo tempo, o segundo passo seria organizar a ação católica, o que ficaria para uma outra oportunidade, dizia o arcebispo.

Concentrando-nos na sua Carta Pastoral, Dom Leme pensava numa missão árdua, que era implantar uma nova forma de catolicismo. Essencialmente, o arcebispo caracterizava a situação diagnosticando a não atuação dos católicos como sendo o “grande mal” do catolicismo brasileiro.

Muito já se escreveu sobre a Carta Pastoral de 1916<sup>72</sup>. Redigida em meio à tragédia da 1ª Guerra, de um novo pontífice, Bento XV, (1914-22), preocupado em pacificar um mundo beligerante, portanto, fazendo de seu pontificado o propagador da doutrina católica como única fonte de equilíbrio humano; em meio à revisão e edição do novo código de direito canônico, em 1917; sob a cidade do Vaticano tomada pelas forças italianas, tratada como um empecilho a mais pelas grandes potências ocidentais, o papa se volta para uma redefinição e retificação dos temores que rondavam o Concílio Vaticano I: o *potestas regiminis* e o *potestas ordinis*<sup>73</sup>. O poder que o papa tem acerca do governo da sociedade eclesial – um poder executivo, legislativo e judiciário – como complemento de uma monarquia absoluta;

<sup>70</sup> O plano que Dom Leme vislumbrava está presente em sua Carta Pastoral, escrita em 1916. Cf. LEME, Sebastião. **Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme**, arcebispo Metropolitano de Olinda saudando os seus diocesanos. Petrópolis: Typ. Vozes, 1916.

<sup>71</sup> A população do Brasil; em 1920, girava em torno de 30 milhões Cf. < [http://wikipedia.org/wiki/Demografia\\_do\\_Brasil](http://wikipedia.org/wiki/Demografia_do_Brasil) >. Acesso em 20.01.2014. Mais de 90% se declarava católica. Na educação, até 1920, o Brasil já possui o número de 176 instituições católicas de ensino. Cf. MOURA, Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil**. São Paulo: Edição Loyola, 2000, p. 114. No caso de nossa pesquisa que se circunscreve ao Rio de Janeiro, não foi possível saber a quantidade de padres no Estado. Marina Bandeira apresenta em sua obra um quadro do número de padres e religiosos no Brasil até 1940; um levantamento realizado pela Revista Eclesiástica Brasileira de 1943. Os números são Sacerdotes seculares: 2.512; Sacerdotes regulares: 2.504; Religiosas: 11 mil – referente a 1937. Sacerdotes seculares: 2.897; sacerdotes regulares: 3.139; religiosos: 16 mil, referente a 1942. Cf. Apud. BANDEIRA, Márina. **A Igreja católica na virada da questão social** (1930-1964) Rio de Janeiro: Vozes: Educam, 2000, p.60.

<sup>72</sup> Cito alguns autores mais conhecidos, embora esta produção acerca dos dilemas enfrentados pelo arcebispo Sebastião Leme sejam objeto de análise até hoje. Cf. Santo Rosário, Maria Regina do. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1962, p. 61ss. CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**-Petrópolis: Vozes, 1995, p.80ss. VILLAÇA, A.C. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 78ss; DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil** (1922-35) São Paulo: Ed. Da UNESP, 1996, p.52ss.

<sup>73</sup> Ver análise das mudanças do Código Canônico e as cláusulas especiais no artigo de Fábio Konder Comparado: o papado: imagem e poder. In: ARROCHELLAS, Maria Helena (org.) **A Igreja e o exercício do poder**. Rio de Janeiro: ISER/CAALL, 1992, p. 92-94.

e o poder da administração dos sacramentos. Habilmente, não se tratava de uma prerrogativa carismática, no sentido teológico da palavra, mas primordialmente um poder de sacralização do poder político, uma vez que só os clérigos podem amarrar os poderes terrenos, segue que o papa tinha o privilégio (direito de votar primeiro) de decidir tudo sob os auspícios de seu próprio cargo, a força infalível que rege todas as leis do homem.

Dom Leme sabia, como jesuíta que era, que a situação da Igreja na Europa era crítica, não apenas por conta da guerra, mas por causa das divisões internas levadas a efeito com o aprofundamento dos problemas sociais, que causaram verdadeiros cismas de posições políticas, embora mais de caráter pessoal de padres, bispos e leigos europeus. A questão social havia também respingado sobre a Igreja brasileira e trouxera consigo divisões, críticas e intolerâncias. Até onde conhecemos, fora o padre Júlio Maria (Júlio César de Moraes Carneiro) (1850-1916), quem levantou a bandeira de se consagrar atenção ao povo brasileiro e deixar de lado as bajulações pelos homens do poder, como era praxe nos meios eclesiásticos. Para Júlio Maria, só existiam duas forças no país: o povo e a Igreja. Ambos, deveriam se conjugar para exigir os direitos sociais que lhes cabia e que haviam sido tirados sistematicamente pelas oligarquias sucessivas.

Diante das pregações e da pessoa de padre Júlio Maria tem-se um divisor latente entre uma postura humanizante cristã representada por este, e uma posição retrógrada, enérgica, institucionalizada de Dom Leme. Digo que era uma divisão latente, porque os conflitos pelos quais passava a Igreja são de difícil identificação, uma vez que estes conflitos não se manifestavam ao público e não se tornavam públicos. A Carta Pastoral de Dom Leme de 1916 é também uma resposta às posições de padre Júlio Maria, ou seja, era preciso reagir ao indiferentismo das elites, reagir frente ao catolicismo festivo popular dos brasileiros comuns, reagir mais ainda a um distanciamento do poder do Estado ao ponto deste mesmo Estado desqualificar e fazer desaparecer a influência católica definitivamente das raias do poder e de seus representantes. Dom Leme chega a afirmar que era necessário “evangelizar as classes trabalhadoras”<sup>74</sup>, querendo dizer com isso, ainda no ano de 1916 em Olinda e Recife, frente às constantes manifestações populares, que a Igreja precisava se antecipar para reequipar o cenário nacional com princípios cristãos, isto é, “amor entre os homens, apego à autoridade, solidariedade entre as

---

<sup>74</sup> LEME, Sebastião. op. cit. p. 70

diferentes classes sociais e desapego às ambições dos bens da terra”<sup>75</sup>. Para Dom Leme, e é aqui que sua verve se diferencia da postura de padre Júlio Maria, o grande mal do católico no Brasil não era apenas sua inatividade, mas sim que ele não atuava como católico, dando suporte à vida social como um dever social. O católico deveria dar prioridade para os deveres com Deus, com a sociedade, a pátria, os deveres religiosos e sociais<sup>76</sup>. Este projeto de levar o catolicismo a todos os rincões do país só seria possível se e somente se houvesse uma reaproximação aos homens do poder, ao contrário do que dizia padre Júlio Maria, pregando o distanciamento da Igreja em relação ao Estado e à aproximação do povo. A estratégia de Dom Leme era mais ousada, e porque não dizer, mais ardilosa: o país vivia uma decadência moral. Portanto, “nós não precisávamos de leis, mas de homens dignos”<sup>77</sup>. Não era necessário doutrinar o Estado, mas ir até os homens do Estado, porque, para fomentar a lei, nada melhor do que a religião. Para Leme, o catolicismo deveria se preparar para essa missão específica. Educar na escola, educar através dos sacramentos, educar na moral. Cita Napoleão I para justificar tal posição: “um povo que não crê em Deus, não se governa”<sup>78</sup>.

Evidentemente, padre Júlio Maria foi o representante de um clero mais voltado para os problemas sociais do que os jogos de bastidores e das bajulações políticas. No entanto, padre Júlio Maria não representava um movimento de contornos nítidos e muito menos um programa comum envolvendo outros padres. O que ocorria era justamente uma repercussão dos conflitos internos da Igreja europeia no Brasil, a soma dos problemas sociais gritantes que iriam suscitar o reconhecimento e a sensibilidade de padre Júlio Maria de experiências comuns. Podemos até dizer que Júlio Maria representava um pensamento no qual a autenticidade religiosa, cultural, política e científica (mas sobretudo a religiosa) eram sufocadas pelo enorme peso da instituição e pelas tradições eclesiais estabelecidas. Mesmo com sua admirável simpatia pelas mudanças de ares e rumos do papa Leão XIII, o fato é que Júlio Maria<sup>79</sup> sabia como deveriam se dar os

<sup>75</sup> LEME, Sebastião. op. cit. p. 16-17

<sup>76</sup> LEME, Sebastião. op. cit. p. 6

<sup>77</sup> LEME, Sebastião. op. cit. p. 84

<sup>78</sup> LEME, Sebastião. op. cit. p. 60

<sup>79</sup> De maneira nenhuma fazemos uso da interpretação de estudiosos católicos, os chamados teólogos da libertação, que imprimem sobre a imagem de padre Júlio Maria como o primordial precursor desta corrente, atual até os anos de 1990. Cf. BEOZZO, J. O. Pe. Júlio Maria :Uma teologia liberal – republicana numa Igreja monarquista e conservadora. In: **História da teologia na América Latina**. São Paulo: edições Paulinas, 1981; LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Apresentação**. In: Maria, Júlio. A Igreja e o povo. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983.

embates e invectivas e quais eram os inimigos reais da Igreja. Seu idealismo não o deixava cego ao ponto de perceber que o papa Leão XIII indicava uma conciliação com o mundo moderno, com os regimes políticos vigentes na época, com os avanços científicos e, de certa forma, com a liberdade de expressão. Porém, em nosso pensamento, as atitudes do papa Leão XIII possuíam mais um caráter pragmático e performático do que uma disposição interior para com os ideais de mudanças advindas das avalanches revolucionárias desde 1789 e 1848. E é justamente nesse ponto que se define a posição política de Júlio Maria. Ele carrega consigo uma distinta compreensão da realidade brasileira. Diferencia os grupos sociais e tem consciência de seus papéis no seio da sociedade brasileira: acusa a insensibilidade das oligarquias, o despotismo do capital, exige justiça e equidade dentro de um clima de caridade.

Ainda que tivesse a clareza desses ajustes sociais e ideológicos, Júlio Maria é vítima de seu próprio tempo e lugar no cenário nacional: possui uma visão funcionalista de como os problemas do trabalhador deveriam se resolver, ou seja, o direito ao trabalho, sua dignidade, a postura salvífica do operário que deveria receber a bênção redentora da Igreja para se sentir não apenas protegido por Deus, mas pacificado pelo catolicismo ordeiro, com a sensação de dever cumprido e paraíso ganho<sup>80</sup>. Deste modo, padre Júlio Maria não prega nenhuma insurreição, não propõe um regime socialista, ou coisa próxima disso. Ele prega a necessidade de que o poder tem de ser flexível, ajustável para evitar os conflitos e controlar o espaço para mantê-lo equilibrado e sóbrio conforme rezava a cartilha dos mandamentos da caridade cristã. O operário deveria se preparar para ingressar na cidade de Deus e se tornar parte constitutiva do tempo da Graça, não na vida eterna, mas no tempo secular, civil, histórico, político, democrático. Só a Igreja possibilitaria tal tempo, desde que o operário se dedicasse à Igreja<sup>81</sup>.

Além disso, padre Júlio Maria se destacava por fazer críticas ao próprio clero e às elites que controlavam o país, acarretando uma reação violenta contra si. Uma boa parte dessa elite via na Igreja um papel correspondente àquilo que a instituição representara na Colônia e no Império, ou seja, uma religião parcimoniosa, fortalecedora do equilíbrio e da ordem, mas, sobretudo, um papel primordial de

---

<sup>80</sup> Maria, Júlio. **A Igreja e o povo**. São Paulo: edição Loyola, 1983, p. 37ss.

<sup>81</sup> Maria, Júlio. **A Igreja e o povo**. São Paulo: edição Loyola, 1983, p. 38ss.



centro espiritual e fundadora da nação<sup>82</sup>.

Ao mesmo tempo, a situação da Igreja com o novo Regime, com as mudanças oriundas da reforma romanizadora, as pressões e o centralismo que a Santa Sé insistia em manter e aprofundar criaram posições e reações confusas entre membros do clero e do episcopado. Era inevitável que houvesse desencontros de concepções e a ausência de liderança reforçou tais confusões. Padre Júlio Maria acabou sendo elevado à pecha de subversivo da ordem por pregar a aproximação da Igreja ao sistema democrático, à ciência e ao progresso. Jonathas Serrano, amigo e biógrafo de Júlio Maria, diz:

“Ninguém hoje pensa em chamar socialistas os que subordinam as reformas políticas às sociais. Se qualquer tentativa de melhoramento da sociedade se houvesse de classificar sob a rubrica de socialismo, socialista seria toda a gente”<sup>83</sup>

Serrano estava se referindo às doutrinas políticas e econômicas do começo do século XX. Mas também Serrano, como professor de História do Colégio Pedro II, procurava entender, numa auto avaliação do papel de Júlio Maria, as razões de tantas reações aviltantes sofridas pelo padre. O próprio Serrano, membro ativo do *Centro Dom Vital* e um dos fundadores da *União Católica Brasileira* em 1908, tomou uma atitude radical saindo do *Centro Dom Vital* por discordar da linha política por seu diretor, Jackson de Figueiredo<sup>84</sup>. Este sinal de discórdia e de ruptura não tinha um caráter pessoal. Seus desentendimentos seguiam no campo das ideias e se aprofundavam na direção contrária das chamadas “questões sociais”. Adepto de Júlio Maria, Serrano desejava que a Igreja desse prioridade às possibilidades de mudanças sociais. Por outro lado, Jackson seguiu uma diretriz de confrontos políticos tanto dentro quanto fora do *Centro Dom Vital*. Seu apoio ao governo do Presidente Bernardes e a insistência de criar um partido político católico tornou pesado o clima dentro do *Centro Dom Vital*. Nota-se que o *Centro Dom Vital* não era um corpo fechado e coeso em direção daquilo que queria Jackson e daquilo que ansiava Dom Leme, na época, arcebispo-coadjutor do cardeal Arcoverde. Em carta

<sup>82</sup> MARIA, Júlio op. cit. p.21

<sup>83</sup> Apud. RODRIGUES, Anna Maria Moog. Prefácio. Maria Júlio. **A Igreja e a República**. Brasília: Editora UNB, 1981, p.7

<sup>84</sup> SILVA, Giovane José da. **O batismo de Clío: catolicismo social e história em Jonathas Serrano (1908-1931)**. Dissertação (Mestrado em História). São João Del Rei: Universidade Federal de São João Del Rei, 2011, p.15.

endereçada a Fonseca, Serrano expressava seu descontentamento: “\_Basta de discursos; [...] contraproducentes ataques a pessoas”.<sup>85</sup>

Serrano comentava os novos rumos da *União Católica Brasileira*, “filha” criada por ele, da *Ação Social Católica* e da *Revista Social* dirigida por ele. Novos rumos que o enquadrariam por Dom Leme, que desejava uma diretriz centralista, fechado por temas de interesse exclusivo hierárquico, sem polêmicas envolvendo políticas sociais diretamente discutidas, principalmente nesses órgãos. Enfim, Serrano destoa, e muito, de uma maioria dos membros intelectuais católicos da época, mesmo sob o domínio centralista de Dom Leme.

As oposições dentro do *Centro Dom Vital* não se limitaram a Serrano. Sobral Pinto, escrevendo a Alceu Amoroso Lima, faz ponderações sérias acerca das artimanhas do cardeal Leme que estaria criando contendas e colocando o nome de sua Igreja em apuros ao se envolver com membros do Estado que não tinham nenhum escrúpulo. Acrescenta ainda a Alceu que não estava sozinho dentro do *Centro Dom Vital*. Muitos, um grupo grande de intelectuais, concordavam e o apoiavam na crítica pela maneira como o cardeal conduzia suas alianças com o Governo autoritário de Vargas<sup>86</sup>.

O *Centro Dom Vital* trazia em seu bojo não apenas o objetivo de formar lideranças para a implantação de um catolicismo antirreformista, avesso a qualquer mudança social que lhe trouxesse resquícios de perdas de alguma natureza. A revista *A Ordem* trazia em 1929 um número especial em homenagem à morte de seu idealizador, Jackson de Figueiredo. Em artigo escrito com este mesmo fim, o Senhor Contreiras Rodrigues afirmara em sua homenagem a Jackson, que o cultivo do sentimento revolucionário não se opunha à doutrina da Igreja, justamente contradizendo aquilo que sempre dissera Jackson, que era a favor de toda e qualquer reação contrarrevolucionária. Os membros responsáveis pela edição especial se voltaram contra a postura de Contreiras<sup>87</sup> e tentaram impedir sua publicação. Serrano encontrara em Contreiras um aliado na propagação de uma Igreja voltada para os grandes problemas sociais pelos quais passava a população brasileira.

<sup>85</sup> SERRANO, J. **Correspondência a Fonseca (?)**, s/d, S/L. Fundo Jonathas Serrano, Caixa 10. Arquivo Nacional –RJ.

<sup>86</sup> PINTO, H.F. Sobral **Correspondência a Alceu A. Lima**. Rio de Janeiro, 12.11.1934. Pasta 322, arquivo 4, gaveta 3, Petrópolis, Centro Alceu Amoroso Lima para a liberdade (doravante, CAALL)

<sup>87</sup> Apud. MENDONÇA, Carlos Sussekind de. **O catolicismo, partido político estrangeiro**. Rio de Janeiro: Calvino Filho Editor, 1934, p.239-240, nota 159, p. 239.

As inflamadas conferências de padre Júlio Maria não eram as únicas preocupações da hierarquia brasileira. Outra voz dissonante e que propunha posições radicais para a Igreja era o padre Desidério Deschand, em Curitiba, Paraná. Em 1910 ele publicara uma obra, acima de tudo polêmica, sob o título “*A situação atual da religião no Brasil*”<sup>88</sup>. A polêmica que o livro de Deschand causara já estava explícita na carta-prefácio de Dom Joaquim Silvério de Souza, arcebispo de Diamantina. Este incorporou a si as teses de Deschand, revelando uma divisão enorme do episcopado brasileiro, mas também a ideia de que a República instaurada em 1889 deixara o país no caos e a Igreja mais abandonada do que nunca.

A obra de Deschand causou alarme no episcopado. Boa parte dos bispos brasileiros procurara aceitar a separação em relação ao Estado, mas concomitante a essa, procurara também adequar as necessidades e privilégios à Igreja Católica. Deschand bate pesado na República, mesmo reconhecendo a necessidade urgente da intervenção dos católicos no governo do país<sup>89</sup>. Era uma posição contrária ao longo e penoso esforço das principais figuras do episcopado. Ele só estava de acordo com a tese de que os católicos sofriam de inação e que se não houvesse uma forte coalizão entre os católicos não conseguiriam extirpar da nação os “cancros sociais”<sup>90</sup>.

A República que se instalara em 1889, para Deschand, desde sua pérfida e daninha Constituição (1891) avessa à nação católica, a República das usurpações, dos roubos legais, das atrocidades, precisava ser contida. Elenca ele os remédios: arregimentar as forças católicas em um poderoso partido político e investir maciçamente na abertura de escolas católicas para conquistar cada vez mais adeptos. Chega a dizer que se não for feita alguma coisa, nem a República e nem a Igreja iriam sobreviver. Critica as Forças Armadas, a maçonaria e os ideólogos positivistas por terem usurpado o poder, portanto seriam representantes ilegítimos do povo<sup>91</sup>. Critica o clero por ser este desobediente aos seus respectivos bispos.<sup>92</sup> Arremata, proclamando e exigindo a anulação do parágrafo 7º do art. 72 da Constituição que estabelecia a separação da Igreja e do Estado. Por fim, prega a

---

<sup>88</sup> DESCHAND, Desiderio. **A situação atual da religião no Brasil**. Rio de Janeiro: H. GARNIER, Livreiro Editor, 1910.

<sup>89</sup> Dechand, D. op. cit. p. 4

<sup>90</sup> Dechand, D. op. cit. p. 8-10

<sup>91</sup> Dechand, D. op. cit. p. 19

<sup>92</sup> Dechand, D. op. cit. p. 22

desobediência civil dos católicos frente ao Congresso Republicano. Chega a falar em nome dos bispos, propondo um levante do Exército para derrubar o governo ilegal<sup>93</sup>. Esta posição extremada do padre Deschand teria lhe custado a excomunhão e exclusão da Igreja. Em nota, Carlos Sussekind de Mendonça afirma, sem muita certeza, que o padre Deschand passou a residir em Santos(SP) como professor de matemática com o nome de Bittencourt e faleceu em 1930<sup>94</sup>.

Esses exemplos de conflitos dentro da Igreja brasileira são sinais de que havia contradições elementares no seio da instituição. Podemos afirmar, assim, que a Carta Pastoral de Dom Leme de 1916 não possuía apenas um caráter de alerta aos católicos. Além disso, tinha ele também uma preocupação com as reações de uma possível linha de ação de grupos heterogêneos dentro do clero (que continuou arredo, dissoluto e indisciplinado mesmo depois da reforma ultramontana), como também a preocupação com as reações de parte do laicato mais envolvido com os movimentos católicos. Embora seja difícil provar através de documentação, há sinais evidentes de que houve, por parte do Movimento Patrianomista<sup>95</sup>, choques de alguns de seus membros (esses são difíceis de serem identificados nos documentos com os quais trabalhamos) com a hierarquia. Choques de posições contrárias às orientações da hierarquia e da Santa Sé no campo da inserção desses membros em assuntos de política partidária, resistências ao Governo Republicano, oposição às propostas de diretrizes mais abertas às querelas sociais. Jonathas Serrano comenta em carta<sup>96</sup> que a *Revista Social*, por ele dirigida, acabou fechando e sendo extinta por pressões de setores do clero e do laicato que se identificavam com a linha ultraconservadora católica, uma fatia considerável do movimento patrianovista, uma fatia considerável do movimento patrianovista.

<sup>93</sup> DECHAND, D. op. cit. p. 115-116

<sup>94</sup> MENDONÇA, C.S. op. cit. p. 200. Pelas informações que pudemos obter, Sussekind de Mendonça dirigiu o Jornal "A Esquerda" do Rio de Janeiro. Jornal fundado por Pedro Mota Lima em 1927 e extinto em 1933. Foi um jornal nacionalista, apoiou a causa comunista aceitando ser financiado pelo bicheiro João Pallut. Apoiou a Frente Liberal de Vargas para, logo depois, ser-lhe adversário. Era anticlerical. Cf. Verbete, CPDOC, FGV-RJ.

<sup>95</sup> Ação Imperial Patrianovista Brasileira. Estruturado a partir de 1928, mas já presente no cenário nacional desde 1889, a AIPB foi um grupo radicalmente antirrepublicano, monarquista, antiliberal. Acreditavam que a República havia trazido uma espécie de degeneração da história, pois contrária aos desígnios de Deus. Queriam a derrubada do Regime Republicano. Por ser expressão de um movimento oriundo da classe média brasileira, seus membros levavam consigo valores elitistas e o medo premente da proletarização do país. Sua meta era arregimentar intelectuais para chefiarem o Estado. Jackson de Figueiredo, defensor da ordem fosse ela qual fosse, fora simpatizante da AIPB, embora não a tenha apoiado por esta pregar o desbaratamento Republicano. Cf. MALATIAN, Teresa Maria. Os cruzados do Império. São Paulo/Brasília: Contexto/CNPq, 1990, p.7ss.

<sup>96</sup> SERRANO, J. Correspondência a Fonseca (?), S/D, S/L. Fundo Jonathas Serrano, Caixa 10. Arquivo Nacional-RJ. A Revista Social foi fundada em 1908, sendo Serrano seu idealizador. Era órgão da mocidade acadêmica de ciências, letras e artes. Seu propósito era a discussão de temas sociais e políticos. Os artigos só eram publicados depois de receberem a aprovação do assistente eclesiástico, indicado pelo arcebispo Arcoverde e, depois, Sebastião Leme. Cf. Silva, Giovane J. op. cit. p.25ss.

Ainda como arcebispo de Olinda e Recife, Dom Leme recebera carta de Roma, convocando-o ao cargo de coadjutor no Rio de Janeiro. Era justamente aquilo que ele temia<sup>97</sup>. O núncio apostólico Henrique Gasparri insistia na escolha, segundo ele, pessoal do papa Bento XV. Dom Leme procurava recusar a escolha da Santa Sé para que ele fosse, de pronto, arcebispo-coadjutor com direito garantido de suceder ao cardeal Arcoverde, naquele tempo já acometido por doença grave.

Dom Leme não desejava ser cardeal, pois sabia que havia muitos pretendentes, um deles, seu melhor amigo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo. O outro candidato seria Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre. Apesar dessa divisão no interior da própria Igreja, havia também uma insatisfação de lideranças políticas que viam em Dom Leme uma personalidade afoita à política com vistas a galgar os degraus do poder em função de supostos direitos que o catolicismo teria.

De 1911 a 1916, Dom Leme fora bispo auxiliar de Arcoverde. O Jornal *A Lanterna* fizera uma cobertura de suas pregações na quaresma de 1913. O Jornal se expressava nesses termos:

[...] a religiosidade entusiasma apenas as mulheres por natureza sentimental e nos espíritos piegas e maricas [...] o bispo de Ortosia (refere-se à postura ortodoxa dele) quer que essa religião seja considerada o mais poderoso elemento moralizador da sociedade moderna [...] Contra essas pretensões, os fatos falam de maneira a mais eloquente. O nível moral vai se elevando cada vez mais em consequência dos progressos naturais realizados pelo espírito humano<sup>98</sup>

O Jornal *A Lanterna* era um dos órgãos da imprensa anarquista totalmente dedicado a combater o clericalismo, pois este seria o grande responsável pela situação de ignorância e cegueira política do povo brasileiro. As chamadas conferências de Dom Leme debatiam a luta incansável e, muitas vezes, irracional entre ciência moderna e fé. De tal maneira que, do ponto de vista do bispo, a fé

---

<sup>97</sup> Dom Leme não desejava comandar a arquidiocese do Rio de Janeiro por razões pessoais. Na verdade, ele sabia que o clero carioca, de maneira geral, era-lhe opositor. As razões são claras: Dom Leme iria impor a disciplina tridentina sobre um corpo eclesiástico longamente suscetível às mazelas da capital do país, espelho do que era ainda o clero no país inteiro. Cf. Santo Rosário, Maria Regina do. O cardeal Leme (1882-42). Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1962. P.127ss.

<sup>98</sup> Hóstias Amargas. As Quaresmais de Dom Leme. A LANTERNA. 22.02.1913, ano XII, nº 179, p.1-2. Fundo JNA – Arquivo Edgard Leuenroth. Campinas, UNICAMP.

prevalecia, pois era universalmente divina e perfeita, enquanto que a ciência era cercada de experimentos e dúvidas. As críticas do jornal batiam na tecla da inoperância de um mito medieval que representava a religião católica.

O substrato central do cristianismo se consolidava na ideia de que haveria uma hierarquia divina operando no mundo dos homens. Para o clero e principalmente para os bispos o foco de origem do conceito de autoridade recaía sobretudo no colo da religião católica, o que, de forma contraditória e metafísica, explicaria a estrutura social da ordem dos homens no mundo e de suas expectativas para se encaixarem a esta ordem no influxo da teologia da salvação e de sua gloriosa história iniciada com o filho de Deus, Jesus Cristo.

O “capital pessoal”<sup>99</sup> de Dom Leme e do clero de forma geral os coloca num lugar privilegiado de dirigentes da consciência moral do resto dos homens, tudo em função e em razão da primazia da religião católica no mundo. Entretanto, ocorre uma duplicidade nos discursos de Dom Leme, para não dizer também em suas ações. Destaca-se em sua fala em público um discurso teológico político no qual, diante da multidão, expressa a vontade de Deus – encarnado como personagem histórica com cidadania – para que os católicos se mobilizassem para buscar tais direitos de Deus, como se fossem seus próprios. Por outro lado, uma vez estando Dom Leme pessoalmente presente na frente apenas de uma autoridade do governo ou de seus funcionários graduados, os chamados bastidores (fora do alcance público), seu discurso se recobria de cordialidade, doçura, ponderação, acatamento, paciência, enfim, um homem de carne e osso, comum a qualquer outro mortal, à espera de concessão e favores em nome de sua Igreja.

Em sua Carta Pastoral de 1916, Dom Leme insistia, entrevendo uma discordância com a questão social das entidades católicas, que a Igreja precisava se lançar na questão dos direitos sociais católicos e não propriamente nas questões dos direitos sociais, como desejava ver Jonathas Serrano. Dom Leme dizia:

[...] Falta-nos desenvolver aquela ação que, por interessar de perto à Igreja e à sociedade, muito bem é chamada ação social católica [...]”<sup>100</sup>.

Somos uma maioria que não cumpre os seus deveres sociais[...]

Eis o grande mal. Grande mal, não há dúvida, porque importa no menosprezo inadmissível dos nossos deveres para com Deus, a sociedade

<sup>99</sup> BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Lisboa: Difel, 1989, p.190-191.

<sup>100</sup> LEME, S. **Carta Pastoral saudando os seus diocesanos**. Petrópolis: Tipografia Vozes, 1916, p.15.

e a pátria, deveres religiosos e sociais [...]

[...] da influência social dos católicos é certo que muito precisa a nossa pátria amada<sup>101</sup>

Dom Leme chega a afirmar que a salvação do homem se dá na dimensão social. É a salvação social, isto é, o coletivo empurra para a ação os indivíduos que, por medo, por timidez, por indiferença, por vergonha acabavam se engajando na causa católica. O propósito de Dom Leme era chamar à militância o católico para que, revestido de direitos sociais, lutasse pelos direitos da Igreja. Cidadão só poderia completar sua existência tendo o ferrete do católico.

Desejava também Dom Leme, dar uma rota e um itinerário seguro ao catolicismo, articulado num só corpo para conquistar espaço dentro da máquina do Estado, dentro das instituições e de tudo o que essas representavam. Ele diz a Dom Duarte, logo no início da tentativa de reformar a Constituição em 1926:

[...] Temia-se que muitas situações estaduais não houvessem cumprido o que prometeram ou, então, que seus representantes aqui não houvessem transmitido aos deputados as ordens recebidas [...]

Foi nessa ocasião que apelei de novo para os senhores bispos, em telegrama circular. Dirigi-me, ao mesmo tempo, aos chefes nacionais das correntes políticas. Fechou-se, quanto possível, o cerco para impedir que, à última hora, falhassem solidariedades prometidas [...]

É desnecessário dizer que junto do Sr. Presidente da República imediatamente procurei intervir, mais uma vez [...]. O Congresso, na proporção de 95%, e a imprensa toda estão conosco, na hipótese, é óbvio, de que o governo abra ou, ao menos, não feche a questão contra nós. (grifo dele).

Penso, contudo, que já está conjurado esse perigo, uma vez que a Comissão dos 21 resolveu dar liberdade ao plenário.

Convém muito que, guardando absoluta reserva sobre este assunto, esteja V.Exa. preparado para, num dado instante, auxiliar-me em movimento rápido, a assediar os homens que possam influir.

Lembro que os pedidos feitos a políticos, por intermédio de outros políticos, nem sempre chegam ao termo. Segue-se que, mesmo obtida a contribuição de amigos e elementos políticos locais que prometem dirigir-se aos deputados, não devemos abrir mão dos pedidos pessoais nossos (grifo dele) a cada congressista. Os telegramas dos bispos têm grande valor.

<sup>101</sup> LEME, S. **Carta Pastoral saudando os seus diocesanos**. Petrópolis: Tipografia Vozes, 1916, p.6-7.

Lembro ainda que não devemos limitar os pedidos à aprovação da emenda sobre o ensino religioso, a outra tem grande alcance. Nos telegramas bastará que V.Exa. se refira às duas emendas Plínio Marques. Precisamos dar aos políticos a impressão exata da realidade, isto é, que o Brasil inteiro quer essas emendas. O Brasil, não só o clero!

Por enquanto, não acho de bom alvitre darmos publicação aos nossos atos, ordens e pedidos nesse assunto. Os políticos têm um medo horroroso à pecha de serem guiados pelo clero. Tenho razão para afirmar até que esse pavor poderá prejudicar a nossa ação.

Não há dia que passe sem repetidas intervenções minhas junto dos elementos políticos, imprensa etc, a respeito das duas emendas. Com experiência, pois, repito que não devemos expor o caso ao respeito humano dos políticos e à sanha dos adversários.

Não terminarei esta carta sem implorar de V.Exa. o seu generoso perdão para minhas importunações

Esperando suas bênçãos e preces, sou

De V.Exa. Revma.

Servo e irmão em Jesus

Sebastião.<sup>102</sup>

Essa correspondência ensina cabalmente como o arcebispo-coadjutor se esgueirava no trânsito de uma via confessa. Está presente nela também aquela ambiguidade sorrateira dos discursos ora teológico-políticos, ora políticos na sua inteireza tipológica da reforma constitucional de 1926.

O arcebispo-coadjutor fala na correspondência como um exímio articulador, em todos os ângulos e esferas possivelmente suscetíveis de influência, atrás de apoio, adesão. Fala como se os correligionários estivessem ao alcance de sua prestigiosa função, o centro gravitacional da política nacional. A projeção de sua autoridade, expressa em sua própria pessoa, distingue-o de tudo e de todos, como se aquilo que buscava (as emendas aprovadas em favor da Igreja) fosse prioridade para todos. Ainda para Dom Leme, seu apelo às exigências católicas precisava ser montado através de contatos pessoais, isto em se tratando de uma espécie de aula aos demais bispos para que fizessem os contatos com as autoridade políticas pessoalmente, com tato, moderação, serenidade, equilíbrio, demonstrando superioridade e altivez nas reivindicações, como também tornando-as um substrato

---

<sup>102</sup> LEME, S. **Carta reservada ao Exmo. e Revma Sr. Duarte Leopoldo e Silva**. Rio de Janeiro, 18. 08. 1925. Arquivo particular de Monsenhor Jamil Nassif Abib. Rio Claro-SP.



e prolongamento daquilo que queria a maioria da população. Enfim, falava em nome dela.

Revela também o arcebispo-coadjutor uma singular postura histórica diante das supostas expectativas que os políticos tinham do clero, o fato de serem “guiados” pelo clero como se esses personagens fossem apenas agentes passivos esperando orientação. O passado de influência do clero sobre a política está presente de maneira arrogante como se não esperasse traições, rebeldias ou negações. Aqui também está presente a posição seca, límpida, intangível de se colocar como político, sobrepondo a batina purpurada. Para nós, a ironia maior, depois de uma aula de exegese partidária, é a despedida, por força do hábito, “tecnopastoral”<sup>103</sup> teológica: “Esperando suas bênçãos e preces, sou De vossa Exa. Revma, servo e irmão em Jesus”.

O documento revela com propriedade, sobretudo, o envolvimento direto, pessoal da hierarquia e de parte significativa do clero às instâncias mais profundas do substrato partidário, pois este, para Dom Leme principalmente, era visto como uma instância intermediária, portanto, sujeita às lideranças do poder estabelecido, este sim ensopado de influência católica, como pensava ser o Presidente Artur Bernardes, o mesmo que o havia convidado a se candidatar ao Senado, e o mesmo que negava, com a garganta seca, a aprovação de tornar o país, oficialmente, católico.

Além de tudo, esta correspondência traz no seu bojo a artimanha “perversa” de estratégia política enraizada nos costumes fisiológicos da tradição brasileira. É desse catolicismo que se engendra a Igreja do Rio de Janeiro. A capital política do país recepcionava um novo agente político, altivo, soberbo, seguro e absolutamente convicto de que suas exigências eram imprescindíveis para o sucesso da Igreja e a salvação dos católicos. É justamente esta postura de autoridade que caracteriza o catolicismo refundado a partir da ascensão hierárquica de Dom Leme. Este catolicismo tem muito pouco de religiosidade, de espiritualidade, de transcendência. Enfim, este catolicismo tem pouco de cristianismo, ou seja, tem pouco de esperança de mudança de vida, de justiça social, como desejava padre Júlio Maria, tem pouco de equidade, de busca e conforto diante dos desafios da existência e da trajetória de cada cristão: acreditar na vida eterna, na paz, na

---

<sup>103</sup> Valho-me desta expressão de Berman, que dá uma conotação de apaziguamento universal, de pacificação de um rebanho em luta. Cf. BERMAN, MARCHALL. Tudo que é sólido desmancha no ar. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p.30.

concordia e na coerência de suas convicções, cuja força o conduziria ao paraíso definitivo.

Em meio ao turbilhão de revoltas militares no qual nadava a nau que simbolizava o apaziguamento e a harmonização dos homens, Dom Leme tivera o cuidado e a prudência de organizar entre os oficiais das Forças Armadas a União Católica dos Militares, fundada em setembro de 1925, segundo José Murilo de Carvalho, por Juarez Távora<sup>104</sup>. As constantes revoltas e tentativas de golpes por parte dos militares como também sua tradição formativa nas fileiras do positivismo, colocavam os olhos da Igreja na direção de sua catolicização. No período do Estado Novo, chegou-se a proibir o ingresso de candidatos não católicos nas Forças Armadas. Para ingressar no Colégio Militar do Rio de Janeiro condicionava-se obrigatoriamente o candidato a ser de família católica<sup>105</sup>.

Como se pode ver o catolicismo de Dom Leme possuía uma matriz doutrinária e apologética no ato de moldar a moral do cidadão, mas com ênfase não no pêndulo da cidadania, porém, no pêndulo do católico-cristão. Conclui-se daí que para ser cidadão teria de ser obrigatoriamente católico-cristão. Estava inscrito neste pensamento a lógica de um campo religioso que, para a historiografia, pode ser interpretado como uma ação em meio à areia movediça. Entretanto, era tal lógica movida por uma força teológica de um catolicismo de “estado de missão”<sup>106</sup>, no qual difundiu-se uma espécie de projeção de seu papel religioso sobre segmentos sociais diversos. Assim, militar, para ser bom soldado, deveria, antes de tudo, ser católico, o juiz, o médico, o empresário, o banqueiro, o político, todos, uma atribuição inerente do ser humano, até mesmo o fato de se definir o brasileiro, essencialmente católico.

Na mesma correspondência acima analisada, Dom Leme se mostra corajoso. Essa coragem também se revelou presente quando da agitação militar que desejava a renúncia do Presidente Epitácio Pessoa. Em 29 de abril de 1922 correram boatos de que o Presidente estaria prestes a sofrer um atentado. Um grupo de jovens patriotas, dentre os quais, alguns católicos, havia pedido a Dom

---

<sup>104</sup> CARVALHO, J.M. de **Forças Armadas e política no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2006, p.201. Segundo Maria Regina do Santo Rosário, a catolicização, também chamada de romanização católica, teria se iniciado junto aos militares no começo dos anos de 1920 com o arcebispo-coadjutor Sebastião Leme. Cf. op. cit. p.162; Acrescenta ainda que Dom Leme afirmara a prioridade de cristianizar os militares, pois o país urgia da necessidade de homens santos. (p.197). Lembra ainda a autora que fora um general (Pedro Carolino) quem havia proposto a ereção do Cristo Redentor, p.245.

<sup>105</sup> CARVALHO, J. M. op. cit. p.28 e p. 80.

<sup>106</sup> COUTROT, Aline *Religião e política*. In: REMOND, R. (org.) *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: ed. EFRJ, 1996, p. 332.

Leme que acompanhasse o Presidente em carro aberto até ao Palácio Presidencial. Dom Leme aceitara, mas, antes, redigira testamento, pois acreditava que iria ocorrer tal atentado. O ocorrido acabou rendendo dividendos à Igreja, com a imprensa estampando manchetes de elos sólidos entre Estado e a instituição<sup>107</sup>.

Reforçando o caráter duplo de sua função-espiritual e política – quando da morte do cardeal, Alceu Amoroso Lima escreveria algumas memórias acerca daquele homem que o convertera ao catolicismo de maneira tão sublime e arrebatadora, no dizer dele próprio:

Quando a política toca o altar, temos então de fazer política, mas só então [...] Com bons modos, tudo se consegue no Brasil. As campanhas são inúteis. Os homens, mesmo os mais aparentemente maus, são bons entre nós. A questão é saber levá-los. Não adianta levantar barreiras. O que adianta é vencer prevenções e ir diretamente às almas. Falar aos corações<sup>108</sup>

As preocupações de Dom Leme não se concentravam apenas nos jogos de xadrez da conjuntura nacional. Além das discussões e desentendimentos com o cardeal Arcoverde, com o clero do Rio de Janeiro e com políticos que acabaram recorrendo até ao Senado<sup>109</sup> para evitar sua posse como arcebispo-coadjutor, também havia desentendimentos seríssimos com a Santa Sé. Documentos encontrados no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, junto às pastas do embaixador Carlos Magalhães de Azeredo, embaixador no Vaticano até 1934, revelam as angústias e incertezas da Igreja do Brasil, quase que totalmente entregues às injunções canônicas e às obrigações do voto de obediência a Roma. São cartas de Dom Leme e de Jackson de Figueiredo com o distinto amigo Carlos

---

<sup>107</sup> SANTO ROSÁRIO, M. do S. op. cit. p.134.

<sup>108</sup> Apud LIMA, A. A. O cardeal Leme. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1943, p. 166-167. Esta obra foi escrita logo após a morte do cardeal, em outubro de 1942. Alceu personificou e representou o cardeal em muitas contendas. Suas “memórias” do cardeal mostram um líder carismático e austero diante das exigências e contingências dos tempos sombrios dos últimos anos de vida do cardeal, marcados pela necessidade de apoio à ditadura Vargas e a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial. A memória é também contingencial. Destacar o que podia ser relevante para aquele momento da perda do pai espiritual, do comandante do exército de Cristo, como também do homem mediador, Armador e desarmador das sutilezas, vilanias e veleidades do maior líder católico que Alceu conhecera e que acompanhara em muitos embates em prol da Igreja. Levamos em conta essas tênues angulações das artimanhas da memória. Alceu se faz testemunha, como diz Bergson “[...] não se pode conceber um tempo sem representa-lo percebido e vivido”. Citado por SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (DES) continuidade e projeção. Uma reflexão (in) atual para a História? Projeto História, São Paulo, (24), jun.2002, p.48. Cf. HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, principalmente cap. 2. Memória coletiva e memória histórica, p. 71ss no qual discute o passado, como memória, reinventando, a imaginação posta a serviço de objetivos subjetivos.

<sup>109</sup> SANTO ROSÁRIO, M. R. do. op. cit. p.128.

M. de Azeredo. São questões pessoais, familiares e, sobretudo, questões que pesavam mais nos ombros de Dom Leme. Desde o governo Epitácio Pessoa se cogitava aprofundar notificações do Itamaraty para se conseguir um segundo cardeal para o Brasil. O peso disso era considerável, visto trazer um dividendo na liderança católica da América Latina, pelo Brasil ter sido agraciado com o primeiro cardeal em 1905. Representava também uma atenção e importância maior do país na visão dos burocratas de Roma.

O peso maior no ombro do futuro cardeal eram as questões de reaproximação com o Estado, visto o Vaticano querer insistir numa concordata diretamente tratada com o Governo Brasileiro, muitas vezes, para não dizer todas as vezes, desprezando a hierarquia brasileira que se via numa posição pedante de inferioridade. Com cautela, Dom Leme lembra o embaixador que esperava uma abertura maior do governo em relação à liberdade política e constitucional da Igreja, mas que não tinha apoio da Santa Sé, apenas expressava supostas avaliações sobre o cardeal Henrique Gasparri e o núncio no Brasil, Aloisio Masella<sup>110</sup>. Segundo Leme, estes estavam apoiando inteiramente o episcopado brasileiro na articulação de um acordo constitucional com o governo brasileiro que assegurasse definitivamente direitos à instituição, pois os governos eram deveras pusilânimes e mudavam ao sabor dos ventos. Portanto, uma concordata seria um risco de fechamento maior diante dos cuidadosos passos de Dom Leme. Mas em relação ao governo de Washington Luís, Dom Leme era categórico:

Hoje, devo acrescentar que tenho certeza absoluta das boas disposições do atual governo (W. Luís) com relação à Igreja. O Sr. Presidente vai mostrando, com argumentos indiscutíveis, a sua simpatia por nós. Velhas questões e litígios que, há anos, muitos anos, vinham cansando as energias dos administradores arquidiocesanos, tiveram pronta e rápida solução [...] E nem precisei grande empenho, pois enviei apenas o meu procurador, com pequeno memorial<sup>111</sup>.

As posturas ambíguas do arcebispo em relação ao Governo de Washington Luís e, logo depois, desaprová-lo, mostram uma confusão e também um oportunismo seguido de pragmatismo conforme iam se delineando as cenas de um

---

<sup>110</sup> LEME, S. Carta a Carlos M. de Azeredo. Rio de Janeiro, 2.ago.1928. Caixa 38<sup>a</sup>. Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ.

<sup>111</sup> LEME, S. Carta a Carlos M. de Azevedo. Itaipava (RJ), 18.jan.1929. Caixa 38A. A.H.I-RJ.

governo cambaleante de Washington Luís posto à deriva pelo golpe de 1930.

O Jornal *A Esquerda* do Rio de Janeiro divulgara uma entrevista surpreendente do cardeal a um jornalista do Rio Grande do Sul. A surpresa era a de que a sintonia entre o chefe do governo e o cardeal era total até o dia 24 de outubro de 1930<sup>112</sup>. Segundo o mesmo jornal, o Governo do Sr. W. Luís acreditava que o cardeal viria para pacificar e fazer desistir os revoltosos, assinando armistício.

Ainda acerca da duplicidade do cardeal, ao saber da vitória nas urnas do candidato Júlio Prestes, Dom Leme telegrafara ao “eleito da pátria” (expressão do próprio cardeal) para congratularem-se<sup>113</sup>.

A bagunça se completava quando Sobral Pinto escrevera a Alceu A. Lima em 9 de outubro de 1930, acusando o uso do Centro Dom Vital para apoiar as forças da legalidade, isto é, apoiando o Presidente Washington Luís<sup>114</sup>. Porém, a surpresa maior ficou a cargo de uma carta de protesto da Confederação Católica do Rio de Janeiro em função da crise de 1929 e seus efeitos catastróficos sobre o país. Cobrava atitude do governo, citava dados de falências que se multiplicavam. A carta exigia, num tom imperativo, uma reunião com o Presidente da República para “entender-se” com ele sobre a inépcia do governo diante da crise<sup>115</sup>.

Esta carta em forma de dossiê viera sem assinatura. Sabe-se, entretanto que Dom Leme nunca deixava nenhuma ação se deflagrar sem o seu prévio consentimento. A crise de 1929 afetara de cheio a economia brasileira. Era de se esperar uma atitude firme por parte das entidades organizadas, exigindo do governo uma solução de curto e longo prazo.

Portanto, sobre o papel da Igreja e de seu mais novo cardeal diante do quadro geral da política nacional, os católicos estavam reticentes. Porém, suas ações colocavam na frente da batalha uma postura ativa diante daquilo que o próprio cardeal chamou de “ordem jurídica cristã”<sup>116</sup>. Frente a um Estado agnóstico e insensível às carências de sua população, segundo a visão da Igreja, seria urgente um acordo que elevasse a Igreja ao patamar de auxiliar capitular do Estado, órgão que, naquele momento decisivo, não sabia para onde iria. O catolicismo exigia seu lugar na história do Brasil, mesmo que fosse auxiliar e secundário.

<sup>112</sup> Apud. MENDONÇA, C. S. op. cit. p.251ss.

<sup>113</sup> Apud. MENDONÇA, C. S. op. cit. p.268.

<sup>114</sup> PINTO, H. F. Sobral Carta a Alceu A. Lima. Rio de Janeiro, 9.out.1930. Pasta 322, arquivo 4, gaveta 3. Arquivo do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade. Petrópolis.

<sup>115</sup> A Confederação Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 23.out.1929. APO183 Arquivo Washington Luís. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>116</sup> MENDONÇA, C. S. op.cit. p. 176.

### 1.3 O catolicismo conciliador: o catolicismo político

O interesse pelo catolicismo se dá em virtude do volume intenso e ininterrupto em que tanto parte do clero, mas principalmente os intelectuais católicos, produziram textos em jornais, revistas, filmes (cinema), entrevistas.

O catolicismo dos anos de 1920 e 1930 é constituído de elementos imanentes que só se explicam em função de uma engrenagem própria criada por seu pivô capital, o cardeal Leme, que consistia de imprimir religiosidade à vida de cada católico em todos os ângulos de sua ação, e de alcance ilimitado. Os elementos aos quais nos referimos são basicamente: o nacionalismo. É preciso atentar para um fato, isto é, não se tratava de pensar na perspectiva de um nacionalismo católico, pois o patriotismo do clero e principalmente da hierarquia tinha uma intencionalidade direcionada e programada para fortalecer a ideia de pertencimento à terra, nativo, originário. Para o universo eclesiástico ainda valia a máxima de que Deus, ao estabelecer os patrícios nessas terras, os fez primordialmente católicos.

Nesse sentido, seria mais apropriado chamarmos de catolicismo nacionalista, pois a Igreja se valeu do discurso nacionalista para se reaproximar do Estado, se inserir no seio da consciência dos militares<sup>117</sup>, incorporar-se à ideia de tutora (a Igreja) mãe como se a terra de Santa Cruz existisse em virtude da benfazeja vontade da santa mãe Igreja. Outro elemento constitutivo do catolicismo foi se tornar eminentemente político. Por uma questão pragmática de sobrevivência, a Igreja foi forçada a se organizar politicamente. Ela se tornou agente de formação política através da educação escolar, da pregação aos intelectuais, da Universidade

---

<sup>117</sup> Só para efeito de registro e de ênfase à ideia de um catolicismo nacionalista, no Estatuto do órgão chamado União Católica dos Militares temos: é finalidade da União Católica dos Militares, "fazer do militar um bom cristão no sentido de aprimorar-lhe o caráter e inspirar-lhe a exata consciência do dever". No seu artigo 3º diz que o alicerce de seu apostolado é: a) a instituição católica, que gera a consciência do dever; b) a vida cristã integral, que consolida o homem na prática de todas as virtudes; c) a exata impressão do civismo, que regula a prática de sadia e fecunda brasilidade. Estatutos da União Católica dos Militares. SGMG. Imprensa Militar. Rio de Janeiro, 1947. JT-121, Cpdoc-F.G.V-RJ. Este documento está no arquivo de Juarez Távora. A União Católica dos Militares foi criada por Dom Leme em 1925, em meio aos constantes levantes militares que se sucederam antes e depois deste Estatuto. A título de curiosidade, o Estatuto informa que o dia do soldado, 25 de agosto, foi definido por decisão conjunta entre as autoridades militares e do arcebispo-coadjutor como homenagem ao aniversário de nascimento do Duque de Caxias, nascido em 25 de agosto de 1803. Caxias é patrono do Exército e seu padroeiro, dentre outros, é São Maurício, comandante da Legião Tebana.

católica e do constante proselitismo pessoal do cardeal, dos arcebispos, bispos, padres junto aos membros influentes das elites políticas brasileiras. Também podemos constatar que o catolicismo desse período tem como elemento constitutivo uma concepção de fé que engloba e associa sentimento interior, dever moral, adoração e sublimação de experiências históricas e horizontais em categorias espirituais hierarquizadas de valores impostos de fora. Seria uma notada influência de certa contaminação protestante sobre o catolicismo secular do século XX. Uma religião sem vínculo com a vida secular. Apenas seria chamada quando para intervir na realidade, reforçando o *status quo*, bem como reforçando a instituição. Um discurso cada vez mais voltado para o interior da fé, só quebrando a rotina quando para justificar algum acontecimento. A comunidade católica só se reuniria quando chamada a pressionar a autoridade civil. Fora disso, falar ou se manifestar em público apenas sendo autorizado pela autoridade da instituição.

Assim, uma manifestação popular só teria um caráter político quando a autoridade da Igreja assim o desejasse<sup>118</sup>. Como na coluna “Vida Católica” divulgada diariamente no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. A coluna, no dia 15 de agosto de 1934, pedia ação de graças pela reconstitucionalização do país.

Os elementos que constituem o catolicismo dos anos 1920 e 1930<sup>119</sup> citados logo atrás nos permitem afirmar que toda a produção literária, jornalística, litúrgica, filosófica, os órgãos que as produziam tinham como fim último o fortalecimento deste catolicismo político<sup>120</sup>. Este catolicismo político estava presente até na teologia escatológica e soteriológica segundo as quais o destino final do homem e do mundo dependeria de seu estado de cooperação com a ordem secular estabelecida. Vejamos como a coluna Vida Católica dispôs o argumento:

- Apostolado da Oração: “A Lei” – é um direito natural que prescreve ao homem consagrar ao serviço de Deus um tempo. No Antigo Testamento Deus fixou o 7º dia da semana como destinado ao culto divino. Na lei cristã, esta lei deve ser uma realidade positiva – prestar culto à santa

<sup>118</sup> Vida Católica. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 15. Ago. 1934, ano 107, nº 270, p.9. A partir de 1925, o *Jornal do Commercio* começou a publicar diariamente uma coluna católica que descrevia as atitudes pastorais e as reflexões teológicas ligadas às ações da Igreja. Junto a essas atividades e reflexões havia temas que, muitas vezes, eram de cunho político, como ataques ao comunismo, atenção à moralidade, o dever eleitoral do católico, o Estado como autoridade que procede da origem divina, etc. O *Jornal do Commercio* pertenceu a Félix Pacheco, intelectual ligado ao Centro Dom Vital. Foi deputado federal, senador e ministro das Relações Exteriores no Governo de Artur Bernardes. Tanta influência rendeu ao *Jornal* um certo *status* de diário oficial, pois as publicações vinham diariamente estampadas no seu interior. Deu apoio ao Governo Vargas. Cf. LEAL, Carlos Eduardo Sandroni, **Cícero**. Verbete. Cpdoc- FGV-RJ.

<sup>119</sup> Embora o tema desta tese tenha um recorte cronológico que abarca o cardinalato de Dom Leme, por razões de extensão das fontes e por ter o cardeal assumido a administração da arquidiocese do Rio de Janeiro em 1921 por causa da saúde debilitada do cardeal Arcoverde, o que me obrigou a estender o tema para os anos de 1920

<sup>120</sup> Nos próximos capítulos irei expor alguns textos que servem de expressão para reforçar e caracterizar o catolicismo da Igreja.

missa (sacrifício por excelência da nova lei).

- Vantagens do descanso dominical – ele é duplo: material e moral. Evitar confusões em tabernas, evitar acidentes[...] O operário não deve temer a diminuição de salário, porque este deve corresponder à produtividade, e se esta permanece idêntica, também o salário permanecerá o mesmo. Às cerimônias religiosas tira proveito a sociedade, pois elas servem admiravelmente para unir as diversas classes sociais naturalmente opostas entre si. Esta união resulta naturalmente da prática constante da religião que prega indistintamente a todos [...] todo o dia deve ser consagrado a Deus<sup>121</sup>.

A dedução que se pode tirar é de que o homem obediente antecipa a realização do tempo celestial no tempo terreno. Teria sido Dante Alighiere<sup>122</sup> quem afirmara que o maior dos pecados seria a desobediência a Deus. A desobediência é o centro da história do paraíso. A lei, a ordem, as disposições do universo social seriam estruturas divinas pré-estabelecidas. A normalidade, o alinhamento, a uniformidade, a unilateralidade, a conformidade seriam pressupostos à continuidade do processo da Criação implantada por Deus.

Mesmo assim, como no documento exposto acima, o discurso é duplo: o mundo secular deve obedecer ao mundo eterno, embora não devamos nos esquecer de que a hierarquia católica brasileira se valia de um discurso religioso diante das multidões, mas também de um discurso político diante das autoridades civis. Mas por que essa via de mão dupla? Porque a Igreja precisava se reaproximar do Estado, mesmo que este fosse governado por agnósticos, segundo a visão eclesiástica. O catolicismo brasileiro dessa época possui uma marca *sui generis*, que é estar de comum acordo com o Estado e conduzi-lo à moralidade católica, lugar por excelência do equilíbrio, do bom senso, da conciliação condicionada a um pacto pelo bem comum universal dos homens.

Todas as vezes que o papel da Igreja no mundo é questionado, recorreu-se aos fundamentos da tradição eclesiástica. Para todos os efeitos, a base da lei que regeria as relações entre os homens, desde a era cristã, seria a constituição da lei natural. A Igreja utilizava um argumento teológico para justificar a intersecção entre os poderes do Estado (político) e os poderes da Igreja (divino). O argumento

<sup>121</sup> Vida Católica. **Jornal do Commercio**, 25. Julho. 1931. Nº176, ano 104, p.11.

<sup>122</sup> ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia**. Trad. Cristiano Martins. 2ª ed. Belo Horizonte: ed. Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1979, p.195.



teológico é o de que a Igreja recebera do próprio Jesus Cristo, filho de Deus<sup>123</sup>, a incumbência de levar a todos para o caminho da salvação. Uma vez aceito tal argumento incontestável restaria ao papa conduzir os homens à salvação eterna, incluindo o Estado naquilo que lhe coubesse de orientação.

Dentro do tomismo haveria a necessidade de se hierarquizar a lei: em primeiro lugar viria a lei eterna através da qual agiria o próprio Deus, seguida da lei divina revelada diretamente ao homem por meio das escrituras e sobre a qual a Igreja fora fundada. Segue então a lei natural segundo a qual Deus “implanta”<sup>124</sup> nos homens o senso de direção para que possam compreender seus desígnios. Por fim viria a lei humana que rege a relação de uns com os outros para o governo dos respectivos Estados. Para os tomistas, só haveria legitimidade nas leis elaboradas pelos homens na medida em que essas fossem inteiramente compatíveis com a hierarquia das leis naturais. Portanto, a estrutura moral e o que dá suporte e sentido às leis dos homens e, ao mesmo tempo, às leis humanas colocariam em evidência a plena consciência da lei natural advinda de Deus<sup>125</sup>. Dentro deste prisma, as leis humanas só teriam validade e só seriam aplicáveis se, e somente se, fossem intrinsecamente justas e se fossem expressão completa da vontade de Deus<sup>126</sup>.

Seguindo os rumos da fundamentação do catolicismo dos anos de 1920 e 1930 procuramos compreender não o catolicismo que passou a vigorar no século XV, com pretensões universalizantes, cisma depois da morte de Gregório XI, as crises financeiras dos domínios pontificais, até desaguar em Alexandre VI (1492-1503) com a expansão do Estado pontifício, inclinação à secularização dentro da Igreja e a evangelização do Novo Mundo<sup>127</sup>. Queremos distinguir o catolicismo no Brasil dos primeiros decênios do século XX como um desafio aos grupos dominantes que, indiferentes ao catolicismo, embora muitas vezes crentes do mesmo, viram-se surpreendidos pela articulação de intelectuais, pelo peso da tradição junto à religiosidade popular, a volta da Igreja aos braços do Estado como

<sup>123</sup> SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Trad. Renato Janine Ribeiro; Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.414-429.

<sup>124</sup> SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Trad. Renato Janine Ribeiro; Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.426.

<sup>125</sup> SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Trad. Renato Janine Ribeiro; Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.426.

<sup>126</sup> SKINNER faz comentário sobre as referências dos realistas a respeito dessa concepção rígida do tomismo. Cita Gregório di Rimini, segundo o qual sua tese parece tornar a lei natural imune a alterações até mesmo pelo próprio Deus. Cf. SKINNER, op. cit. p. 427.

<sup>127</sup> REINHARDT, Volker. **Alexandre VI – Bórgia, o papa sinistro**. Trad. Maria da Costa Huber, São Paulo: ed. Europa, 2012.

companheira de apoio a quase tudo o que caracterizava chamar o catolicismo da época de eminentemente político. Tinha de seguir tal caminho – o catolicismo político – para superar a indiferença das elites, o cientificismo, o regalismo individualista, o ritualismo, a pecha de ser uma religião apenas de mulheres, mas também para superar, se era possível assim, a miscelânea que a religião católica deixava levar os crentes de senso comum ou até mesmo pessoas bem formadas. Gilberto Freire narra a saga de ser católico em pleno século XIX no Brasil:

Dona Isabel Henriqueta de Sousa e Oliveira, nascida na Bahia em 1853, informa ter crescido católica em tese; nunca confessou nem comungou. Foi sempre antipática ao positivismo; teve mesmo discussões com uma professora, sua colega, que era positivista. Confessando-se contra o divórcio, diz-se também, no seu depoimento, anticlerical.

Entretanto, sempre foi monarquista, embora casada –repita-se - com um republicano radical. Tão radical que dizia que o Brasil só havia de ser bom quando enforcasse o último padre na tripa do último príncipe. O que não o impediria de morrer com confissão e tomando os últimos sacramentos<sup>128</sup>

Esta narração põe em evidência a complexidade de se querer separar política de religião, finitude escatológica de medidas costuradas nas mangas da ciência positiva, devoção de ódio ao clero. Por que para falar de um sentimento íntimo religioso fora necessário tanta mistura de ingredientes supostamente tão distintos e excludentes? Para falar de seu sentimento religioso é preciso se posicionar republicana, monarquista, anticlerical, positivista e antidivorcista. Era preciso ter a certeza de contar com algo que sempre na vida fora incerto, isto é, a convicção de buscar a salvação no último suspiro, mesmo pecando a vida toda. Bem vindo ao inferno do catolicismo à brasileira. Nota-se que não era apenas a hierarquia católica que misturava política à religião. As elites ou parte delas como também o populacho o faziam embora com propósitos nobre e singularmente pessoal.

Nesse sentido, voltamos a Dom Leme para delimitar, se possível, as fronteiras entre a política e a fé religiosa. Essa operação de separar a ação política da ação religiosa em Dom Leme é inexoravelmente empobrecedora. Acima de tudo, não é possível efetivar tal separação, pois o cardeal foi um sujeito que se valia de sua fé pessoal para fundir vantagens à política católica. Não é por menos que as

---

<sup>128</sup> FREIRE, G. *Ordem e Progresso*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio editora, 1962, p.553.

oposições do anticlericalismo projetavam no cardeal uma imagem estereotipada<sup>129</sup> de verdugo de asas purpuradas, uma alusão às longas indumentárias violetas, representante de um poder estrangeiro parasitário que fazia a nação submissa e explicava sua ignorância e ausência de brio próprio.

O sarcasmo aos católicos se encontrava presente também na Revista *Antropofagia*, principalmente sobre seu líder maior, Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Atayde denominado “Tristinho de Ataúde” e apresentado como diretor da Revista *A Horda*, dedicado aos interesses “Ana-tomistas”<sup>130</sup>. A crítica vinha de Oswald de Andrade – que, por sinal, havia estudado em colégio católico – e ridicularizara Alceu por conta deste defender a “verdade” católica. De fato, alguns católicos da época falavam a partir de uma referência única, proclamando-se intérpretes da legítima religião, da verdade católica, da Igreja como a verdadeira civilizadora do país e, claro, os católicos como legítimos defensores da arte nacional e moderna. Foram representantes principais: Tasso da Silveira e Andrade Murici<sup>131</sup>. Em princípio contaram com o apoio de Mario de Andrade. Outro depoimento significativo que Freyre expôs é o do católico Octavio Tarquínio de Sousa. Ele é interessante, dentre outras razões, por conter impressões em sua fé depois da leitura da obra de Darwin, *Origem das Espécies*. Segue o depoimento:

Criado em família fortemente católica, mesmo quando senti minha fé abalada, mantive em relação à Igreja uma atitude respeitosa[...]. A leitura da origem das Espécies[...] produziu-me extraordinária impressão, de tal maneira que ainda nas fases de fervor religioso procurei sempre meios de conciliar a teoria darwinista com a explicação bíblica da formação do mundo e do homem<sup>132</sup>

Percebe-se que até nos mais finos intelectuais, de família tradicionalmente de políticos, Octávio Tarquínio expressa sua fé católica mesclada à hermenêutica uniformemente católica da ciência e do mundo civilizado. Esse tipo ideal caracterizado nas impressões de Octavio Tarquínio mostra a complexidade do

<sup>129</sup> Exemplos não faltam para caracterizar o cardeal como ave de rapina. Cf. Integralismo – manobra clerical! *A Lanterna*, São Paulo, 23. Mar. 1935, nº391, p.1, Fundo Edgard Leuenroth, MF/0383. Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp

<sup>130</sup> LUCA, Tania Regina de. *Leitura, projetos e (re)vista(s) do Brasil* (1916-1944). São Paulo: Ed. UNESP, 2011, p.99.

<sup>131</sup> LUCA, Tania Regina de. *Leitura, projetos e (re)vista(s) do Brasil* (1916-1944). São Paulo: Ed. UNESP, 2011, p.84.

<sup>132</sup> Apud. FREYRE, Gilberto. op. cit., p.558

catolicismo dos anos de 1920 e 1930. Seu pai fora defensor de Dom Vital, bispo da chamada Questão Religiosa, no Pernambuco, e morreu pobre. Octavio fizera carreira como Procurador do Tribunal de Contas (1918) e, logo, passou a Ministro em 1932. A partir daí ascendeu na carreira como Presidente (1935-36) e Vice-Presidente (1937) do mesmo Tribunal. Sua religiosidade não atrapalhou a adesão ao *staff* Getulista, mesmo quando implantada a ditadura do Estado Novo<sup>133</sup>.

A ideia de um catolicismo político que se mistura a convicções éticas pessoais, orientação psicológica, deduções científicas põe em evidência um campo vasto de atuação do católico impregnado de “verdades” que eram oriundas da formação familiar e de um caráter conciliador garantidos da continuidade da ordem.

Na maioria das vezes, a formação católica constituía no crente uma índole ordeira cultivadora da autoridade, confiança na ideia do personalismo visto como solução para os problemas pessoais, subjetivos e sociais. O catolicismo político que estudamos se defronta na encruzilhada de ter de ser agente de formação pessoal e coletiva das elites brasileiras, puxando-as para uma adesão ao ativismo católico, como também luta para se desprender da pecha de ser visto como politiqueiro, fanfarrão, excêntrico, preocupado com sua própria sorte. Além disso, o catolicismo desejava se livrar da síndrome do puxa-saquismo ou da bajulação aos poderosos, o que lhe obrigava a tomar uma atitude resignada, submissa e entregue ao campo puramente religioso – espiritualista, intimista e indiferente aos problemas sociais e conflitos de ordem política que incomodariam remeter à vida pública os cidadãos abastados.

O catolicismo político de Dom Leme não era agressivo para com estas elites, mas era agressivo justamente com a concepção de religião que esperavam dele. Este catolicismo político estava constantemente no limbo, isto é, precisava assumir a causa do povo brasileiro como um protetor nato das causas e direitos dos desvalidos e indefesos contra as elites agnósticas, um Estado indiferente e absorvido pelas querelas materialistas<sup>134</sup>.

A visita do Presidente da República à casa-sítio-de Monsenhor Olímpio de Mello e as brincadeiras maliciosas de um Presidente governando com a lei de exceção o país, revela uma relação de consolidação de pacto político no afã de

<sup>133</sup> LUCA, T. Regina de. Op. cit. p. 149-50, nota 11.

<sup>134</sup> São variados dos documentos que tangenciam esta confluência de papéis do catolicismo político. No entanto, esta imagem é bastante reveladora de um padre prefeito da capital do país. NOVAIS Filho. Carta a Agamenon Magalhães. Rio de Janeiro, 29. Jun. 1940, AGMc 1940.06.29. Cpdoc – FGV-RJ.

relaxamento em lugar neutro. Significava o fortalecimento de um comportamento de continuidade entre as instituições. O Presidente quis conhecer por dentro a casa de Monsenhor Olímpio. No quarto do padre, Novais, Costa Rego, Macedo Soares junto ao Presidente:

Chamei a atenção para o fato do padre conciliar no aposento os santos e o rifle. Ele (Presidente Vargas) riu muito, pegou o rifle, manobrou, perguntando quantos despachos o padre já havia feito com aquela arma. Ao descer, disse ao General Dutra: “-Nada encontrei que compromettesse o padre” – ao que respondeu o general: “mas hoje ele tomou todo cuidado”<sup>135</sup>

Apoiado por Dom Leme, Monsenhor Olímpio de Mello foi assumir a cadeira da Prefeitura do Rio num momento de crise, a partir de 1936. Fora eleito para a Assembleia Constituinte e vereador em 1934. Era o visor do cardeal dentro da Câmara Geral e conselheiro. Membro do Partido Autonomista, assumiu posição contrária a Pedro Ernesto, ex-prefeito – cassado. Padre Olímpio fora amigo de Getúlio Vargas. A alusão aos santos e ao rifle do padre nos faz ver a dicotomia simbólica do poder de força (rifle) e o poder da persuasão e da conversão (Santos) ao catolicismo que era nessa época, acima de tudo, eminentemente político. Destaca-se o fato também – e isso era muito sintomático no país – que quando o assunto era a Igreja e o clero, a imagem que se tinha, por parte de grupos dominantes ligados ao poder político, era o de tornar o caso bizarro e anedótico. Quase tudo ligado ao clero católico era visto com certo clima de relaxamento. Mas o jogo contra o clero estava lançado e fosse qual fosse a regra o poder estabelecido deveria seguir as aparências da continuidade, esta garantidora da paz e da ordem.

Fernando Moraes narra um episódio envolvendo aquilo que se pode chamar sarcasticamente de território da Igreja, visto o autor ter escolhido episódio que aparece a autoridade máxima da Igreja ao mesmo tempo como moralizadora dos costumes e depositária de decisões bisonhas. A questão se resumia ao fato de Chateaubriand descobrir que tinha uma filha fora do casamento. Cansado de discutir judicialmente o caso, mandou emissário até Vargas para tentar resolvê-lo, mudando o código civil do país. A reação de Getúlio foi taxativa: “direito de família, no Brasil, é

---

<sup>135</sup> NOVAIS Filho. Carta a Agamenon Magalhães. Rio de Janeiro, 29. Jun. 1940, AGMc 1940.06.29. Cpdoc – FGV-RJ, p.2.

área de competência da Igreja”<sup>136</sup>.

Estes casos acima têm um sentido comum. O esforço de tornar presente uma concepção católica de cunho político, que interferia na condução das consciências, principalmente nas consciências dos homens que dirigiam o país, acabava sendo vencida por uma concepção de senso comum enraizada na alma e no uso de vida dos segmentos da elite brasileira. O catolicismo só deveria ser político na visão do episcopado e de parte do clero para solapar esta concepção de senso comum, embora, complexamente presente também em seus discursos, rituais e práticas sociais. Então, uma vez o Estado aceitando o papel que a Igreja queria atribuir a si, poderia também aceitar o papel de orientadora das questões morais e sociais, mas as decisões políticas permaneceram evidentemente sob a guarda do Estado. No entanto, a complexidade não para nesse nível. No limiar do golpe, no Estado Novo, não foram apenas as Forças Armadas que apoiaram Vargas.

A Igreja se acoplou ao Estado como se fosse uma secretaria da consciência moral ou até mesmo um tipo de ministério da verdade. Mas foi mais longe, tornando-se braço do regime ditador, portanto, com poder político de decisões em matéria de ordem social. A Ação Católica ajudou a concretizar o autoritarismo do Estado Novo<sup>137</sup>.

Esse volume de produção de matiz católico tem nuances que muitas vezes chegam ao nível do risível. Refiro-me ao fato de que havia nos meios masculinos um preconceito ou uma visão de que Igreja era coisa de mulher. Boa parte de uma imprensa, principalmente de oposição à Igreja, atribuía a isso o reflexo de um assunto secundário, que era a religião. A religião era tratada no nível do senso comum, um hábito de exercício íntimo que dizia respeito à subjetividade contemplativa. Necessariamente este tratamento a colocava fora dos âmbitos políticos e econômicos. Às mulheres caberia o papel de rezar, frequentar os sacramentos, participar das procissões e de outras atividades ligadas direta ou indiretamente à Igreja. No entanto, às mulheres, principalmente aquelas cujos maridos ocupavam posições sociais e políticas importantes, cabiam papéis relevantes de conquistar privilégios para a Igreja. O exemplo mais emblemático foi a progenitora do ministro Oswaldo Aranha, Luísa Aranha. Dom Leme frequentemente

---

<sup>136</sup> MORAIS, I. **Chatô: o rei do Brasil. A vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 407.

<sup>137</sup> FARIAS, Damião Duque de. **Em defesa da ordem: Aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1998

recorria às senhoras católicas para angariar dividendos de diversas espécies através do peso de seu cargo, de seu feitio cativante ao apelo da religiosidade manhosa das mulheres. Seu método está explicitado em carta ao embaixador no Vaticano, Carlos Magalhães de Azeredo:

Não é fácil tomar, de público, iniciativas em benefício de obras católicas, porque as mil e uma aqui existentes pretenderiam de mim o mesmo. O que posso fazer, e o farei com interesse e amor, não só pela obra em si, muito da Glória de Deus, como também por serdes vós quem sois (grifo dele), é o seguinte:

V.Exa. ou Dona Evangelina escreverá cartas a algumas pessoas e famílias daqui, pedindo-lhes iniciem o movimento, depois de ouvido o arcebispo-coadjutor; manda-me a lista de tais pessoas, e que me procurem elas ou não, darei jeito de ativá-las, pondo-me à frente etc.<sup>138</sup>

Nesta correspondência, Dom Leme cita de passagem um pedido do embaixador para ajudar sua esposa a arrecadar fundos para manter a obra dos catecismos, fundada e mantida por Evangelina, e se punha à disposição para fazer coleta e promover um festival. Neste caso específico Dom Leme revela como agia para buscar o apoio das mulheres. Era uma ação pessoal sempre movida com centralidade e critério absoluto de discricção. Um pedido de arrecadação de fundos era algo que se conseguia com certa facilidade. Mas outras situações exigiam muito mais esforço por parte do cardeal, isto quando fosse um pedido de natureza política. Teria de ter coloração forte de proselitismo e convencimento. Era justamente este catolicismo que o cardeal inaugurava com seu retorno ao Rio de Janeiro. Era um catolicismo com ares de clemência, abnegação, caritativo, mas seguidamente cortante como uma navalha, envolvente, que induzia a pessoa obrigatoriamente por peso de consciência, oriundo de pressão psicológica da cobrança de Deus. Era, segundo Gilberto Freire<sup>139</sup>, uma das características marcantes do catolicismo colonial e imperial que se arrastou com sobrevida na República.

Como destaca Freire, o catolicismo cultivado nas famílias patriarcais, de teor doméstico, ajudou a consolidar as relações sociais, justificando suas gritantes diferenças. Freire reforça esta ideia se valendo das manifestas concepções de

<sup>138</sup> LEME, S. *Carta a Carlos Magalhães de Azeredo*. Itaipava-RJ, 18. Jan. 1929, Caixa 38<sup>a</sup>. Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ.

<sup>139</sup> FREIRE, G. *Ordem e progresso*. 2<sup>a</sup> ed. 2<sup>o</sup> tomo, Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1962, p. 515ss.

Joaquim Nabuco sobre quais limites deveriam os padres atuarem e a função da religião católica desejada:

Quando o catolicismo se refugia na alma de cada um, eu o respeito: é uma religião de consciência [...]

Mas do que sou inimigo é desse catolicismo político, esse catolicismo que se alia a todos os governos absolutos [...] <sup>140</sup>

Para Nabuco, o catolicismo deveria se bastar a ser remédio para a alma. Uma religião confortante, íntima, conhecedora dos segredos revelados nos confessionários, do catolicismo devocional para aliviar o sofrimento dos pobres que esperavam dos céus soluções para seus problemas sem fim, a concepção próxima do Sebastianismo, muito presente na região nordestina, mas não só, fruto da mistura e assimilação cultural entre lusitanos e brasileiros da terra, aquela expectativa da volta do Rei para redimir o povo sofrido, o culto ao personalismo de um líder traria o futuro almejado de felicidade. O catolicismo de Nabuco deveria se plasmar na “estética pirotécnica”<sup>141</sup> do sistema religioso de homenagens públicas aos santos, que se estendiam ao campo profano dos senhores aristocratas do poder, cujos nomes eram engrandecidos triunfalmente na esteira do heroísmo nacionalista. Também um catolicismo que se dedicasse aos serviços sociais: as Santas Casas de Misericórdia, internatos, asilos.

Nabuco assume a função e o papel do clero quando procurara definir o lugar de legitimidade do campo religioso, como também a presteza das diferentes formas de desempenhar o papel religioso,<sup>142</sup> o que caracterizava um enquadramento da Igreja, confinando-a à função episódica segundo o interesse classista.

Comparativamente, Nabuco parecia prever qual seria o caminho que a Igreja iria seguir quando, no começo do século XX, os embates do padre Júlio Maria contra parte do clero e contra uma elite acomodada ao prazer do conforto social. Igreja unida ao povo? De forma alguma! Essa disposição não estava na ordem do dia. Dom Leme iria seguir o caminho inverso do que sugeria ou queria decidir Nabuco: uniu a Igreja ao Estado, embora sem o aval constitucional, com atmosfera

---

<sup>140</sup> Apud, Freire, G. op. cit. p. 515.

<sup>141</sup> Apud, Freire, G. op. cit. p. 515.

<sup>142</sup> Tomo emprestada a reflexão de Bourdieu a respeito do agente religioso e seu papel de detentor do “monopólio da manipulação legítima dos bens de salvação”. Cf. BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, p. 120.



de secretaria particular, gerenciando indiretamente o Ministério do Trabalho por meio dos Círculos Operários<sup>143</sup>. Não foi apenas nesses limites que Dom Leme reservou a reforma católica. Ele colocou o catolicismo no centro da vida dos cidadãos brasileiros.

Sendo estrategista e prevendo, como num jogo de xadrez, as ações adversárias e da própria volubilidade da realidade nacional, Dom Leme procurou montar a estrutura da *Ação Católica* em virtude da dinâmica dos acontecimentos de 1922: revoltas militares, a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista. A *Ação Católica* deveria ser arrojada, combativa em várias frentes: o Centro Vital seria o contestador, além de outras atribuições, do pensamento moderno filosófico-científico; a criação de mais colégios católicos como fim de doutrinar crianças para ampliar a recristalização do país, a reunião de todas as entidades até então existentes para dentro da *Ação Católica*; o ativismo assistencialista, visando angariar a simpatia dos pobres (*Apostolado da Oração, Pia União das Filhas de Maria, Damas da Caridade, Vicentinos, Congregação Mariana*, etc).

Para o cardeal, o catolicismo só seria novamente visto com respeito e constituído de força político-social quando ele tivesse impregnado todos os espaços da realidade do laicato. Na sua obra *Ação Católica*<sup>144</sup> ele expõe sua fórmula cabal da presença absoluta da religião na vida do católico:

[...] publicação e difusão de escritos, leituras, folhas avulsas; ronda de vigilância e neutralização das pregações protestantes; formação de bandos de doutrinadores que, como os protestantes, percorram as ruas, casas, campo, cárceres, hospitais; organizar grupos de atalaias que descubram e denunciem as manobras e insídias contra a fé;

[...] missões, devoções, procissões religiosas [...] Apud, Freire, G. op. cit. p. 515

A atividade pastoral deveria acontecer ininterruptamente. Para tanto, era necessário se criar órgãos católicos de formação de militantes leigos. Mas tudo centralizado em torno da *Ação Católica* que, mesmo sendo instituída oficialmente

<sup>143</sup> SOUSA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002, p. 255ss.

<sup>144</sup> LEME, S. **Ação Católica**, 2ªed. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1935. P.10-21

em 1935, possuía, já no começo dos anos de 1920, uma fermentação em função daquilo que desejava Pio XI, o papa que pôs em execução tal engrenagem empreendedora. Os órgãos de formação laica partiam das disposições pessoais dos membros do *Centro Dom Vital*. Sobral Pinto era presidente do *Instituto Católico de Estudos Superiores*, Hamilton Nogueira era presidente do *Centro Dom Vital*, Luis Sucupira era presidente da *Ação Universitária Católica* e Heitor da Silva Costa, presidente da *Confederação Nacional dos Operários Católicos*. Alceu Amoroso Lima ficara encarregado de ser o elo e representante do cardeal nas penosas e delicadas petições junto aos líderes da política nacional. Era presidente da *Coligação Católica Brasileira*. Este quadro organizacional estava configurado até o ano de 1933<sup>145</sup>.

A execução da política tridentina de ampliar as esferas de influência através da difusão de novas dioceses e a fundação de novos seminários para formar padres brasileiros também tiveram o propósito de reestruturar o catolicismo para elevá-lo ao grau de importância que desejava Dom Leme. Em 1929, o ainda arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro começava a levantar o Colégio Pio Brasileiro em Roma, visando nacionalizar o clero<sup>146</sup>. A situação do Colégio Pio Brasileiro já em 1934 não era boa, em termos de manutenção. Acordos com o Governo Vargas deram créditos vultosos para sua manutenção. Aconteceu que já nessa época, as concessões do Governo à Igreja eram parte do plano de ajuda mútua. O apoio incondicional ao Governo se fez veladamente com críticas pesada de membros do *Centro Dom Vital*, principalmente vindas de Sobral Pinto.

Desde o início do Governo Provisório, em outubro de 1930, houve uma série de passos entre o cardeal Leme e Vargas para um acordo e definição do papel tanto do Estado, que se imaginava com a propalada concepção de “revolução” vinda como sinônimo de mudanças, quanto da Igreja, desconfiada e avessa às revoluções. Algumas correspondências com Carlos Magalhães de Azeredo, embaixador no Vaticano, Dom Leme deixa escapar suas primeiras impressões sobre o novo governo:

[...] Acabo de chegar do Catete, onde fui cumprimentar o Sr. Getúlio Vargas. Havia três quartos de horas que S.exe. tomara posse (SIC)  
Na sala, um mundo de gente. No sofá, Getúlio e o cardeal; na poltrona à

<sup>145</sup> Coligação Católica Brasileira (Folheto). **Ofícios**. Roma set. 1933, Estante 17, prateleira 3, volume 2. Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ

<sup>146</sup> GUIMARÃES, Luis (embaixador no Vaticano) **Ofício ao Ministro das Relações Exteriores**, José Calos de Macedo Soares. Roma, 18. Fev. 1935. Estante 17, prateleira 3, volume 3, Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ.

direita, Afrânio de Mello Franco (Ministro das Relações Exteriores no Governo provisório)

Ao redor, políticos e militares.

Getúlio é calmo, fala pouco [...]

As coisas políticas vão bem. A alegria popular é incontida. Os homens novos estão cheios de boa vontade<sup>147</sup>

Foi o primeiro encontro do cardeal recém-empossado e o Chefe do Governo Provisório, recém-empossado há três quartos de hora. O que fazia um cardeal na primeira reunião de um Governo que acabara de depor pelas armas o Governo legítimo do Presidente Washington Luís?

Esperava amabilidades, uma consciência de culpa e ao mesmo tempo de agradecimento por ter o cardeal negociado pessoalmente a destituição à força de Washington Luís? Acrescente-se o fato de que fora uma reunião na qual estavam presentes todas as autoridades que iriam compor o novo governo, inclusive os militares.

Alguns dias depois, Getúlio escreve ao cardeal:

Tenho o prazer de acusar o recebimento das cartas que, nos dias 9, 10 e 11 do corrente, Sua Eminência me dirigiu.

O preclaro chefe do episcopado brasileiro conhece necessariamente a marcha dos acontecimentos [...]

Da parte dos homens que hoje ocupam o poder houve, sempre, manifestado de vários modos e em múltiplas ocasiões sinceros desejo de concórdia [...]

Procuramos, durante longos meses, evitar, com abnegação, a luta que se pressentia, proclamando, continuamente que as reivindicações almejadas não deviam ultrapassar o puro domínio das ideias.

[...] Sua Eminência terá observado que [...] somente os poderosos não são atingidos pela justiça revolucionária, enquanto os humildes, vítimas preferidas do governo que passou, nada tem sofrido.

Louvando a nobre intervenção de sua eminência, afirmamos, com segurança, poder repousar, tranquila e sem sobressaltos, a consciência cristã e católica do Brasil, pois jamais patrocinaremos violências [...] <sup>148</sup>.

---

<sup>147</sup> LEME, S. **Carta ao embaixador Carlos M. de Azeredo**. Rio de Janeiro, 3.Nov.1930. Caixa 38A. Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ

<sup>148</sup> VARGAS, G. **Carta ao Cardeal S. Leme**. Rio de Janeiro, 14. Nov. 1930. GV.c.1930.11.14 CPDOC-FGV-RJ. As cartas que Vargas diz ter recebido do cardeal, não foram encontradas no CPDOC.

Getúlio Vargas responde a Dom Leme por conta de um formalismo de cargo. Concórdia, abnegação, justiça, sofrimento dos humildes e, fechando o cerco, garantia de segurança à consciência cristã e católica do Brasil, reservando à Igreja, nas entrelinhas da carta, um papel secundário, sublimado, fora da história, fora do jogo do poder. A consciência católica poderia delegar a ele todo o cuidado da nação, inclusive a segurança da Igreja.

É preciso acrescentar que Getúlio, com sua astúcia, mexeu peças para colocar a Igreja onde queria. Segundo Sobral Pinto, alertando o próprio Alceu em carta, Getúlio movia-se sorratamente para atrair o maior representante da Igreja, o próprio Alceu Amoroso Lima. Queria ver a figura central do catolicismo se submeter ao poder central de maneira despercebida. Alceu<sup>149</sup> já era, em 1930 e 1931, diretor de alguns órgãos de ponta do catolicismo: presidente de honra *do Centro Dom Vital*, presidente da *Coligação Católica*, diretor da Revista *A Ordem*, e, no ano seguinte, presidente da *Liga Eleitoral Católica*, esta, de nível nacional.

Sobral Pinto advertira Alceu lembrando-lhe também que havia um detalhe desconhecido por parte da maioria: Getúlio, como Chefe do Governo Provisório, controlava a nação pelo Decreto Nº 19.398 de 11 de novembro de 1930. Segundo este decreto, Getúlio exercia em toda a sua plenitude as funções e atribuições não só do Poder Executivo como também do Poder Legislativo, o que já fazia alterando a Constituição de 1891<sup>150</sup>.

O ardil matemático de Getúlio chegou a tal ponto em relação ao cerco à figura supostamente ingênua de Alceu, quando explodiu a notícia de que o Mosteiro de São Bento<sup>151</sup> iria ter de hipotecar seu patrimônio, tamanha a dívida que havia adquirido. A situação do Mosteiro se arrastava fazia tempos. O Governo sabia que o Mosteiro possuía uma dívida enorme, segundo Sobral. Este relatava que o cardeal Leme havia mandado Alceu pessoalmente a Getúlio para tratar da situação do Mosteiro. Naquele momento, em pleno Estado Novo, Alceu representava não apenas os órgãos que dirigia, mas representava a própria Igreja. Diz Sobral: “Atrás de sua personalidade não cessam de se esconder todos os membros do nosso episcopado. O Alceu é o cardeal, e o cardeal é a Igreja. Qual o preço que você irá

<sup>149</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta a Alceu A. Lima**. Rio de Janeiro, 8. Maio. 1934. Pasta 322, arquivo 4, gaveta 3. CAALL – Petrópolis-RJ.

<sup>150</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta a Alceu A. Lima**. Rio de Janeiro, 7. Fev. 1931. Pasta 322, arquivo 4, gaveta 3. CAALL – Petrópolis-RJ.

<sup>151</sup> Memorial ao Presidente da República sobre o Mosteiro de São Bento. CLERO, **Cartas Expedidas**. Estante 112, Prateleira 3, Volume 12. Rio de Janeiro, 2. Abr. 1938. Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ.

pagar?”<sup>152</sup>.

O próprio Sobral Pinto respondia que Alceu estava tomando atitude de submissão ao Chefe do poder constituído, um “tirano” submetendo-o à humilhante postura de pedinte. Sobral fora advertido indiretamente pelo cardeal<sup>153</sup> por conta de tal petulância e irreverência ao colocar em risco negócios importantes da Igreja.

A humilhação agora era toda de Sobral. Sem colocar indicações do destinatário, Sobral escrevia<sup>154</sup> ferozmente indignado quando soube que Getúlio Vargas iria se tornar membro honorário do *Instituto Católico de Estudos Superiores*, o qual presidia. Até onde as fontes revelam não se falou ou se cogitou de falar nos problemas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro logo após. Essas trocas de gentileza faziam parte de uma trama discreta de Getúlio para enquadrar a Igreja através de seu maior discípulo, Alceu. Sobral reputava Alceu quando este dissera em reunião do dia 03 de abril de 1938 que a *Ação Católica*, representada por todos os católicos, era uma mera executora do que a hierarquia católica deliberava. Fazia comparação da *Ação Católica* a um general comandante do Exército e que a missão da Igreja no mundo moderno era mostrar que ela tinha uma filosofia mais autoritária do que a do comunismo<sup>155</sup>.

O diálogo entre Sobral e Alceu chegava a ser quase diário através das cartas, principalmente de Sobral que procurava, com alma de católico conservador e perfeccionista, driblar a própria sorte dos católicos nas mãos do Governo. Citando carta recebida de Alceu, Sobral acrescenta as palavras do amigo, tentando definir Sobral: “Você ( Sobral ) vê o mundo com espírito político. Dom Leme também o vê assim. Você não vê os homens e as coisas deste mundo através da Igreja, mas pelo contrário, vê a Igreja através dos homens e das coisas deste mundo.”

Fica clara a pressão da presença do cardeal Leme sobre as posições pessoais de Alceu. Pesa também seu universo íntimo espiritual. Essa divisão de como enxergar o mundo real, através da visão espiritual ou por extensão às

<sup>152</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta a Alceu A. Lima**. Rio de Janeiro, 25. Mar. 1938. Pasta 323, arquivo 4, gaveta 3. CAALL – Petrópolis-RJ.

<sup>153</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta a Alceu A. Lima**. Rio de Janeiro, 4. Julho. 1938. Pasta 323, arquivo 4, gaveta 3. CAALL – Petrópolis-RJ.

<sup>154</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta sem destinatário (Alceu?)**. Rio de Janeiro, 7. Julho. 1938. Pasta 323, arquivo 4, gaveta 3. CAALL – Petrópolis-RJ.

<sup>155</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta a Alceu A. Lima**. Rio de Janeiro, 9. Julho. 1938. Pasta 323, arquivo 4, gaveta 3. CAALL – Petrópolis-RJ. Uma observação quanto às correspondências entre Sobral e Alceu é que este último não respondia à quase totalidade das cartas de Sobral. O CAALL, nas pastas referentes a Alceu, trazem poucas cartas de Alceu endereçadas ao amigo Sobral Pinto. Eles se encontravam pessoalmente pelo menos uma vez por semana no *Centro Dom Vital*.

necessidades de uma estrutura social cercada de personalismos fortes dos homens do Estado como também daqueles homens que representavam as demais instituições, é parte constitutiva, no caso de Alceu e de Sobral, da dicotomia de convergências derivadas. Homens de fé e homens que precisavam ter o mínimo de senso político. É compreensível que esta dicotomia refletisse nos meios sociais nos quais Sobral e Alceu atuavam. Em público, reforçavam o ânimo católico para a prosperidade do país e da salvação das almas; no particular, as análises secamente políticas regadas às paixões de um idealismo progressista, este último no sentido de ser sinônimo das melhores condições sociais que, do ponto de vista deles, adviriam com a eficaz prática da *Ação Católica*.

As intrépidas ações de Getúlio Vargas não se resumiram às dificuldades do Mosteiro de São Bento. Uma das características de Getúlio Vargas, segundo Aspásia Camargo<sup>156</sup>, era construir personagens inexpressíveis, colocá-los no campo de batalha para enfrentar adversários não identificados, sem precisar se expor pessoalmente. Uma vez conseguindo seus êxitos, desmoralizava-os politicamente. Getúlio havia indicado o nome de Alceu<sup>157</sup> para compor a Comissão que iria organizar o Código Eleitoral e preparar os quadros da Constituinte que iria elaborar a nova Constituição.

Acontece que esta indicação deveria servir de impacto às pressões pessoais do cardeal. Não adiantou muito a indicação de Alceu, pois Vargas receberia correspondência de Dom Leme um mês depois criticando o dispositivo que regia os direitos jurídicos da família e solicitava que o chefe do Governo Provisório intercedesse para anulá-lo. O projeto da subcomissão do Código Civil, da qual Alceu fazia parte, deixava entrever uma possibilidade de estrangeiros se casarem no Brasil sem a comprovação de casamento anterior, ou de brasileiros se casarem no exterior e poderem casar-se novamente no país.

É mister observar que não se tratava de uma exigência simplesmente moralista do cardeal em relação ao Código Civil. A insistência de mudança do Código Civil repousava na solidez familiar. A condição básica e o sentido de pertencimento, bem como a identidade do indivíduo, segundo a interpretação eclesiástica, só seria possível com a estabilidade familiar. Concomitante a isso, e

<sup>156</sup> CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da Conciliação ao Maquiavelismo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org). **As instituições da era Vargas**. Rio de Janeiro: EduERJ: Ed. F.G.V., 1999, p.15.

<sup>157</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta a Alceu A. Lima**. Rio de Janeiro, 2. Abr. 1932. Pasta 322, arquivo 4, gaveta 3. CAALL – Petrópolis-RJ. (citação 118)

LEME, S. **Carta a Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro, 02. Maio. 1932. GVC 1932.05.02/1. Cpdoc-F.G.V-RJ.

mais convincente, era o pragmatismo político de reforçar os laços familiares para que estes servissem aos propósitos da Igreja. Com o fortalecimento da família dava-se prosseguimento à missão de catolicização da sociedade. O meio pelo qual se alcançaria tal objetivo seria a *Ação Católica*. Sem família, principalmente sem o elemento feminino, não haveria organização alguma.

A rigor, sendo chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas ocupava uma posição panorâmica privilegiada, mas que lhe trazia também momentos de vacilação, talvez provocados pelo dinamismo e simultaneidade dos acontecimentos, um instante fortuito em que algo é esquecido e aparece no canto, isolado, sem importância aparente. Foi assim que o Governo Getúlio tratou a Igreja no início de sua ascensão a um poder ditatorial<sup>158</sup>. Indiferença, inépcia, até certo grau de desprezo. Pragmatismo não faltava quando o assunto era conquistar adesões para fortalecer posições definidas.

Pode parecer contraditório com as páginas anteriores deste estudo, mas o Governo Vargas não sabia muito bem o que fazer com a Igreja. Não era um campo fácil de se lidar. Os padres e bispos tinham papéis duplos, isto é, possuíam prerrogativas de líderes paroquiais como representantes espirituais e, também, líderes políticos por representarem um Estado estrangeiro na figura do papa, seu chefe político supremo. O clero era um híbrido de duas cabeças. Seu campo<sup>159</sup> de atuação não possuía fronteiras fixas. Era conveniente ver para crer, deixar em banho-maria para classificá-lo e, em seguida, enquadrá-lo. Poderia ser uma medida de praxe de um governo recém-empossado, mas Dom Leme recebera, em novembro de 1930, telegrama do embaixador e Carlos Magalhães de Azeredo, desesperado com a notícia de sua substituição. Azeredo estava como embaixador desde 1920. Seria apenas mais uma substituição para alocar correligionários.

Dom Leme escreveu carta a Afrânio de Mello Franco, Ministro das Relações Exteriores, para saber o que acontecia e pedir a não saída de Azeredo. Este é mantido até as eleições de 1934.

---

<sup>158</sup> AZEREDO, C. M. de **Ofícios** ao Ministro das Relações Exteriores Afrânio de Mello Franco. Roma, 28.fev.1931. Est. 17, prat.3, vol. 1, Arquivo histórico do Itamaraty-RJ

<sup>159</sup> BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004, p. 20-21. Para Bourdieu o campo, denominado também de microcosmo, está dotado de leis próprias. Apesar de estar sujeito às imposições do macrocosmo, ele dispõe de uma autonomia parcial em relação a este. Os padres tinham certa autonomia para agir diante dos bispos e das autoridades civis, assim como os bispos tinham certa autonomia para agirem em relação às autoridades civis. Portanto, não havia um plano pré-determinado de ação. Mesmo estando sob juramento de obediência, tanto bispos quanto padres buscavam em outros campos fora do religioso, interesses subjetivos que, embora aparentemente fossem vistos isoladamente, sua profundidade ficava implícita se considerada no plano político, ligação do religioso.

Esta e outras ações de Vargas iriam suscitar dúvidas no episcopado brasileiro<sup>160</sup>. Quando da inauguração da estátua do Cristo Redentor ficou acertado com o episcopado brasileiro que o papa faria pessoalmente um pronunciamento por rádio a todo o povo brasileiro no dia 14 de outubro de 1931, isto é, dois dias após a inauguração, dia 12 de outubro de 1931. Desde julho daquele ano a embaixada brasileira na Santa Sé insistia junto ao Secretário da Santa Sé um pronunciamento via rádio<sup>161</sup>. O papa havia gostado da ideia, mas era algo sem precedente, pois o papa nunca se dirigia diretamente a um povo e Chefe de Governo. A incerteza do que poderia ocorrer, o Governo se perdera na não resposta ao telegrama do Vaticano, causando mal-estar e embaraços para o embaixador. A inauguração se deu sem o pronunciamento do papa<sup>162</sup>.

Os sinais de vacilações dos olheiros do Itamaraty se mostraram óbvios quando se descobriu que o Governo Argentino havia conseguido algo inédito pelos cantos perdidos da América do Sul. Pela primeira vez o Secretário de Estado da Santa Sé, cardeal Pacelli, sairia de Roma para representar o papa em outro continente.

O Governo Argentino, além disso, havia conseguido finalmente a promessa da Santa Sé de ver escolhido o seu primeiro cardeal. A análise do embaixador brasileiro, Carlos Celso de Ouro Preto era surpreendentemente reveladora, pois o embaixador, homem de carreira e demonstrando experiência pertinaz, escreveu ofício ao Itamaraty:

Senhor Ministro

A reunião do próximo Congresso Eucarístico Internacional de Buenos Aires vem despertando o máximo interesse não apenas nos círculos mais chegados ao Vaticano, mas também em todo o mundo católico [...]

Do ponto de vista turístico, o Congresso Eucarístico é um triunfo [...]

O benefício dessa jornada, católico-turística sem precedentes, recairá exclusivamente sobre a República Argentina, cujo Governo não tem poupado esforços nem dinheiro, no sentido de estabelecer uma formidável propaganda. Em todas as agências de Companhias de Navegação, em

<sup>160</sup> AZEREDO, C. M. de **Telegrama ao Cardeal Leme**. Roma, 19. Nov. 1930(?) 74, 01, 002-nº21. Manuscritos, Fundação Biblioteca Nacional. LEME, S. **Carta a Afrânio de Mello Franco**, Ministro das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 12. Nov. 1930, 70, 04, 001 – nº 55. Manuscritos, Fundação Biblioteca Nacional-RJ.

<sup>161</sup> AZEREDO, C. M. **de Ofício** ao Ministério das Relações Exteriores, Cidade do Vaticano, 12. Julho. 1931. Est. 17, Prat 3, vol 1 - A.H.I.-RJ.

<sup>162</sup> AMARAL, Luiz Gurgel do. (embaixador interino) **Ofício** ao Ministério das Relações Exteriores. Cidade do Vaticano, 14. Out. 1931, Est. 17, Prat. 3, Vol. 1 – A.H.I.-RJ.



todos os escritórios de turismo, em todas as estações de caminhos de ferro, nos muros de Roma, nos Kiosques (SIC), nos teatros, veem-se grandes cartazes alusivos ao Congresso Eucarístico, com gravuras ou fotografias de Buenos Aires. Nos cinemas também a propaganda é intensamente desenvolvida [...]

É com verdadeira mágoa que cumpro o dever de assinalar a Vossa Excelência a completa omissão do Brasil nessa propaganda ítalo-argentino-vaticana. Dir-se-ia que a Argentina é o único país a que se destina a comitiva do cardeal (Secretário Pacelli) e que a cidade do Rio de Janeiro não faz parte das escalas obrigatórias do “Oceania” e do “Conte Grande” [...]

Esse é o ponto de vista material, é o aspecto propaganda (grifo dele) do Congresso Eucarístico. A par dele, e sobrelevando-o em relevância e interesse, há o aspecto moral e sobretudo as perspectivas novas que ele vem rasgar à política vaticana na América do Sul. Oxalá do prestígio conseguido pela Argentina com a presença do cardeal Secretário de Estado não resulte diminuição do nosso [...] <sup>163</sup>

O documento-ofício demonstrava a atmosfera pesada entre os Governos Argentino, Brasileiro e o Governo do Vaticano. Um jogo silogístico de ocultações, intencionalidades disfarçadas, blefes, informações desconstruídas e a ausência completa da presença do episcopado brasileiro. As sentenças do embaixador Ouro Preto eram tremendamente cortantes e feriam o brio do episcopado brasileiro. A empáfia, soberba e arrogância dos homens da Santa Sé se despejavam nos ombros curvados de Dom Leme, mero executor das prerrogativas divinas do Reino de Cristo na figura expressa do Secretário de Estado do Vaticano. O que fazer?

O embaixador teve de correr para estender a visita do representante do papa ao Rio de Janeiro. A visita foi coroada de êxito. Certamente, o clima agitado da Constituinte em 1933 e as eleições em julho de 1934 no Brasil contribuíram para tamanha lacuna diplomática. Afinal, o desempenho do episcopado nessas eleições também foi dinâmica, acrescido de uma contenda informal com a Santa Sé, desejosa de firmar uma concordata com o governo brasileiro sem passar pelo crivo do episcopado. No entanto, ficava patente o dissenso e descompasso entre o episcopado brasileiro e a Santa Sé.

O cardeal Pacelli, em retorno a Roma, visitava o Brasil com propósitos

---

<sup>163</sup> OURO Preto, C. C. de **Ofício** ao Ministro das Relações Exteriores José Carlos de Macedo Soares. Roma, 22. Ago.1934. Lata 463, maço 7022. AHII-RJ.

nobres de fortalecer mais ainda os laços do catolicismo romano com a nação brasileira. Como que confirmando a solidariedade e concórdia, o chefe da nação, Getúlio Vargas, fazia pronunciamento saudando as boas relações dos dois Estados soberanos:

Eminência,

É com os mais vivos e sinceros sentimentos de regozijo que o Brasil abre os seus braços acolhedores para receber a honrosa visita que, neste momento, tanto nos desvanece [...] Na pessoa de Vossa Eminência folgamos ainda de prestar as nossas homenagens à maior força moral do mundo contemporâneo, encarnada, em nossos dias, na figura inconfundível de Pio XI, de que Vossa Eminência, há tantos anos, é o colaborador fiel e, neste momento, o representante extraordinário em terras americanas.

As relações de inalterável amizade entre o Brasil e a Santa Sé constituem uma das tradições mais caras da nossa diplomacia.

[...] por mais de um século, sem rupturas nem solução de continuidade, os enviados da Santa Sé e do Brasil mantiveram inabaláveis, entre as duas soberanias, as relações da mais perfeita cordialidade. A República, na sua primeira Constituição de 1891, proclamou a separação entre a Igreja e o Estado; mas esta separação, no intuito dos que elaboraram a Magna Carta e na prática sensata dos que a executaram, não foi um divórcio nem se baseou em sentimentos ímpios. Foi apenas uma definição política entre dois poderes, que se conjugam, na mesma obra de paz e de progresso. Esta hermenêutica moderna e liberal, inspirada pelo alto espírito de conciliação e bom senso dos governos que se têm sucedido na vida republicana do país, acaba de receber, explícita, a aprovação da recente Assembleia Constituinte que votou no seu artigo 17 a colaboração recíproca em prol do interesse coletivo de todas as forças espirituais e materiais da nacionalidade brasileira [...] Quem percorrer as páginas da fundação das nossas grandes cidades, do desenvolvimento da instrução, da origem e evolução das nossas liberdades e das nossas instituições sociais, encontrará em todas elas, eficiente, perseverante e benemérita a ação da Igreja. [...] É sobre a sólida formação cristã das consciências, é sobre a conservação e defesa dos mais altos valores espirituais de um povo que repousam as garantias mais seguras da sua estrutura social e as esperanças mais fundadas da grandeza, estabilidade e desenvolvimento de suas instituições [...]<sup>164</sup>

A Santa Sé havia insistido diretamente com o Governo Brasileiro uma

<sup>164</sup> VARGAS, Getúlio. **Discurso do Presidente da República G. Vargas no banquete oferecido ao cardeal Pacelli**. Rio de Janeiro, 10. Out. 1934. Estante 76, prateleira 5, volume 16. Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ

assinatura de concordata. Esse acordo vinha se desenrolando desde 1928. Já em 1933, negociou, a contragosto do episcopado brasileiro, pessoalmente entre o Secretário de Estado Pacelli e o Ministro das Relações Exteriores Afrânio de Mello Franco, a assinatura de um tratado internacional<sup>165</sup> que, a despeito de intenções firmes de ambas as partes, acabou não se concretizando e esfriou, de pronto, as aproximações mais sólidas. O Governo Brasileiro precisava do apoio da Igreja para vencer as eleições, embora tal apoio só fora conquistado devido ao esforço do episcopado na organização dos movimentos católicos para exigir participação da Igreja. A passagem de Pacelli pelo Brasil e a fala supostamente desinteressada de Getúlio Vargas na recepção ao Secretário de Estado da Santa Sé punha em evidência uma nova fase de reaproximação.

As relações entre a Santa Sé e o Governo Brasileiro se estreitaram tanto que o Presidente Vargas receberia uma Bênção Apostólica especial do papa Pio XI<sup>166</sup> em abril de 1935. No mês seguinte, seria a vez da filha<sup>167</sup> do Presidente ser recebida pessoalmente pelo papa. Dois anos depois, a Senhora Darcy Vargas também seria recebida pessoalmente pelo sumo pontífice<sup>168</sup>.

De modo a conquistar o apoio da hierarquia brasileira e, mais importante ainda, o apoio da Santa Sé, um Estado independente, Getúlio não se furtaria a procurar dar vazão ao fortalecimento de um Governo de linha autoritária com vistas à legitimidade dada pela Igreja. Cabe lembrar que mesmo sendo eleito em 1934, o Governo Getúlio Vargas não deixou de ser criticado por conta do ranço e do empastelamento às oposições. Oposições essas que não se resumiam ao movimento fracassado dos comunistas no levante de 1935. O processo de afirmação do integralismo, os reflexos do fascismo e nazismo europeus que repercutiram no Brasil, provocando reações violentas de parte considerável da

<sup>165</sup> ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira, op. cit. p.232. Cf. também a Conferência Episcopal realizada no Palácio São Joaquim, sede da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro na qual as principais lideranças do episcopado rejeitaram o pedido de concordata com o governo brasileiro. Os motivos eram: a efêmera força das leis brasileiras; a vulnerável e sorradeira mentalidade dos homens públicos brasileiros; o povo frágil na participação dos movimentos católicos. Na mesma reunião, o cardeal lera “documentos preciosos, sobre cuja origem o maior segredo foi recomendado”. Insistia na observância rigorosa de prudentes atitudes diante do delicado momento que a Cúria vivia em relação ao novo governo: “não descer em minúcias quanto aos capelães das Forças Armadas, não tocar em juramento, não reclamar cemitérios, não exigir lema na bandeira, nem fazer observações acres sobre o que foi adotado pela Primeira República” Acrescenta o documento: “Combinou-se, como desejam os signatários do documento, que se apresentem, a seu tempo, em forma de decreto e ou artigos, as reivindicações católicas”. In: SOUZA, Joaquim Silvério de. Relatório da Conferência Episcopal. Rio de Janeiro, 11. Fev. 1931. (Documento manuscrito). PT 169, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>166</sup> PIO XI **Bênção Apostólica ao Amável filho Getúlio Vargas**. Roma, 2. Abr. 1935. Estante 80, prateleira 5, volume 12. Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ.

<sup>167</sup> GUIMARÃES, Luis **Telegrama reservado** comunicando bênção de Pio XI à senhorita Vargas. Roma, 11. Maio. 1935. Estante 18, prat. 1, vol. 6. A.H.I.-RJ.

<sup>168</sup> GUIMARÃES, Luis **Bênção do papa à Sra. Vargas**. 18. Abr.1937. Estante 18, prateleira 1, vol.6 A.H.I.R.J.

população contra estrangeiros de nacionalidade principalmente Germânica e Japonesa, e também o novo papel dos militares que desejavam colocar as Forças Armadas no centro da reorganização nacional e, como já se aplicava serem o braço e a cabeça da política do Estado, planejando um realinhamento estratégico de modernização não só de infraestrutura, com reequipamento, mas de formação educacional e ideologia de uma segurança nacional; também não se pode esquecer da crise econômica na qual estava mergulhado o país, um país agrícola por excelência.

As oposições a Vargas tomavam atitudes inovadoras, como fez Luís Carlos Prestes, que chegou a pedir apoio à Igreja pela causa contra o fascismo e principalmente contra o poder estabelecido. Ele convocava os padres brasileiros que, segundo Prestes, eram vítimas dos padres estrangeiros e da opressão dos bispos e arcebispos brasileiros<sup>169</sup>. Os padres brasileiros deveriam se aliar à *Aliança Nacional Libertadora* e lutarem contra o poder estrangeiro no país. Ele organizava uma adesão em massa para pôr fim ao governo de Vargas bem como ao domínio estrangeiro. Esta organização faria eclodir, sem sucesso, o movimento comunista no mês de novembro. Estava implícito neste gesto de Prestes a concepção de que o clero sempre, tradicionalmente, metera-se na política e nos movimentos sociais, revelando também o reconhecimento da força católica naquele momento. Daí sua proposta de aliança com o clero católico.

Por ter sido advogado de Luís Carlos Prestes, Sobral receberia correspondência de Jorge Amado<sup>170</sup> propondo, num contexto um pouco diferente, mas buscando os mesmos objetivos, isto é, a adesão dos intelectuais católicos para fortalecer a luta contra os movimentos fascistas. A carta também era de agradecimento pela amizade e pelo desprendimento de Sobral, coisa que ficara marcante quando da presteza e persistência ao defender Prestes contra o Estado brasileiro, que se inclinava há tempos para adesões fascistas. Jorge Amado enviara o exemplar de seu livro *Vida de Luís Carlos Prestes*<sup>171</sup>. Pedia desculpas a Sobral por

<sup>169</sup> “Teremos a instrução de nossos jovens e a catequese de nossos índios nas mãos de aventureiros alienígenas” **A Manhã**, Rio de Janeiro, 9. Julho. 1935, nº 64, ANO I, p.2. Serbin indica o número de padres entre 1920 e 1960: de 6056 padres até 11.151; indica também o número de seminários no Brasil de 1931 a 1940: 86 seminários. Cf. SERBIN, K. **Padres, celibatos e conflito social**. Trad. Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 128 e 109 respectivamente.

<sup>170</sup> AMADO, Jorge. **Carta a Sobral Pinto**. Rio de Janeiro, 10. Out. 1942. Pasta 323, arquivo 4, gaveta 3. CAALL – Petrópolis-RJ

<sup>171</sup> Neste seu livro, Jorge Amado chama Prestes de “Cavaleiro da Esperança” e o enaltece como o grande líder e imprescindível esperança de luta contra o governo. Amado faz forte apologia da imagem de Prestes como a última e única esperança de mudanças, reproduzindo no culto ao personalismo as expectativas positivas para o

ter apoiado o Governo Vargas logo após saber que Getúlio entraria na guerra contra o “eixo”, apagando automaticamente seus erros de ditador, desde o levante comunista de 1935.

Uma carta anônima, possivelmente de um oficial, denunciava a infiltração dos integralistas e acusava Getúlio de proteger Plínio Salgado, Chefe do integralismo brasileiro. Acusa os integralistas de conspirarem contra o Brasil, “querem depor o Sr. Ministro da Justiça. Estão tomando conta da Marinha. Estão se infiltrando em todas as repartições públicas, principalmente no Ministério da Educação”<sup>172</sup>. Além disso, a carta anônima ainda faz a referência à adesão de padres e bispos à causa integralista e afirmava taxativamente que o Governo seria tomado em poucas semanas. Termina a carta dizendo que alguns oficiais estavam tomando posição pelo comunismo de preferência, alertando que daí a pouco o Exército estaria em sangue. A tentativa de golpe se realizara em 11 de maio de 1938.

Esta carta anônima revela a complexidade de um momento deveras tenso pelo qual passava o país. Embora não indique uma data, seu conteúdo denuncia o acirramento das tensões nacionais logo após a tentativa fracassada do golpe armado comunista, em 1935. Não é demais comentar que Getúlio havia incentivado o chefe integralista a se candidatar à Presidência da República nas eleições que deveriam ocorrer em janeiro de 1938. Outros candidatos se lançaram na corrida à vaga da Presidência: Flores da Cunha, considerado por seu poder político e militar, um obstáculo ao continuísmo de Vargas, Armando de Sales Oliveira, Governador de São Paulo, mas já isolado por não conseguir apoio das forças situacionistas que, por sua vez, apresentaram o nome do paraibano José Américo de Almeida.

Percebe-se também neste documento que o esforço feito pelo cardeal Leme e por boa parte das lideranças católicas do laicato não era suficiente para manter o espírito de relações cordiais com o Governo Vargas, mesmo apoiando o Golpe de Estado em 1937. Filinto Muller, Chefe de Polícia e Delegado especial de Segurança Política e Social do Distrito Federal, chamara em seu gabinete o diretor geral das Confederações Marianas do Brasil, Monsenhor Dainese, para prestar

---

povo brasileiro. Nessa época, Amado já era filiado ao Partido Comunista Brasileiro. Cf. [WWW.jorgeamadao.com.br/vida.php3?pg=1](http://WWW.jorgeamadao.com.br/vida.php3?pg=1) acesso em 18. Maio. 2014

<sup>172</sup> **Carta anônima ao General Góes Monteiro.** S/d, S/L. Caixa de Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Bloco 8, doc 39. Arquivo Histórico do Exército-RJ.

esclarecimentos sobre declarações do cardeal Leme criticando o Presidente da República. Num tom interrogatório e imbuído de provas testemunhais, o Chefe de Polícia questionava monsenhor Dainese, que se via ao mesmo tempo surpreso e desconcertado com os fatos narrados. Filinto dizia do “desgosto causado no governo a orientação mantida pelo clero católico com relação ao Estado Novo”<sup>173</sup>. Referia-se especificamente a padre Helder Câmara, intimado por causa de um sermão pronunciado na Igreja de Nossa Senhora da Paz. Seguiam as críticas aos padres envolvidos ou simpatizantes do integralismo que pregavam até nos confessionários e, portanto, a denúncia de “desobediência à autoridade constituída” se tornava prova do consentimento oficial da hierarquia. Ademais, as acusações iam mais fundo, envolvendo a pessoa do cardeal Leme e do núncio apostólico Aloísio Masella.

Nas palavras de Filinto Müller,

Após a minha longa, pormenorizada e documentada exposição que o padre Dainese ouvia sem contestar, referi-me ao cardeal D. Sebastião Leme, dizendo saber com absoluta certeza que (SIC) sua eminência fazia referências pouco elogiosas ao Presidente da República, dizendo entre outras coisas ser o Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas um homem sem princípios. Afirmei estar também o governo informado de que o Cardeal D. Leme antes de sua partida para (SIC) a Europa e dentro da orientação que havia traçado ao clero recordando mais uma vez que todos se mantivessem em atitude de não cooperação com o governo<sup>174</sup>.

Filinto dizia que o núncio apostólico era um dos “sabotadores do Estado Novo”<sup>175</sup>.

Respondia o padre Dainese que Dom Leme nunca fora integralista, o que foi contestado por Filinto que citou uma reunião com sacerdotes na qual o cardeal afirmara de fato que não era integralista, mas que reconhecia que a Igreja Católica poderia viver perfeitamente num regime integralista. Padre Dainese, mesmo assim, continuou a defender o cardeal dizendo

“que era um homem sereno, equilibrado, muito sincero nas suas convicções, que seguramente tudo faria no sentido de estabelecer maior harmonia entre

<sup>173</sup> MÜLLER, Filinto Strubbling. **Nota reservada sobre palestra com Monsenhor Dainese**, Rio de Janeiro, 26. Nov. 1938, p.1. GVc 1938.11.26, cpdoc – FGV-RJ.

<sup>174</sup> MÜLLER, Filinto Strubbling. **Nota reservada sobre palestra com Monsenhor Dainese**, Rio de Janeiro, 26. Nov. 1938, p.1-2. GVc 1938.11.26, cpdoc – FGV-RJ.

<sup>175</sup> MÜLLER, Filinto Strubbling. **Nota reservada sobre palestra com Monsenhor Dainese**, Rio de Janeiro, 26. Nov. 1938, p.2. GVc 1938.11.26, cpdoc – FGV-RJ.

o poder temporal e o espiritual para que não se perturbasse o ritmo da vida nacional sempre orientada de maneira elevada pelos princípios católicos”<sup>176</sup>.

Filinto continuou persuasivo o bastante para enquadrar padre Dainese que lhe perguntara o que o Governo desejava que o cardeal fizesse para demonstrar a sua boa vontade em relação ao estado atual da política brasileira. Filinto respondera que “o governo ficaria satisfeito se o cardeal determinasse a todo o clero que nas suas pregações acentuassem a necessidade de ser cumprido o que manda a Igreja no que se refere ao respeito, à obediência e ao acatamento às autoridades constituídas”<sup>177</sup>.

Por incrível que pareça, Filinto Müller incorporava o discurso e as atitudes do clero e do próprio cardeal. Fora este discurso e esta ação que o cardeal queria ver concretizado e vinculado ao cacife da Igreja. Fora justamente este papel que Dom Leme procurou assumir como missão essencial da Igreja. Mais ainda, fora este papel que caracterizava o catolicismo da época, isto é, valer-se da teologia tomista e tridentina, da cultura ritual, de um verdadeiro arsenal hagiólatra capaz de mobilizar milhares de pessoas, formar e educar crianças e jovens para viverem sua fé católica totalmente determinante frente aos aspectos mais elementares da vida, mas principalmente o aspecto da vida política na qual se ordenava o cumprimento do respeito à autoridade, fosse esta de qual partido fosse, talvez – permitindo-me fazer uma pequena especulação – até obediência à autoridade de um partido comunista, se tal estivesse no poder. O catolicismo político de Dom Leme recebia um enquadramento de sua própria índole imanente. Seria o catolicismo político uma arquitetura que se definia apenas em função do serviço ao Estado e ao serviço de si?

Filinto argumentava que se caso o cardeal se colocasse à disposição do Estado Novo haveria a possibilidade de o Governo Brasileiro examinar a ideia da assinatura de uma concordata com a Santa Sé “mantendo o stato quo (grifo dele), isto é, a Igreja separada do Estado com a mesma liberdade de ação que até agora tem tido”<sup>178</sup>.

Segundo o relato de Filinto Müller, Dom Leme concordara com todas as

<sup>176</sup> MÜLLER, Filinto Strubbling. **Nota reservada sobre palestra com Monsenhor Dainese**, Rio de Janeiro, 26. Nov. 1938, p.2. GVC 1938.11.26, cpdoc – FGV-RJ.

<sup>177</sup> MÜLLER, Filinto Strubbling. **Nota reservada sobre palestra com Monsenhor Dainese**, Rio de Janeiro, 26. Nov. 1938, p.2. GVC 1938.11.26, cpdoc – FGV-RJ.

<sup>178</sup> MÜLLER, Filinto Strubbling. **Nota reservada sobre palestra com Monsenhor Dainese**, Rio de Janeiro, 26. Nov. 1938, p.3. GVC 1938.11.26, cpdoc – FGV-RJ

condições discutidas e dispostas no encontro de Monsenhor Dainese e o próprio. Acrescentara ainda que o papa tinha grande admiração por Getúlio a quem considerava “o salvador do Brasil e da América do Sul do perigo comunista”<sup>179</sup>.

Um ano antes desta “entrevista” com monsenhor Dainese, o grupo brasileiro ordenou que o embaixador na Santa Sé, Luiz Guimarães <sup>180</sup>, conferenciasse pessoalmente com o Secretário de Estado, Pacelli, a mando do próprio Presidente da República, exigindo que o arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker, se calasse em relação às críticas direcionadas ao Presidente. É sempre bom lembrar que, no advento do golpe de Estado, em 1930, encabeçado pelo gaúcho Getúlio Vargas, Dom Becker o classificara, numa linguagem bíblica e teológica, de o “novo Moisés,”<sup>181</sup> o líder que guiaria o povo brasileiro às veredas da glória de seu destino, a terra que emana leite e mel. Do imaginário teológico à realidade histórica. De Moisés ao ditador que se arrogava a enquadrar e submeter a representante de Deus aos seus esquemas e pretensões invariáveis. Obediência não mais ao papa ou ao direito canônico, mas à lei de Segurança Nacional.

---

<sup>179</sup> MÜLLER, Filinto Strubbling. **Nota reservada sobre palestra com Monsenhor Dainese**, Rio de Janeiro, 26. Nov. 1938, p.4. GVC 1938.11.26, cpdoc – FGV-RJ

<sup>180</sup> GUIMARÃES, Luiz (embaixador na S. Sé) **Ofício confidencial** ao Ministério das Relações Exteriores. Cidade do Vaticano, 16. Ago. 1937. Estante 18, Prateleira 1, volume 06. Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ.

<sup>181</sup> ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Edi PucRS, 1998, p.79ss.



*CAPÍTULO 2*

*A AÇÃO CATÓLICA COMO APOIO AO  
AUTORITARISMO*

---

---

## 2.1 A Liga eleitoral católica: projeto de poder político católico

O intuito deste capítulo é mostrar como o catolicismo político encabeçado pelo cardeal Leme se materializou na constituição da *Ação Católica* que, por sua vez, viabilizou-se na organização da *Liga Eleitoral Católica*, um dos braços fortes da própria *Ação Católica*. Também, tornamos explícitos os conflitos gerados daí envolvendo partidos políticos, os vários líderes desses partidos e a luta de fazer eleger o máximo de deputados favoráveis às reivindicações católicas. Não se trata de fazer um histórico do processo de construção da *Liga Eleitoral Católica*, mas fortalecer a ideia de que a *Liga Eleitoral Católica* se tornou o braço forte da intromissão do catolicismo na política partidária. Mais ainda, a *Liga Eleitoral Católica* se tornou uma espécie de partido, embora a hierarquia se esquivasse disso e declarasse que esta era uma forma de os adversários combaterem o catolicismo. Com o objetivo de intervir nas decisões programáticas dos partidos políticos tanto nacionais quanto estaduais, a LEC acabou sofrendo o mesmo efeito pelo qual fora criada, isto é, acabara sendo vítima de intrigas partidárias, divisões, constrangimentos, imoralidades. Os católicos desejavam modificar a Constituição de 1891, que, para eles, era prejudicial aos conceitos e às posições que a Igreja mantivera até então dentro da tradição histórica do país. A LEC deveria representar um avanço que há muito tempo a Igreja almejava tornar a Constituição brasileira uma Lei com espírito cristão e, principalmente, uma ordem política católica não como motor central do Estado, mas como órgão reconhecido juridicamente como parte constitutiva do Estado Brasileiro.

Assumindo uma postura de paladina da verdade, revelava suas exigências aos partidos políticos em termos de disposição tática que ela própria desejava. Os partidos deveriam declarar adesão à LEC antes de escolherem seus respectivos candidatos<sup>182</sup>. Esta postura já indicava certa noção irreal da briga partidária no Brasil afora, cujos candidatos sempre estavam, na época, atrelados a interesses dos grupos dominantes regionais, agravados agora pela intenção de Vargas em querer centralizar em torno de si e da máquina governamental uma ordenação que lhe fosse favorável.

---

<sup>182</sup> Recomendações da Junta Nacional da LEC às Juntas Estaduais de todo o Brasil, **Confidencial**, s/l, s/d, PT 216, ACMRJ

Dom Leme estava preocupado com o teor que a LEC deveria ter em termos de legalidade. Havia pedido a Sobral Pinto, assessor jurídico da Cúria do Rio de Janeiro, que examinasse pela legislação se a LEC não teria problemas para ser reconhecida legalmente, pois o governo havia baixado o decreto nº 22.643 de 30 de abril de 1933. Este decreto limitava a participação nas eleições apenas a três Associações: Associações Profissionais, Associações de Profissões Liberais e Associações de Funcionários Públicos. Isso não limitava a LEC, mas limitava a sua intenção de criar sindicatos católicos principalmente, bem como outros órgãos acoplados umbilicalmente à Igreja, o que comprometia a natureza deles neste quesito, pois se limitava ao exercício de uma profissão, o que não se aplicava à LEC, à Ação Católica e nem à Igreja. Sobral recomendava esperar para ver se surgisse alguma interpretação que invertesse a lógica da lei<sup>183</sup>.

Nas mesmas recomendações estavam os programas dos “pontos máximos” – uma atribuição da própria hierarquia – indicadas desde o início da organização da Liga Eleitoral Católica. Seriam estas as recomendações: promulgação do nome de Deus no preâmbulo da Constituição; indissolubilidade matrimonial e reconhecimento de registro civil do casamento religioso; incorporação legal facultativa de aulas de religião nas escolas públicas; regulamentação da assistência religiosa facultativa às Forças Armadas, prisões, hospitais etc.; liberdade de sindicalização com garantias dos sindicatos católicos; assistência do serviço eclesiástico às Forças Armadas, equivalente ao serviço militar; decretação de legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã; defesa dos direitos e deveres da propriedade individual; decretação da lei de garantia da ordem social - Lei de Segurança Nacional, depois decretada em 1935 – contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis; combate a toda e qualquer legislação que contrariasse, expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica<sup>184</sup>.

Em carta a Alceu, Macedo Soares,<sup>185</sup> eleito na Constituinte de 1933 e, logo depois, Ministro das Relações Exteriores do Governo Vargas, externava observações do Presidente da República quanto às exigências católicas. Vargas

<sup>183</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta** a Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, 16. Maio.1933, PT 216, ACMRJ

<sup>184</sup> Recomendações da Junta Nacional da LEC às Juntas Estaduais de todo o Brasil, **Confidencial**, s/l, s/d, PT 216, ACMRJ

<sup>185</sup> SOARES, J. C. de Macedo. **Carta confidencial** a Alceu Amoroso Lima. São Paulo, 26.mar.1933, PT 216, ACMRJ

pedia que fossem retiradas duas cláusulas, a da promulgação da Constituição em nome de Deus e a que dava validade jurídica ao casamento religioso. Nota-se que a Igreja extrapolava com suas exigências, interferindo na legislação, impondo cerceamento à ordem vigente com a pretensa aplicação imediata de lei sobre a segurança nacional, pois se julgava que o país estava afundando no caos com preparações de golpes tanto de comunistas quanto de militares, estes últimos, mais frequentes, tanto assim que se justificava a proximidade dos capelães nas hordas dos Quartéis. Percebe-se, dentre as outras exigências, uma ênfase à legitimação, na Carta, de seus propósitos, como aquela de querer retirar toda lei que contrariasse os princípios católicos. Seria o mesmo que reconhecer seus erros e ter de aturá-los indefinidamente, ou então de contar exclusivamente com o reconhecimento de uma religião, a católica, como parâmetro universal de validade moral e política. Mas não parava aí. Em documento avulso <sup>186</sup> havia outras cláusulas: reconhecer explicitamente na Constituição, como católica, a maioria do povo brasileiro; que o chefe da nação autorizasse oficialmente a colocação de imagem do Cristo nos tribunais, escolas, hospitais; isenção de serviço militar ao clero; que em toda a legislação do trabalho se respeitem os direitos da consciência cristã; que se suprimam todos os termos legais suscetíveis de interpretação anticatólica; liberdade de associação para católicos. Evidente que o Governo não sancionou a maioria dessas cobranças. Apenas o que lhe era conveniente, exceção ao preâmbulo da Constituição em nome de Deus, o que dava à nova Carta um rosto católico-religioso. Os outros passaram: casamento religioso com efeitos civis, o ensino religioso, as capelanias nas forças armadas, a liberdade sindical e a proibição do divórcio.

No início de 1932, o cardeal Leme, já decidido a organizar a *Liga Eleitoral Católica*, enviava carta-ofício a todos os bispos e arcebispos do país informando que havia mandado fazer um “estudo técnico”<sup>187</sup> que resultara na ideia da LEC, o que seria, segundo o estudo, melhor do que partido político. Dizia o cardeal:

Trata-se de propugnar inalienáveis direitos da religião, pois se é certo que problemas do mais alto interesse religioso vão ser discutidos e solucionados, a conclusão se impõe: por dever de fé, cumpre-nos cerrar fileiras (grifo dele)<sup>188</sup>.

<sup>186</sup> DOCUMENTO endereçado ao chefe do Governo Provisório (Getúlio Vargas), s/l, s/d. PT 216, ACRMJ

<sup>187</sup> LEME, Sebastião. Carta reservada aos Srs bispos e arcebispos. Rio de Janeiro, 23.abr.1932, PT 216, ACRMJ

<sup>188</sup> LEME, Sebastião. Carta reservada aos Srs bispos e arcebispos. Rio de Janeiro, 23.abr.1932, PT 216, ACRMJ

Este desejo de cerrar fileiras em torno das urnas não havia saído do nada. O cardeal havia pedido a Sobral Pinto um estudo de criação de um órgão que fosse alternativa e suplantasse a estrutura de partido político. Na pessoa de Sobral, o *Centro Dom Vital* foi buscar esse estudo nas instruções do papa Pio X ao bispo de Madri, na Carta Apostólica que lhe dirigiu em fevereiro de 1906. O documento fora elaborado por Heitor da Silva Costa, o mesmo que fizera o projeto de construção do Cristo Redentor. Em síntese, o documento saía do forno com o seguinte título: *Organização Eleitoral Católica*. Esse se dividia em duas partes: membros da 1ª categoria, que seriam os católicos praticantes, conhecidos por sua atuação na comunidade, indicados pelo vigário e que se comprometessem a angariar o maior número possível de membros sob sua direção pessoal. Esses últimos, indicados pelos membros da 1ª categoria, seriam já a 2ª categoria que, por sua vez, poderiam passar à 1ª categoria se conseguissem arregimentar pelo menos cinco membros eleitores ainda não arregimentados na Organização. Havia uma cláusula pétrea: nenhum membro da 1ª ou da 2ª categorias poderia se candidatar a cargos eletivos, sob pena de deixar de fazer parte dessa Organização. A diretoria se formaria entre três a cinco membros de cada paróquia. Seriam escolhidos pela autoridade diocesana cinco dentre os membros da 1ª categoria de todas as paróquias para constituir comissão dos cinco para tratar com os candidatos.

Era uma estrutura piramidal na qual mandava o vigário. Mas sua dinâmica funcionava bem quando se ia às urnas, pois era condição básica o candidato só receber o voto dos membros da Organização se provasse, perante a comissão dos cinco, ter considerável número de eleitores com que pudesse concorrer às urnas. É bom deixar claro que este era o sistema que ajudava a arregimentar eleitores para a causa católica. Portanto, a matriz da Liga Eleitoral Católica fora justamente essa *Organização Eleitoral Católica*<sup>189</sup>.

Por mais que a Santa Sé insistisse na posição de neutralidade do clero brasileiro em matéria política e também na tentativa de manter laços fraternos com o Governo Provisório, mesmo assim lideranças do episcopado brasileiro tinham sérias restrições em relação ao fato de deixar que o Estado Brasileiro, volúvel e dissimulado segundo eles, decidisse como deveria ser a postura da Igreja em

---

<sup>189</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta** ao cardeal Leme. Rio de Janeiro, s/d . Anexo: “ Organização Eleitoral Católica”, PT 216, ACMRJ.

relação àquilo que desejava dela o Estado. O núncio no Brasil, Alúcio Masella, recebera instruções do Vaticano para pôr limites ao episcopado e ao clero. Além disso, punha em andamento a tarefa ingrata de conseguir “uma absoluta unidade de conduta”<sup>190</sup>, o que explicava a ausência de conhecimento profundo que os homens da Secretaria de Estado da Santa Sé possuíam sobre o episcopado brasileiro. No Brasil, tudo o que soava como absoluto se revelava, na época, como fato relativo. A iniciativa do núncio de escrever uma circular reservada aos integrantes do episcopado de uma chamada “Comissão Central de Arcebispos”<sup>191</sup>, na qual solicitava o “parecer sobre os meios mais eficazes para conseguir que as reivindicações dos católicos fossem levadas em consideração”<sup>192</sup> denota claramente a divisão do mesmo episcopado.

Percebe-se assim que a criação da LEC foi uma iniciativa do próprio cardeal Leme e dos intelectuais católicos do *Centro Dom Vital*. As críticas feitas por Jackson de Figueiredo às diretrizes empregadas pela Santa Sé quanto aos rumos da Igreja no Brasil ecoavam pesadas, mas suportavelmente leves por conta de confessar suas angústias pessoais ao amigo embaixador em Roma, Carlos Magalhães de Azeredo, e não ao próprio cardeal Leme. Numa das correspondências, desferiu essas pedras: “[...] a Santa Sé não vê com bons olhos os nossos bispos [...] A paz que vem gozando a Igreja, desde que a República se impôs, é uma paz fictícia [...]”<sup>193</sup>. Evidencia-se também que a circular do núncio apostólico refletia a inoperância do episcopado brasileiro em termos políticos. Quer dizer, numa hora a Santa Sé queria ver o clero longe da política, na outra hora, queria ver articulações eficazes para dar frutos à instituição romana. O arcebispo de São Paulo, Dom Duarte, respondia de pronto à circular, mostrando preocupação com a concepção de Igreja que os grupos dominantes ambicionavam, isto é, os chefes políticos “[...] os quais a fé é quase sempre duvidosa”, passariam a tratar a Igreja como “[...] uma serva submissa ao Estado, instrumento servil ao invés de orientadora da opinião pública e da política em geral”<sup>194</sup>. Tratava-se para Dom Duarte de imprimir a marca do catolicismo, do posicionamento político acima dos partidos políticos, estes não no sentido de se distanciar deles, mas de os enquadrar

<sup>190</sup> Apud ROSA, L. O. op. cit., p. 171

<sup>191</sup> Apud ROSA, L. O. op. cit., p. 171

<sup>192</sup> Apud ROSA, L. O. op. cit., p. 172

<sup>193</sup> FIGUEIREDO, J. Carta ao embaixador na Cidade do Vaticano Carlos Magalhães de Azeredo. Rio de Janeiro, s/d, Caixa 38- A, AHI-RJ

<sup>194</sup> Apud ROSA, L. O. op. cit., p. 172

.A LEC seria a entidade capaz, teoricamente, de absorver esses partidos sem se envolver num compromisso de dependência que custaria fatalmente a derrocada da Igreja, submetendo-se ao jogo de poder do Estado.

É Ernst Benz quem afirma ter sido o ocidente marcado, desde o início, por uma relação inteiramente jurídica entre Deus e o Homem, ou entre o Estado e a Igreja. Na Roma Antiga a Igreja assumira o papel de instituto da administração sacramental, primeiramente com o sacramento da penitência, cujo detentor dos direitos era justamente o bispo. O bispo determinava o caráter do pecado, a gravidade da culpa. Ele decidia em quais condições se daria a penitência. Para o grau de cada pecado correspondia uma taxa de satisfação<sup>195</sup>. Foi desta consciência jurídica que a Igreja ocidental formulou o seu *direito eclesiástico* próprio.

Derivam dessas concepções também muitas outras atribuições: a consciência do sacerdote que se vê eleito pelo direito divino para comandar a comunidade, a teologia para fundamentar a doutrina, e desaguaria com a ideia de *predestinação*, expressa em Santo Agostinho, onde o Reino de Deus seria habitado por um grupo determinado e numericamente fixo de eleitos. Estes seriam os eleitos ou cidadãos do Reino de Deus, os únicos que possuiriam direito de pátria, cidadania. A história da salvação se baseia numa ordem jurídica na qual todo cristão seria educado dentro do caminho da santidade<sup>196</sup>. Pois bem, estamos em pleno vigor no tempo da República dos anos de 1930 do século XX, mas o pensamento do clero e principalmente do episcopado se dirigia por esse viés de privilégio divino onde tudo deveria se submeter, apesar de que, na prática, o Estado deveria permanecer livre da Igreja livre, mas o futuro histórico ainda era inspirado e movido pela força divina. Toda essa volta para afirmar que, uma vez acima dos partidos políticos, a LEC se efetivava e se concretizava como a entidade juridicamente superior a eles, pois pensava no seu bem maior, a salvação das almas, como também moralmente afeita aos desígnios dos homens. De modo axiomático, os eleitos de Deus, escolhidos pela hierarquia católica, seriam os mais aptos para governarem o mundo dos homens, portanto, governarem o Brasil.

Numa parte da ata em que se delimitaram os preceitos da “Organização Eleitoral Católica”, Sobral Pinto, secretário do *Centro Dom Vital*, escreve:

---

<sup>195</sup> BENZ, E. *Descrição do cristianismo*. Trad. Almeida Pereira. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 125ss

<sup>196</sup> BENZ, E. *Descrição do cristianismo*. Trad. Almeida Pereira. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 128ss

Todos devem de se recordar que não é permitido a ninguém permanecer inativo quando a religião ou o interesse público estão em perigo. Com efeito, os que se esforçam por destruir a religião e a sociedade procuram, sobretudo, apoderarem-se, na medida do possível, da direção dos negócios públicos, e a se fazerem escolher como legisladores [...] <sup>197</sup>

Para os católicos, o essencial era defender a ordem vigente, era defender os bens públicos, defender a sociedade, os direitos dos desvalidos e daqueles que não tinham onde recorrer. Este seria para os católicos o papel autêntico da Igreja. Dessa forma, era plenamente justificável, segundo os católicos, que a mesma Igreja lutasse para ver implantada no Brasil uma legislação próxima daquilo que fosse aceitável como cristã.

Sem alarde, a LEC conquistou os principais pontos acordados aos candidatos. Mudando o foco de análise, vamos ver os conflitos gerados por ela dentro do quadro partidário, tentando mostrar, com isso, que ela se tornara também um partido dentre outros, justificando a tese do catolicismo político do cardeal e dos demais líderes católicos da época.

Em carta ao jornalista Joel Silveira, Sobral Pinto lamentava o processo que seguiu à excomunhão do bispo de Botucatu, Dom Carlos Duarte Costa. Muito polêmico, defendia o socialismo, o fim do celibato obrigatório para o clero e divórcio. Em 1932, organizou o *Batalhão do Bispo* para lutar na Revolução Constitucionalista; possuía uma ação social agressiva que dilapidou os cofres da diocese. Devido a suas posições e má situação financeira da Diocese de Botucatu, foi investigado pela Cúria Romana e em 1937 renunciou a seu cargo <sup>198</sup>.

Mas a diferente postura de Dom Carlos não para por aí. Dom Carlos dissera nesta entrevista ao jornalista Joel Silveira e descrita por Sobral, que a *Ação Católica* - e a LEC, órgão interno da AC - “seria um partido político dentro da Igreja [...] que a AC sempre se inclinou para o fascismo [...] Cada dia mais poderosa, a AC transformou-se num verdadeiro Estado dentro do Estado.” <sup>199</sup> A posição de Dom Carlos é interessante por se tratar de uma figura tirada do anonimato por Dom Leme. Em 1923 Dom Carlos foi nomeado Vigário-Geral da Arquidiocese do Rio de Janeiro pelas mãos do arcebispo-coadjutor, Dom Leme; já imediatamente em 1924 o

<sup>197</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta ao cardeal Leme**. Rio de Janeiro, s/d, PT 216, ACMRJ

<sup>198</sup> <[http://wikipedia.org/wiki/carlos\\_duarte\\_costa](http://wikipedia.org/wiki/carlos_duarte_costa)>, acesso em 23.mar.2014

<sup>199</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta a Joel Silveira**. Rio de Janeiro, 16.jan.1943, pasta 323, arquivo 4, gaveta 3, CAALL-Petrópolis, RJ



papa Pio XI o nomeou bispo da cidade de Botucatu, também consagrado pelas mãos de Dom Leme. Havia uma nítida simbiose entre os dois, pois Dom Carlos também foi enviado a Roma para estudar no Colégio Pio Latino Americano, berço da preparação dos futuros líderes da Igreja no século XX e lugar de formação rigidamente ultraconservadora do catolicismo. As mudanças de atitude e de posições políticas de Dom Carlos revelam a sua disposição de reviravolta - nos moldes do catolicismo social de padre Júlio Maria e Jônathas Serrano - com os rumos de uma instituição que se portara como baluarte de uma “verdade absoluta”, sagrando-se representante de Deus. Como uma instituição que se considerava representante de Deus poderia se submeter a um Governo ditador? Seria contraditório, no mínimo. No entanto, as críticas de Dom Carlos, por suas posições claras, não podem nos dar a noção do que havia ocorrido com o processo de captação de votos da LEC.

Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre, em carta reservada e confidencial ao cardeal Leme,<sup>200</sup> via a organização das captações de eleitores com grandes dificuldades. Para ele o programa da LEC possuía inviabilidades que atribuía à “[...] mentalidade política e social do nosso povo e dos condutores da opinião pública em particular que está perniciosamente influenciada pelas teorias deletérias e pelo exemplo chocante de nações [...]”<sup>201</sup>. Diz que católicos bons e chefes de família que ocupavam posições salientes declaravam-se a favor do divórcio. A imprensa divulgava boatos de que estava prestes a estourar uma guerra religiosa no Brasil devido ao vigor com que o clero havia se lançado à campanha da Constituinte. A Igreja estava sendo vítima de uma “guerra surda e infernal”, completava. Diz, convictamente, que a *Ação Católica* e a LEC deveriam ficar fora dos Partidos Políticos. Mais à frente, contrariando o que dissera, já havia se entendido com o General Flores da Cunha, interventor no Rio Grande, para dar total apoio ao seu *Partido Republicano Liberal*, defendeu Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda, quando este declarou ser em princípio a favor do divórcio, entendendo ter dito isso por pressões políticas em razão do cargo e das próprias eleições. Terminava a carta dizendo ter conseguido o apoio do general Góes Monteiro que se declarara favorável às reivindicações católicas e que pessoalmente ele e Flores da

---

<sup>200</sup> BECKER, João. **Carta reservada e confidencial ao cardeal Leme**. Porto Alegre, 27.fev.1933, p. 1 PT 108, ACMRJ.

<sup>201</sup> BECKER, João. **Carta reservada e confidencial ao cardeal Leme**. Porto Alegre, 27.fev.1933, p. 1 PT 108, ACMRJ

Cunha escolheriam os representantes deputados.

Em abril do mesmo ano, representantes da *Junta Estadual* da LEC-RS enviavam carta ao arcebispo entregando os seus cargos e revelando o descaso de terem sido informados através do jornal *A Federação* da recomendação da LEC para os eleitores votarem na chapa do *Partido Republicano Liberal*. O Secretário Geral da LEC havia deliberadamente modificado a orientação, com aprovação de Dom Becker, desmoralizando toda a autoridade da *Junta Estadual*, por sinal, escolhida pelo próprio Dom Becker. Terminavam a carta afirmando que a LEC havia perdido todo o crédito junto aos eleitores e, principalmente, aos católicos<sup>202</sup>.

Em 1º de julho de 1933, cônego Benjamin Aragão escrevia a Dom Becker informando que desistira de se candidatar a deputado por não ter recursos<sup>203</sup>. Como, aparentemente, não conseguira falar na carta anterior, enviava outra carta, dois dias depois, endereçada ao arcebispo Dom Becker, dessa vez informando os motivos reais pelos quais desistira de concorrer. *A Ação Católica* no Rio Grande do Sul sofrera seu primeiro colapso na ocasião da procissão da paz. No período eleitoral, diz, “[...] a organização da LEC foi feita à parte, como se não existissem princípios da *Ação Católica*, departamentos, nem diretor. A organização da LEC em Porto Alegre foi um fracasso. [...]”<sup>204</sup>.

Curiosamente, ressaltando os subterrâneos do jogo confuso e aparentemente invariável do poder que assaltava o clero e a hierarquia católica, um mês antes dessas constatações do cônego Benjamin, Dom Becker<sup>205</sup> escrevera ao cardeal no Rio de Janeiro uma carta longa e repleta de revelações. A Constituinte já havia consagrado boa parte dos candidatos da LEC. Becker dizia que os trabalhos deveriam continuar. Propunha de próprio punho mudanças no estatuto da LEC. Num deles, reconhecendo que sua autoridade fora atropelada por parte do clero, dizia que no alistamento ou na organização da Ação Católica cada membro deveria fazer uma espécie de juramento ou compromisso por escrito de obediência aos superiores hierárquicos. Confirmando aquilo que havia acontecido com a LEC do Ceará, denunciava a intromissão do chefe do Governo Provisório na escolha do candidato ao Governo do Rio Grande do Sul, cooptando ninguém menos do que o presidente da LEC em Porto Alegre. O mais veemente apelo ao cardeal foi a insistência em

<sup>202</sup> FIORE, H.; PIRES, N.; ROCHA, E.. **Carta a Dom João Becker**. Porto Alegre, 29. Abr.1933, PT 108, ACMRJ

<sup>203</sup> ARAGÃO Benjamin. **Carta a Dom João Becker**. Porto Alegre, 1º. Jul.1933, PT 108, ACMRJ

<sup>204</sup> ARAGÃO, B. **Carta a Dom João Becker**. 3. Jul.1933, PT 108, ACMRJ

<sup>205</sup> BECKER, João. **Carta confidencial e reservada ao cardeal S. Leme**. Porto Alegre, 6.Jun.1933, PT 108, ACMRJ

dizer que:

[...] ( a LEC ) não conseguirá êxito ficando “uma ação política nula.” Não pode abstrair dos partidos, tem de entender-se com os chefes e predispor os candidatos. Até em certos casos é útil ou necessário que ela se alie a partidos que garantam auxílio certo e apoio seguro. Pois nossa lei suprema deve ser: defesa dos direitos e interesses de Deus, da Igreja e da nação. Por isso, acho necessário que esta palavra ‘A LEC deve agir fora e acima dos partidos’ se risque ou tenha uma interpretação autêntica. Julgo que o sentido deve ser este: “A LEC deve ter em vista sobretudo a sua finalidade e sem ser partido propriamente dito se aproveita dos partidos existentes enquanto seus programas não se oponham à mentalidade católica e ofereçam as necessárias garantias[...]”<sup>206</sup>.

Dom Becker desabafa e comenta seus ressentimentos contra o bispo de Santa Maria, Dom Antônio Reis, que não aceitara suas orientações e ainda “[...] deixou-se arrastar por alguns padres-bebês sem experiência e sem responsabilidade pública[...]”<sup>207</sup>. Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, presidente da LEC em Porto Alegre, era católico bem visto por Dom Becker, tanto que o considerava como amigo, pois “havia prestado grandes serviços à religião. Por isso, foi ele distinguido mais do que qualquer outro nesta capital. Basta dizer a V. Emcia (Leme) que lhe consegui da Santa Sé o privilégio de capela doméstica<sup>208</sup>”. A sutileza da linguagem católica muitas vezes passa batida. A maneira de se colocar como centro irradiador é uma das características dos prelados e do clero em geral. Não podia ser diferente com Dom Becker. Trata uma pessoa com distinção de amigo, porque este fizera “serviços à religião”, como se fosse uma atividade profissional, um utilitário ou uma troca natural de favores. Esta distinção e amizade teria valido um sacrifício fenomenal do arcebispo por ter intercedido à Santa Sé um privilégio de nobre, a capela dentro de sua residência. Evidencia-se a maneira medievalista de tratamento, como acima descrita por Benz,<sup>209</sup> na qual se expressa uma troca sacramental de relação, aparentemente eliminando a distância entre o mundo secular e o espiritual, coisa que estava presente no imaginário brasileiro. Porém, Dom Becker, acima de

<sup>206</sup> BECKER, João. **Carta confidencial e reservada ao cardeal S. Leme**. Porto Alegre, 6. Jun.1933, PT 108, p.4, ACMRJ

<sup>207</sup> BECKER, João. **Carta confidencial e reservada ao cardeal S. Leme**. Porto Alegre, 6. Jun.1933, PT 108, p.4, ACMRJ

<sup>208</sup> BECKER, João. **Carta confidencial e reservada ao cardeal S. Leme**. Porto Alegre, 6. Jun.1933, PT 108, p.4, ACMRJ

<sup>209</sup> BENZ, E. op. cit., p. 125ss

tudo, esperava de Adroaldo uma posição de fiel católico abnegado ao seu chefe. Não foi o que se viu. Adroaldo criticou as afirmações de Oswaldo Aranha a favor do divórcio, provocando o desencadeamento de reações desastradas para Dom Becker que ficara mal visto pelo Ministro, este pensando que os ataques do presidente da LEC fossem ordenados pelo cabeça da Igreja. Mesmo rompendo os laços com o arcebispo, Adroaldo fora eleito deputado e sem o apoio da LEC.

Mas não param aqui as disputas e desencontros causados pela organização da LEC. Voltando os olhos ao sudeste, em São Paulo, Macedo Soares e Alceu Amoroso Lima trocavam correspondências ásperas, pois havia diferença de posições em apoiar o próprio Macedo Soares à Constituinte. A LEC, que conseguira participar, desconfiada, na formação da chapa envolvendo o *Partido Republicano*, *Partido Democrático* e a *Associação Comercial* entre outros, não desejava apoiar Macedo Soares, que acusava a LEC, na figura do padre Gastão e dos “garotos dirigentes da Liga”<sup>210</sup>. Dentre outros problemas destacados por Macedo Soares, cita a falta de malícia política dos padres dirigentes da LEC e, mais grave, definia a LEC como um partido: “[...] Estão rindo da declaração da Liga de que não é partido político. Como dizem, possui licença como organização eleitoral, tem programa conhecido, eleitorado próprio e registro no Tribunal Eleitoral [...]”<sup>211</sup>.

Disputas mais acirradas continuaram em São Paulo, atingindo até mesmo seu arcebispo. Dom Duarte era liderança de destaque no episcopado brasileiro. Comandou uma reação à Santa Sé por esta querer ignorar o poder dos bispos brasileiros, visto que Roma faria um canal direto com o governo Vargas, apoiando-o e recebendo as benesses. Dom Duarte incomodava tanto a Santa Sé que em 1934 esta criaria o bispado coadjutor de São Paulo, diminuindo o poder do arcebispo. Fora chamado para assumir tal cargo o bispo de São Carlos, Homem de Melo, vetado pelo arcebispo.<sup>212</sup> Com a intenção clara de diminuir o poder de seu cargo, a Santa Sé atirava em seu próprio pé e enfraquecia a liderança mais destacada do arcebispado brasileiro, comprometendo também a LEC de São Paulo.

Mas quem retratou com precisão maior os problemas da LEC em nível nacional foi Sobral Pinto. Ele escreve a Alceu A. Lima uma longa carta, elogiando-o por ter sido o grande vitorioso das jornadas constituintes e das eleições de 3 de

<sup>210</sup> SOARES, J. C. de Macedo. **Carta** a Dom Duarte Leopoldo e Silva. São Paulo, 19.mar.1933, PT 216, ACMRJ

<sup>211</sup> SOARES, J. C. de Macedo. **Carta** a Dom Duarte Leopoldo e Silva. São Paulo, 19.mar.1933, PT 216, ACMRJ

<sup>212</sup> A luta pelo osso. **A Lanterna**, ano XI, nº 376, 19.abr.1934, p.1, MF/1850, Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp, Campinas-SP.

maio de 1934. Mesmo depois das eleições os conflitos não paravam de acontecer. Sobral pede a intervenção de Alceu e do cardeal no Ceará, sugere a nomeação de Afonso Pena Jr para ocupar o cargo de Presidente da *Junta Nacional*. Amigo de longa data e católico sem ambições políticas, Afonso Jr seria o ponto de equilíbrio da Junta. Propunha a formação de uma tática política geral da *Junta Nacional*. Dizia que havia ameaça de sobrevivência da LEC por causa das disputas no Ceará. Denunciava que, a mando de Getúlio, Moreira Lima aterrorizava os católicos do Ceará. Acusava Juarez Távora de até eliminar, liquidar os assistentes da LEC. Como era confusa a situação, declara, amargurado, que o Governo Federal apoiara a LEC do Rio de Janeiro. É obrigado a declarar apoio a este, pois, pelo contrário, a LEC cairia em desgraça. Diz que o cardeal não deveria se iludir com as constantes visitas de Getúlio, do Macedo Soares e do Rao (Vicente). Afirma que essas visitas tinham como fim último extirpar da nação “a glândula de moralidade e idealismo cívico que é a LEC”<sup>213</sup>.

Arrematando a carta, Sobral propõe uma ação nacional, uma organização da LEC:

“[...] com um corpo eleitoral numeroso e coeso, fortemente entrosado, que nos permita levantar, a uma palavra do Centro, uma campanha da opinião pública, capaz de fazer recuar quaisquer veleidades de compressão sobre a consciência católica do país [...]”<sup>214</sup>

Como podemos vislumbrar, o projeto da LEC para os católicos possuía vários matizes: era a preocupação de formar a consciência católica e manter o predomínio como religião não apenas majoritária, mas no sentido de equipar o país da moralidade advinda da religião; por outro lado, assegurar somente os direitos da Igreja como uma entidade que corria paralela à vida do país. O empedernido Sobral se sensibilizava com a sorte do país. Na sua visão, a LEC seria apenas um veículo para se extirpar o mal que impedia o país de se tornar soberanamente livre. Vejamos num outro item o que pensava Sobral.

<sup>213</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta a Alceu A. Lima**. Rio de Janeiro, 21.set.1934, pasta 322, arq. 4, gav 3, CAALL, Petrópolis

<sup>214</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta a Alceu A. Lima**. Rio de Janeiro, 21.set.1934, pasta 322, arq. 4, gav 3, CAALL, Petrópolis, p.6.

## 2.2 Uma pedra no caminho: Sobral Pinto

Se fôssemos definir Sobral Pinto seria necessário incluir, sem reducionismos, o prefixo “cristão” ao eminente jurista que era. Ele mesmo diz que se pautou nos valores cristãos e na caridade para tudo o que fez na vida<sup>215</sup>. Mas o que mais definiria Sobral é seu espírito de militante católico. É nessa perspectiva que analisamos o personagem que corporificou a obediência ao poder eclesiástico e, ao mesmo tempo, sua insubordinação à mesma obediência. Referimo-nos aos vários combates de Sobral para ver o *Centro Dom Vital* caminhar na direção daquilo que queria ver padre Júlio Maria e Jônathas Serrano, isto é, a Igreja se engajar na causa social para tentar construir um projeto de país no qual a população tivesse o mínimo para viver, condição essa coerente às origens da fé cristã professada por ele.

Foi pensando assim que Sobral dizia que um homem como ele, católico militante da causa da Ação Católica Brasileira, deveria sempre recusar cargos públicos para não se deixar corromper pelas intenções subjacentes das autoridades do poder do Estado brasileiro<sup>216</sup>.

De pais profundamente católicos, Sobral herdara a alma incorruptível do pai, mineiro de nascimento. Frequentava com assiduidade a igreja do padre Carloto Távora, tio de Juarez Távora a quem, mais tarde, mandaria prender por insubordinação na Coluna Prestes. Estudou e foi colega de quarto de ninguém menos do que padre Leonel Franca, no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo.<sup>217</sup> Sobral foi um incansável batalhador contra o liberalismo, o tenentismo, o comunismo. Mas sua luta real, verdadeira saga, seria contra o maior inimigo do país, o governo do grupo de homens do senhor Getúlio Vargas. Não era apenas anticomunista, antitenentista, antiliberal, mas era também profundamente reacionário, tanto que em *O Jornal*, diário de propriedade de Chateaubriand, fora

---

<sup>215</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta a Gustavo Corção**. Rio de Janeiro, 28.jan.1972, s/localização, seção manuscritos Col. Gustavo Corção, Fundação Biblioteca Nacional, RJ. Novamente nos defrontamos com as memórias de Sobral, cujas pretensões se aproximam de alertar Corção para o possível uso de sua imagem pelo regime militar, através da qual desejavam atingir os prelados da alta hierarquia, supostamente ‘esquerdistas apoiadores de comunistas’.( Refere-se às críticas abertas que Corção fez a Dom Valdir Calheiros e Dom Helder Câmara).

<sup>216</sup> DULLES, John W. F. **Sobral Pinto: a consciência do Brasil**. Trad. Flávia Mendonça Araripe. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 15.

<sup>217</sup> DULLES, John W. F. **Sobral Pinto: a consciência do Brasil**. Trad. Flávia Mendonça Araripe. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 23.

acusado de “tendências reacionárias.”<sup>218</sup>

Sobral foi crítico mordaz da chamada Revolução de 1930 desde o seu início. Para ele, o grupo de Vargas desejava invadir o organismo nacional e se apoderar dele todo e provocar erros gritantes que levariam ao desvirtuamento da política e ao distanciamento dos princípios cristãos. Trabalhando na edição de política do jornal *A União*, fora demitido a mando do cardeal Leme por criticar violenta e sistematicamente o Governo Vargas na Constituinte sem deixar sem resposta. Dirigindo-se a Osório Lopes, diretor do jornal, fala que este foi incumbido de apunhalar Sobral pelas costas, dando-lhe a maior prova de despreço e de desconsideração\*<sup>219</sup>. Em 1972, numa carta a Gustavo Corção, Sobral dizia que havia batido semanalmente em Getúlio e que se o cardeal achasse prudente, “\_ que eu quebrasse a minha pena, cumpri a minha palavra”<sup>220</sup>. Querendo se fazer de exemplo a Corção, cita um trecho do teólogo espiritualista Tullo Goffi a respeito da obediência cristã:

A obediência é essencial ao cristão ( Pdr 1,14); foi santificado pelo espírito ( para obedecer) ( Pdr. 1,2). Pela obediência, a alma do leigo une-se a Cristo, exerce as virtudes cristãs fundamentais, abre-se à visão do bem comum, introduz sua pequena história individual na grande história eclesial, assume a responsabilidade da vida cristã comunitária<sup>221</sup>.

Mas as relações com o cardeal Leme não foram apenas conflituosas. Quando teve de defender Harry Berger e Luís Carlos Prestes por estes estarem em condições desumanas, devido às torturas que estava sendo submetido no caso de Berger, Sobral foi até o cardeal para que este usasse sua influência e tirá-los daquele infortúnio. No caso, o cardeal atendeu na hora e conseguiu livrá-los das torturas, apesar de que, para Berger, foi trágica a situação, saindo do Brasil absolutamente louco.<sup>222</sup>

Como se destaca, os conflitos no interior da Igreja eram de rara frequência devido às censuras da hierarquia. À medida que esses ocorriam, suas

<sup>218</sup> DULLES, John W. F. **Sobral Pinto: a consciência do Brasil**. Trad. Flávia Mendonça Araripe. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 38.

<sup>219</sup> PINTO, H.F. Sobral. **Carta a Alceu A. Lima**. Rio de Janeiro, 21. Set. 1934. Pasta 322, arquivo 4, gaveta 3, Centro Alceu Amoroso Lima para a liberdade, Petrópolis-RJ

<sup>220</sup> PINTO, Carta a Corção, Rio de Janeiro, 28.jan. 1972, p.3

<sup>221</sup> PINTO, Carta a Corção, Rio de Janeiro, 28.jan. 1972, p.3

<sup>222</sup> PINTO, Carta a Corção, Rio de Janeiro, 28.jan. 1972, p.1-2

repercussões deixavam claras as razões da interferência do Estado nesses conflitos. Mal havia tomado posse, o Governo Provisório já enfrentava greves, manifestações de discórdia por parte da imprensa de oposição e da crise econômica que se arrastava desde o fim do ano de 1929. Contra as evidências, fontes mostram a presença eclesiástica em alguns desses conflitos.

De forma que, na maioria das vezes, era Sobral quem aparecia nos conflitos ainda que indiretamente. Sobral, amigo íntimo de Alceu, comprava as dores deste nos embates que Alceu teve de travar contra os chamados inimigos da Igreja. Na realidade, eram contendas muitas vezes provocadas pelo cardeal Leme, que mandava, efusivamente, Alceu à peleja para não caracterizar uma intervenção direta do cardeal. Por outro lado, a voz da Santa Sé eclodia nos ouvidos da alma do cardeal, deveras submetido ao fogo cruzado entre conflitos do clero, da Santa Sé, de membros do episcopado e até mesmo do próprio Governo Vargas. Cito alguns momentos que foram marcantes para se revelar o caráter inquieto de Sobral. Na reforma do ensino secundário de 1931, quando o Ministro Francisco Campos se queixou de Alceu por este querer decidir os rumos da pasta. Sobral iria dizer: “[...] Alceu é o escritor e intelectual católico de maior evidência e se tornou vítima trágica de pregadores de erros, propagandistas incorrigíveis de falsas doutrinas”<sup>223</sup>.

A pérola dos olhos do cardeal Leme era a *Ação Católica*, cujos esforços para dinamizá-la e oficialmente torná-la vigente se quedou na vontade e na dificuldade de arregimentar os homens, principalmente, pois ainda era terreno feminino. Sobral, por carta, envia proposta ao cardeal para organizar a *Ação Católica* nacionalmente. Um detalhe é importante nessa carta: Sobral propunha que o catolicismo devia sair do domínio exclusivamente devocional para entrar no domínio social. Para não deixar de ser “Sobral”, criticava o presidente do *Centro Dom Vital*, Hamilton Nogueira e outros, por sua inércia diante da avalanche de fatos contra a Igreja<sup>224</sup>. As críticas ao cardeal eram mais frequentes quando ficou definido que, para conquistar espaço e garantias constitucionais concretas, era necessário galgar os degraus do Catete, mas de forma sorrateira, na concepção do próprio Dom Leme. Critica artigo de Alceu escrito para defender o cardeal das acusações de um personagem pouco definido nessa carta, de nome Rabelo. Alceu apresenta o

---

<sup>223</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta a Alceu A. Lima**. Rio de Janeiro, 15.abr.1931. Pasta 322, arquivo 4, gav 3, CAALL – Petrópolis, RJ.

<sup>224</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta ao cardeal Leme**. Rio de Janeiro, 09.maio.1931, Pasta 322, arq. 4, gav. 3, CAALL-Petrópolis, RJ.



cardeal como um pastor rigorosamente fiel aos seus deveres de Estado. A crítica pesada de Rabelo ia na direção oposta, denunciando as operações de bastidores para criar a mais funesta das confusões. Para Sobral, o cardeal não sabia onde estava pisando e acabava provocando baixas ao catolicismo ao procurar figuras anticristãs, ateias e racistas. Era o caso de Pandiá Calógeras, convidado por Alceu, a mando do cardeal, para assumir a Presidência da *Junta Nacional Católica*, somente porque este tinha trânsito livre em todas as esferas do Estado. Arremata Sobral, indignado com as atitudes do clero e das autoridades hierárquicas:

Sinto que, cada dia mais os pobres, os pequeninos, os sofrendores vão se afastando da pessoa divina de Jesus Cristo. As massas já não compreendem mais a linguagem do Evangelho. A culpa é principalmente dos pastores, empenhados em cultivar a amizade e o amparo dos grandes, dos poderosos e dos ricos, sem indagar, jamais, dos seus sentimentos, esquecendo-se, ao mesmo tempo, de olhar para a massa enorme dos que padecem fome e têm sede de justiça. [...] Ambicionando para Jesus Cristo o reinado das almas, vejo com desencanto que o meu pastor se contenta apenas com o prestígio social dos homens da Igreja nos meios das classes superiores [...] Jesus Cristo já não habita o coração da nossa gente. O Cristo que eles conhecem é o Cristo do espiritismo, das macumbas. E, enquanto isso, Dom Leme dá relevo aos Macedo Soares, aos Vicente Rao, aos Pereira Carneiro<sup>225</sup>, convencendo-se de que Jesus Cristo reina no Brasil porque o Félix Pacheco escreveu, com sua proverbial imbecilidade que é indispensável de que o cardeal entre para a Academia Brasileira de Letras<sup>226</sup>.

Neste trecho acima Sobral manifesta sua concepção de religião. É um pensamento unilateral de catolicismo como religião exclusiva, “verdadeira”, absoluta, disposta nos poros do coração brasileiro. Revela também singular opção não pelo bem que a religião pudesse supostamente fazer à população brasileira, especialmente os mais desfavorecidos, como se a religião, tanto como doutrina e sentimento devocional quanto como instituição historicamente posta, existisse para acalantar aqueles que sofrem, sem mexer um músculo sequer para enfrentar os

---

<sup>225</sup> Carneiro tinha título de conde, proprietário do Jornal do Brasil, rádio Jornal do Brasil, constituinte em 1933 pelo Partido Autonomista, um partido muito próximo de Dom Leme, através de monsenhor Olímpio de Mello. Cf [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ernesto\\_Pereira\\_Carneiro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ernesto_Pereira_Carneiro), Acesso em 05.abr.2014

<sup>226</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta a Alceu A. Lima**. Rio de Janeiro, 03.nov.1934, p.4-5, Pasta 322, arq. 4, gav. 3, CAALL-Petrópolis, RJ

problemas sociais que ele mesmo, Sobral, exigia do próprio cardeal. Mas Sobral era assim, apaixonado por uma visão analítica da política nacional abarcada prioritariamente pela postura cristã que o moveu a vida toda. Em outra carta a Alceu, critica seu artigo, externando apoio a Vargas. Sobral cita trecho falando do fracasso do ensino laico e o argumento de Alceu de que seria mais uma razão para que os homens do Estado reconhecessem o valor religioso da educação para o povo. Sobral era terminantemente avesso às aproximações com o Governo Vargas. Ele pergunta e responde a Alceu: “[...] o que Getúlio espera dos católicos? Cumplicidade”<sup>227</sup>.

Nota-se que as críticas que Sobral fazia ao Governo Vargas remontam ao início do Governo Provisório. Depois do levante comunista frustrado de 1935, ocorre uma desmobilização das forças democráticas e uma perseguição àquelas que ainda iriam se portar como oposição a Vargas. A Igreja, com tais gestos de Alceu, - tendo sempre presente que, por trás das ações de Alceu, estava ninguém menos do que o cardeal - pôs-se nos braços do Estado. A partir daí, Getúlio iria reclamar, diretamente à Santa Sé, da intromissão do clero e de parte do episcopado na política<sup>228</sup>.

O que resultaria, para a Igreja, um acordo justaposto de interesses com o Estado? Acabaria com o plano do cardeal de estruturar a LEC num horizonte nacional, o que realmente ocorrera, a dispersão dos quadros estaduais e regionais. O único - até onde a documentação indica - que levantou a voz, contrário a tal situação, foi Sobral. A gota d'água para ele, mas sem rupturas, foi quando o cardeal convocou todos os membros da *Ação Católica* do Rio de Janeiro, inclusive o próprio Sobral, para um ato de apoio ao golpe de Estado de 1937. Esta carta de Sobral dirigida ao cardeal é uma bomba no colo de tudo o que representaria a Igreja a partir de 10 de novembro de 1937. Ele começa a carta destacando algumas palavras da convocação do cardeal, “devem” e “todos”, indagando as consequências da obrigação de apoiar um governo ilegítimo e violento por pessoas humildes e dedicadas ao catolicismo. Deixemos Sobral (tido pelos seus como o padre Antônio Vieira do século XX) falar:

---

<sup>227</sup> PINTO, H.F. Sobral. **Carta confidencial a Alceu A. Lima**. Rio de Janeiro, 30.jul.1935, Pasta 322, arq.4, gav. 3, CAALL, Petrópolis

<sup>228</sup> ROSA, L. O. R. op. cit., p. 194. Becker criticava o Governo Vargas e pedia providências ao Secretário de Estado da Santa Sé: **Telegrama confidencial ao embaixador na Santa Sé**, Rio de Janeiro, 06.ago.1937, Lata 1288, maço 29547, AHI-RJ

Por que 'obrigar' todos os membros da Ação Católica da Arquidiocese a participar de uma solenidade política, disfarçada sob as aparências de ato religioso, para ligar, embora com cadeias de ouro, a Igreja de NSJC ao carro do vencedor, Sr. Getúlio Vargas nesta luta de vida e morte que ele vem travando contra todas as forças morais da nossa nacionalidade?<sup>229</sup>

Em seguida, entra na sua área, a jurídica, para colocar em xeque-mate a razão de um ato para uma autoridade que pregava a ordem, o respeito aos direitos e, principalmente, a coerência das ações. Invoca o artigo 3º dos Estatutos da Ação Católica Brasileira: "A ACB está sob a imediata dependência da hierarquia e exerce as suas atividades fora e acima de qualquer organização ou influência de política partidária". Continua Sobral:

Ora, eminência, o objetivo único e exclusivo das solenidades de amanhã é o lançamento, pelo Campos ( Francisco), das bases políticas da atual orientação governamental do Sr. Getúlio Vargas. [...] Este misto de positivista e de Zaratustra, que é o nosso atual ditador, tem como alimento principal dos seus propósitos este princípio que Nietzsche fixou: 'Pôr-se em face da lei para suprimir a lei das leis, a moral'<sup>230</sup>.

Desfere sua verve em relação àqueles que haviam jurado cumprir e proteger a Constituição, os militares:

Estribado na força das armas, representada pelas Classes Armadas inteiramente submissas à sua vontade, e dispondo do poder imenso de fazer as leis que bem entender, e de dar a cada um dos brasileiros o destino que lhe bem aprover, o Sr. Getúlio Vargas transformou o país numa vasta senzala onde só uma vontade existe: a dele, e um só instrumento de governo é utilizado: a força e a corrupção. Religião, moral, tradições, caráter, dignidade, direito e justiça, todo esse conjunto, enfim, de princípios dogmáticos, especulativos e normativos que a caridade de Deus e a sabedoria humana acumularam dentro da inteligência do homem para lhe servirem de guia no decurso da sua vida, foi totalmente arrasada na consciência dos brasileiros pelo Sr. Getúlio Vargas<sup>231</sup>.

---

<sup>229</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta ao cardeal Leme**. Rio de Janeiro, 26.nov.1937,CO 17, ACMRJ

<sup>230</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta ao cardeal Leme**. Rio de Janeiro, 26.nov.1937,CO 17, ACMRJ

<sup>231</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta ao cardeal Leme**. Rio de Janeiro, 26.nov.1937,CO 17, ACMRJ

Sobral vai ao extremo e pisa, agora, no clericalismo, para ele, mais infame:

Ante esse espetáculo de conformismo geral, em que províncias inteiras, instituições seculares e personalidades eminentes se humilham com gestos abjetos de servilismo, pergunto: eminência, quê é feito da justiça, que viu desaparecer todos os seus sacerdotes, e quê é feito da lei, que não encontra mais ninguém que se disponha a perecer por ela?[...] <sup>232</sup>.

Finaliza, dizendo que atitude tomará:

Não pouparei esforços no sentido de deixar aos meus filhos um exemplo de desinteresse material e de fidelidade aos superiores princípios religiosos e morais que os ministros de Deus e os meus saudosos pai instilaram dentro de meu coração, sedento sempre de justiça. [...] <sup>233</sup>.

Sobral nos oferece uma definição original dos métodos de fazer política de Getúlio:

[...] Getúlio Vargas é hábil demais para comprar alguém diretamente. Ele se reveste de uma aparência de homenagem que não permite ao que foi corrompido sentir, em sua consciência, a sua própria desmoralização interior [...] <sup>234</sup>

Cita dois exemplos desse ardiloso pedantismo: Macedo Soares, e sua exoneração do Ministério das Relações Exteriores, impedindo que São Paulo surgisse na campanha da sucessão presidencial com um só homem no cenário da política federal. O outro foi Waldemar Falcão que iria jogar sobre os católicos toda a responsabilidade da política trabalhista atea do Sr. Getúlio Vargas. Da atitude do primeiro, resultou a instauração desta “nefanda ditadura”; da atitude do segundo, surgiria a desmoralização integral da Igreja Católica como força social no seio das massas trabalhadoras.

A projeção última de Sobral de que a responsabilidade da degeneração histórica da Igreja viria com a derrocada dos trabalhadores não se confirmou. O que

---

<sup>232</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta ao cardeal Leme**. Rio de Janeiro, 26.nov.1937,CO 17, ACRMJ

<sup>233</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta ao cardeal Leme**. Rio de Janeiro, 26.nov.1937,CO 17, ACRMJ

<sup>234</sup> PINTO, H. F. Sobral. **Carta ao cardeal Leme**. Rio de Janeiro, 26.nov.1937,CO 17, ACRMJ

se confirmou foi o papel assistencialista e secundário que a Igreja passou a fazer diante da realidade nua e crua, tornando-se cabo eleitoral não de um Partido, mas de uma personalidade acima de Deus e acima do Cristo Redentor: Getúlio Vargas. Quando da morte do cardeal, em outubro de 1942, o Vigário-Geral fez os procedimentos normais para o sepultamento de Dom Leme como um chefe representante da Santa Sé no Brasil. A surpresa foi que, a mando do Chefe do Catete, era para antecipar o funeral, pois Getúlio tinha compromisso com a delegação da Venezuela que viria visitar o Brasil. São as sutilezas da linguagem e da ordem. Dom Leme já não ditava mais nada<sup>235</sup>.

---

<sup>235</sup> MEMORANDO para o **Secretário Geral**. Rio de Janeiro, 23.out.1942, lata 1771, maço 35719, AHI-RJ.

*CAPÍTULO 3*

*O CATÓLICO COMO AGENTE DA SANTA SÉ  
NO BRASIL*

---

### 3.1 Catolicização do católico

A catolicização no Brasil seguiu uma lógica impulsionada pelas tradições Coloniais como também pelas inovações organizacionais implantadas nos anos de 1920 a partir do Rio de Janeiro. Por razão dos inúmeros conflitos envolvendo as comunidades religiosas tradicionais que sempre tiveram na adoração aos santos a sua fonte de fé e de devoção, as lideranças do episcopado, voltadas para os rituais romanizados de valor absoluto que, através de muita violência, destronaram as tradições que remontavam ao período colonial, nos anos de 1920 e de 1930, com Dom Leme à frente da Arquidiocese do Rio de Janeiro, a prioridade foi impor um catolicismo romanizado às paróquias, mas respeitando as tradições de cada lugar. Na cidade do Rio de Janeiro o cardeal investiu esforços para construir igrejas (templos) em pontos estratégicos da cidade. Seriam prédios arquitetônicos de grande envergadura para chamar a população das periferias ao centro, onde se localizariam tais templos majestosos, abertos ao público em geral, mas com o vigor e força de seu santo padroeiro. Assim, ficava um catolicismo adaptado aos anseios de um povo que sempre esperou dos céus respostas para sanar seus inúmeros males. Vem daí essa diferenciação de Igreja cristã, europeia romana, e Igreja católica, a miscigenada tradição no encontro de culturas portuguesa, africana, indígena. Uma diferenciação se impõe entre os termos catolicismo romano e religiosidade católica. O catolicismo romano tem como centro os sacramentos que se constituem como dogmas da fé católica. Os sacramentos se revestem de um círculo: confissão – observar os mandamentos - evitar os pecados - confessar os pecados - fazer a penitência- ganhar a absolvição.

O funcionamento desse círculo depende exclusivamente do sacerdote que possui o poder de ligar a vida do homem à graça divina. O sacerdote dá legitimidade à bênção que consagra o fiel ou qualquer objeto para tornar seu uso lícito e aceito pela comunidade de fé.

No caso da religiosidade católica, a comunidade de crentes, motivada por catástrofes naturais ou por sinais de manifestações milagrosas, elege seu líder que se torna santo. Na medida em que toca objetos ou frequenta lugares, estes se transformam em santificados. A tendência principal do movimento religioso que

acaba tomando corpo daí é a sua resoluta separação do oficialismo jurídico eclesiástico. A comunidade de crentes radicaliza, rompendo vínculos de obediência ao sacerdote ou ao bispo da região. No caso do fenômeno de Juazeiro, como exemplo, com padre Cícero, o próprio padre se torna o líder que é injustamente punido, segundo a visão dos fiéis, pela Igreja e acaba rompendo com ela. Excomungado por Roma, Cícero se autoelege protagonista intermediário da comunidade com Deus, alia-se à oligarquia, alimenta-se da coesão da comunidade que lhe dá força e recebe apoio do Estado, ou, no caso, este último não toma partido no fenômeno.

Os fenômenos de manifestação religiosa são encarados pelas autoridades políticas como aberrantes, patologicamente autoexcludentes, perigosos à ordem estabelecida. Acabam sendo estes movimentos extirpados de maneira violenta ou tolerados, desde que se limitem ao campo meramente religioso. É justamente nesse ponto que podemos entender o catolicismo e sua utilidade no Governo Vargas. O Estado Republicano se separara da religião reduzindo esta a um papel meramente jurídico e politicamente secundário.

A resposta da Igreja Católica nesse período foi deveras surpreendente. Procurou estabelecer um novo vínculo com o Estado através da incorporação do catolicismo popular, reinterpretando sutilmente a função da religiosidade da população às cláusulas canônicas, sem perder o controle sobre as mesmas<sup>236</sup>.

Dentro da classificação do estudo de José Comblin<sup>237</sup> sobre o catolicismo brasileiro, há uma distinção dentro do catolicismo moderno: o pietismo barroco e o iluminismo católico. O pietismo barroco vigorou até o final do século XIX com a tentativa da restauração Católica. Foi um contexto histórico desesperador para a Igreja romana, que na Europa, viu-se excluída e perseguida pelos defensores da modernidade. Em função disso, a Igreja Católica procurou reverter a pressão política contra si, adaptando seus símbolos às necessidades daquele momento. Suas características básicas eram: homem piedoso, devoto, religioso. Cultivava a devoção incluindo em seu calendário litúrgico o mês de Maria, os atos de consagração, como por exemplo, a Consagração ao Sagrado Coração de Jesus na Eucaristia. O ideal de vida é ser santo, reproduzir a vida dos santos (São João da Cruz, Santa

---

<sup>236</sup> NEGRÃO, Lísia Nogueira. *Sobre os messianismos e milenarismos brasileiros*. **RevistaUSP**. São Paulo, n. 82, p. 37 ss, 2009.

<sup>237</sup> COMBLIN, José. *Para uma tipologia do catolicismo no Brasil*. **REB**, Petrópolis, Vozes vol. 28, fasc. 1, p.58ss, 1968.



Teresinha etc). Para se chegar à santidade o devoto deveria comungar, confessar, assistir à missa, rezar. A palavra “santo” significa aquele que está separado (do latim *sanctus*). Ser santo leva o catolicismo para o âmbito do pessoal, do íntimo, da vida privada, da vida interior. Para o devoto não existia dicotomia entre a vida espiritual e a vida temporal. Ele agia e combatia em nome do evangelho e de sua fé. O pietismo expresso nessa ideia se torna presente no Brasil com a proliferação dos seminários, as associações religiosas, os colégios religiosos e, principalmente, com as mulheres, principalmente a partir do século XIX. Dessa forma, patenteia-se a presença e a participação dos fiéis apenas às contingências do cotidiano da comunidade a qual pertence disposta à suposta luta exclusivamente na medida em que é alertada pelo líder em favor de uma causa religiosa, visto que o que o caracteriza é sua capacidade de reagir na defesa de sua fé e de sua Igreja. É essa situação que dá arrojo ao termo catolicismo<sup>238</sup>.

Por sua vez, o catolicismo iluminista teria como filosofia predominante o estoicismo. A ética cristã passou a ter uma ênfase estoica na medida em que seus adeptos eram os pobres. A resignação ao seu destino, principalmente o caminho do sofrimento e do infortúnio eram a sua razão de ser. Daí advém a propagação da ideia de humanismo cristão. Apegou um catolicismo da razão, propenso aos limites da vigilância à consciência e apegado aos sacramentos: ir à missa como uma convenção social, próximo até da posição de *status*, acreditar em Deus, pois este é bom, representa a ordem das leis naturais que, em última instância para o crente, leva a observar e confiar igualmente nas leis naturais. Deriva dessa posição a dedicação do homem à vida pública, isto é, servir à pátria como um prolongamento do servir a Deus. Esta seria então a religião “verdadeira”. Está incutida no conceito do iluminismo católico a ideia de devoção à pátria como condição de guia no caminho para o progresso, da promoção do homem e até da evolução, incorporada à história da salvação cristã no sentido dado pela teologia norte-americana de esperar a perfeição futura do homem, galgando degraus cada vez mais elevados até à salvação eterna<sup>239</sup>.

Contrabalançado pelo protestantismo naquilo que esse tem de culto individualista e intimista da religião, a imagem do Cristo Redentor, no Morro do

<sup>238</sup> COUTROT, A. Religião e política. In: REMOND, R.(org.) **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996,p.334ss

<sup>239</sup> BENZ, Ernst. **Descrição do cristianismo**. Trad. Carlos Almeida Pereira, Petrópolis: Vozes, 1995, p. 179

Corcovado, representava o sonho que queria ver realizado o cardeal Leme, o de uma “nova cristandade”<sup>240</sup> acima de todos os poderes terrestres, submetendo a cidade e o país à sua autoridade, cuja figura ultrapassava as nuvens, demonstrando seu glorioso poder. O Cristo Redentor não era apenas uma estátua, mas o símbolo de representação da superioridade católica diante das demais crenças, das forças militares e do poder maior do Estado Nacional. Representava não uma estátua estática topograficamente, mas o processo<sup>241</sup> dinâmico do predomínio do movimento católico aglutinando em torno de si toda a nação amparada nos braços de seu Deus semioficial.

Congruente à representação simbólica do Cristo Redentor foi o discurso enfaticamente político-religioso do próprio cardeal Sebastião Leme:

Nem as convenções da política, nem os deslumbramentos das exposições da indústria e do comércio [...] jamais conseguiram trazer tantos brasileiros à nossa capital maravilhosa.

E haverá ainda quem acredite ser lícito à República fingir que pode ignorar as crenças religiosas do povo? [...] Depois de tantas afirmações da consciência religiosa do povo brasileiro, o agnosticismo do Estado seria uma mentira solene a aviltar o bom senso dos legisladores.

O nome de Deus está cristalizado na alma do povo brasileiro. Ou o Estado reconhece o Deus do povo, ou o povo não reconhecerá o Estado<sup>242</sup>.

Não é preciso muito esforço de interpretação para entender o que estava explícito na fala do cardeal. Um ano após a chamada revolução de 1930, Vargas já se encontrava pressionado por vários segmentos sociais. A Igreja era mais uma pedra no seu sapato. O cardeal enfatizava a urgência de fazer emergir um novo catolicismo que mesclasse a força impulsiva da fé simples da população e os interesses inerentes de Deus que, transformado em personagem histórico, representava aqueles que não tinham voz nem direitos. O cardeal exigia aquilo que

---

<sup>240</sup> BEOZZO, José Oscar. Que Igreja católica encontrará o papa no Brasil? **Boletim Rede de Cristãos**, Petrópolis, n. 247, set. 2013, p. 2

<sup>241</sup> “Processo” no sentido que descreve Malerba. Cf. MALERBA, J. Para uma teoria simbólica: conexões entre Elias e Bourdieu In: CARDOSO, C.F.; MALERBA, J. (orgs). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papyrus, 2000, p. 205

<sup>242</sup> LEME, Sebastião. A memorável oração. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, n. 245, 14 out. 1931, p.3, seção periódicos, FBN-RJ.

supostamente acreditava ser o direito de Deus<sup>243</sup>. O cardeal é extremamente agressivo com a indiferença de fé dos homens do poder. Ele sabia muito bem que esta fé não se restringia ao afã caloroso das missas e liturgias, mas às veleidades e presunções do poder, que se achava autossuficiente, desprezando a orientação máxima do catolicismo.

É neste sentido que o cardeal iria somar ao seu “capital político pessoal”<sup>244</sup> a união entre o catolicismo iluminista e o catolicismo pietista barroco. Motivado pela simbologia católica readaptada à realidade da cultura brasileira, boa parte da população sairia às ruas para reivindicar não apenas os direitos de Deus, mas principalmente os direitos da Igreja<sup>245</sup>.

No Brasil, uma coisa que nunca ficou resolvida foi a posição jurídica da Igreja, uma vez que ora se constituía de direitos legais no tempo do padroado, mas não possuía legitimidade junto à nação, ora conquistava privilégios - como na era Republicana- sem possuir legalidade nas reivindicações junto ao Estado.

No início do Governo Provisório em 1930, o cardeal Leme tomava partido e aderira integralmente ao mesmo. Tal adesão se dava numa dimensão política. Pessoalmente, o cardeal assumia o papel de intermediador na renúncia do Presidente Washington Luís.<sup>246</sup> É preciso entender com mais profundidade essa cena. Representava o poder espiritual orientando as decisões e os rumos políticos da nação. Para os grupos anticlericais e nacionalistas, representava a intromissão do poder estrangeiro refletido no cardeal e no núncio apostólico do Brasil. Não se tratava de entendê-la no sentido moral e pacífico, evitando derramamento de sangue numa guerra civil que já havia começado.

Em carta reservada ao embaixador no Vaticano, Carlos Magalhães de Azeredo, o cardeal<sup>247</sup> falava de sua participação oficial na primeira reunião dos

<sup>243</sup> O livro de Alceu Amoroso Lima, *Política*, ressalta o conceito de direito de Deus. A obra é uma espécie de tratado de teologia política sobre como se deve organizar a sociedade verdadeira, isto é, tendo como base de sustentação a religião católica. Cf: LIMA, Alceu A. **Política**. 2<sup>o</sup> edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

<sup>244</sup> O termo “capital político pessoal” deve ser entendido na perspectiva de P. Bourdieu, isto é, o grau de autonomia do campo religioso que conferia um poder significativo ao cardeal, de seu cargo na hierarquia e sua notoriedade, reconhecimento não apenas popular, mas também das autoridades políticas estabelecidas. BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz, Lisboa: Difel, 1989, p. 190-191

<sup>245</sup> LEME, S. Apelo. *A Ordem*, 11(5), 2-2, jan-jun/1931; REDAÇÃO. Separatismo espiritual, *A Ordem*, 12(7), 82-87, jan-jun/1932; REDAÇÃO. Dever político dos católicos, *A Ordem*, 12(7), 161-166, jan-jun/1932

<sup>246</sup> Santo Rosário descreveu essa cena como se o cardeal fosse um enviado de Deus para salvar o Brasil de uma guerra fratricida. Apaziguar os homens e ficar acima da história. Cf. SANTO ROSÁRIO, Maria Regina do. **O Cardeal Leme** (1882-1942). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962

<sup>247</sup> Dom Leme era amigo pessoal do embaixador na Santa Sé, Carlos Magalhães de Azeredo. Esta carta, inédita, revela a preocupação do cardeal com os rumos do novo governo e a liberdade de ação que este daria à Igreja. LEME, Sebastião. **Carta ao embaixador no vaticano. Carlos Magalhães de Azeredo**. Rio de Janeiro, 3/ nov /1930, caixa 38 a, Arquivo Histórico do Itamaraty- RJ.

membros do Governo Provisório. Embora não revelasse o que fora discutido em tal reunião, a presença da autoridade máxima da religião católica refletia o peso do cargo e da projeção da pessoa do cardeal. Por que a autoridade de uma religião deveria participar e, por conseguinte, partilhar de uma reunião de um Governo civil e republicano? A Igreja, na figura de seu episcopado brasileiro e a Santa Sé<sup>248</sup>, deu apoio ao Governo Provisório, mas condicionado às concessões de princípios católicos, um deles seria obter espaço irrestrito na educação, lugar privilegiado para exercer o controle sobre as consciências, embora tal controle fosse relativo devido à acelerada secularização da sociedade brasileira.

Mesmo vivendo num mundo quase que controlado pelo peso da ciência moderna, do rádio, do cinema e de uma imprensa que avançava a passos largos, as lideranças católicas insistiam em se posicionarem como membros privilegiados representantes das leis divinas, o que criava ou mantinha um conflito eterno de jurisdição. Os membros de uma mesma comunidade política achavam-se submetidos a deveres contraditórios, impossibilitados de serem simultaneamente cidadãos e devotos (católicos).

Essas questões acima nos conduzem a uma indagação fundamental que está no cerne do papel que a Igreja desejava exercer e, por outro lado, papel que a sociedade brasileira exigia dela, incluindo-se aquilo que o Estado brasileiro desejava ver na Igreja, ou seja, relegar à Igreja católica um papel estritamente intimista e individualista em detrimento de um papel político que a fizesse competir com o próprio Estado a um espaço privilegiado, gerando um conflito indesejável para ambos.

Na era republicana, o Estado já não precisava mais da Igreja, nem para cumprir uma função de serviçal do poder estabelecido. Vargas se valeu da Igreja para dar vazão aos encargos da fé familiar, depositária na figura de Darcy Vargas, católica fervorosa, e apoio condicionado às linhas traçadas pelo Governo. Não que tal papel se reduzisse à satisfação familiar. A estabilidade social brasileira derivava de uma tradição cristã principalmente das famílias de classe média e alta do período. Por conta disso, a Igreja do cardeal Leme procurou se articular, montando aparatos que tornassem ágil a instituição em função de uma ideia básica: manter em

---

<sup>248</sup> A Santa Sé tentou assinar uma concordata com o novo Governo Brasileiro em 1931. O episcopado não concordou, pois achava arriscado fazer acordos mesmo que fossem no papel. Os bispos davam mostras de conhecer as variações e descaminhos de um Governo de múltiplas faces. Cf. ROSA Lilian R. O. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro**. 2011. Tese (doutorado em História) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2011

constante movimento uma massa considerável de católicos. As trocas de favores em relação ao Estado se faziam sentir: a Santa Sé<sup>249</sup> apoiara explicitamente o golpe de Estado em 1937 e o tratara como um processo de evolução deveras melhor da nova fase de organização política do Brasil. Pouco antes disso, a Senhora Darcy Vargas viajara a Roma, juntamente com o cardeal Leme, e recebera a bênção do papa<sup>250</sup>.

Em dezembro de 1937, logo após o cardeal convocar os membros da Ação Católica, um órgão que, segundo seus estatutos internos, não poderia agir no campo político partidário, Sobral Pinto escreveu uma carta bombástica ao próprio cardeal, questionando o papel dele e de sua Igreja em apoio a um “sórdido ditador”<sup>251</sup>.

Já em 1939, o Ministro das Relações Exteriores, Macedo Soares, escreve carta confidencial ao embaixador na Santa Sé, Hildebrando Accioly, anunciando-lhe a liberação de verbas para a subvenção anual do Colégio Pio Brasileiro, um colégio exclusivamente destinado à formação dos futuros padres brasileiros, que havia sido fundado por Dom Leme em 1929 e que pleiteava receber ajuda financeira pública desde 1934<sup>252</sup>.

Portanto, a Igreja Católica, uma instituição que se encarava como o baluarte da verdade suprema vinda de Deus, pensava o conceito de política não como algo particular e estrito aos atos humanos, mas que estava umbilicalmente vinculada à vontade divina. Seguindo esse raciocínio, era perfeitamente plausível e objetivamente aceitável que, do ponto de vista do clero e principalmente da hierarquia católica, se confirmasse a Igreja como uma instituição que dava a última palavra a tudo<sup>253</sup> e a todos, pois se autodefinia em termos de poderes e direitos juridicamente “católicos”, isto é, com autoridade de protagonista da história, a história comandada não por homens, mas por Deus que transferia como dádiva uma concessão ao Estado de Vargas para este representar o povo, mesmo que este último não soubesse disso, e mesmo que Vargas insistisse em delegar um papel secundário à Igreja.

---

<sup>249</sup> **Telegramas**, Cidade do Vaticano, 13/nov./1937, estante 18, prateleira 1, volume 06, Arquivo Histórico do Itamaraty- RJ

<sup>250</sup> . TELEGRAMAS. **Audiência do santo padre à Sra Vargas**, Cidade do Vaticano, 18/abr./1937, est.18,prat.1,vol.6, Arquivo Histórico do Itamaraty- RJ

<sup>251</sup> PINTO, H.F Sobral. **Carta ao cardeal S. Leme**. Rio de Janeiro, 01/ dez/ 1937, CO 17, Correspondências, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro - RJ

<sup>252</sup> SOARES, J. C. de Macedo. **Carta ao embaixador Hildebrando Accioly**. Rio de Janeiro, 5/ set/1939, est 18, prat. 1, vol.2, Arquivo Histórico do Itamaraty- R.J.

<sup>253</sup> ROMANO, R. **Conservadorismo Romântico**. Origem do totalitarismo. 2ª ed. São Paulo: Editoria UNESP, 1997

### 3.2 O Estado é Cristão?

Nosso objetivo é trazer à baila as condições nas quais se encontravam as duas instituições, Igreja e Estado, no início dos anos de 1930. A contragosto de uma visão padronizada e funcionalista de que a Igreja servia ao Estado como amortecedora de conflitos sociais, e de que o Estado, por sua vez, se fortalecia e se legitimava com autoridade maior devido ao apoio da Igreja, dando-lhe em troca um prestígio acima do que indicava a legislação Republicana, é preciso cautela em se colocar as duas instituições numa dependência mútua que não reflete o peso real dos personagens que lhes deram corpo.

A Igreja estava vivendo um conflito interno muito grande. Bispos e arcebispos não chegavam a um lugar comum em questão de como fazer valer o peso da religião que representavam. A Santa Sé não se sintonizava às preocupações do episcopado brasileiro e, de certa forma, o tratava com arrogância e desdém. Haja vista o desabafo do carismático católico Jackson de Figueiredo ao embaixador na Santa Sé, Carlos Magalhães de Azeredo<sup>254</sup> dizendo que a paz da qual desfrutava a Igreja era “fictícia” e que a Santa Sé não respeitava os bispos brasileiros.

Alguns dados revelados por documentação do Itamaraty nos dão conta de como estavam as relações entre o Estado do Vaticano e o Estado Brasileiro. O embaixador Maurício Nabuco mandava ofício ao Ministério da Relações Exteriores, informando relatório da Secretaria de Estado da Santa Sé que notificava o Governo Brasileiro para saber quando iria se dar o reinício do pagamento dos títulos da dívida à Santa Sé. Na notificação havia uma observação: “pedia pressa na solução do problema”<sup>255</sup>. No mesmo documento, o embaixador informava que o próprio papa havia pedido urgência no pagamento da dívida, fato inusitado, pois o pontífice, por sua posição de chefe de Estado e intermediário e mensageiro divino, acabara optando por se interpor na história, o que indicava certa proximidade e intimidade

<sup>254</sup> FIGUEIREDO, Jackson de. **Correspondência ao embaixador Carlos Magalhães de Azeredo**. Rio de Janeiro, s/d Caixa 38ª AHI-RJ

<sup>255</sup> Embaixada do Brasil em Roma. **Ofício à Secretaria de Estado das Relações Exteriores**. Roma, 29.abr.1938, Lata 637, maço 9746, AHI-RJ. Cf os números da dívida: 1889 = 9.700 Liras; 1911 = 70.770 Liras; Rio de Janeiro = 33.000 Liras; 1931 = 9.640 Liras

com o Estado Brasileiro. Outros indícios mostravam essa direção. A Santa Sé conseguiu junto ao Governo Brasileiro a assinatura de uma concordata sobre as Missões Apostólicas no centro-oeste e norte do país, na obra de civilização dos índios<sup>256</sup>. Ainda vasculhando privilégios diversos, logo depois de comemorarem, católicos e Governo, o êxito das eleições de maio de 1934, o núncio no Brasil pedia, em nome da Santa Sé, isenção de impostos<sup>257</sup>. Os documentos citados acima falam por si. No entanto, nota-se uma abertura maior de concessões de ambas as partes logo depois das definições eleitorais de 1934 e da certeza, ou quase, das autoridades getulistas de que a Igreja não representava obstáculo, claro, dentro do espírito das conciliações.

Por sua vez o Estado não tinha, supostamente, uma posição quanto ao que poderia fazer em relação às aproximações da Santa Sé, que buscava uma assinatura de concordata com o Governo.

Sendo assim, nenhuma das duas instituições possuía uma posição definida do que esperava da outra, pelo menos, nos primeiros quatro anos do Governo Provisório. O jogo estava em aberto.

O avivamento do culto ao nacionalismo e ao patriotismo de ambas as instituições teve objetivos precisos e, de certa forma, conhecidos. Por parte da Igreja, o discurso que ligava nacionalismo, patriotismo, amor à terra da paz e da concórdia tinha também endereço certo: expurgar comunistas, protestantes e influências estrangeiras que pudessem trazer perigo à ordem constituída. Não deixava de ser um discurso de adesão e de facilitação à junção com o Estado e às suas diretrizes, uma readaptação a um lugar que, no fundo, a hierarquia sabia que não lhe pertencia mais, ou seja, ajustar-se ao papel de apoiadora daquilo que decidia o Estado. Nesse sentido, o discurso de nacionalismo, de patriotismo, de amor à terra se reveste de um caráter espiritual na medida em que se incorpora às diretrizes pastorais da Igreja. No dizer de Alceu, seria a democracia cristã, ou, a política visando atingir o homem eterno, seria uma filosofia de vida<sup>258</sup>. Se era uma faceta pastoral de ação social, deveria abarcar toda a dimensão da vida do crente: educar a criança para ser um cristão-cidadão, o jovem para ser militante da causa

<sup>256</sup> ACCIOLY, H. **Ofício ao ministro Oswaldo Aranha**. Roma, 12.nov.1940. Estante 124, prateleira 01, volume 15, AHI-RJ.

<sup>257</sup> MASELLA, A. **Correspondências recebidas**. Rio de Janeiro, 21.set.1934. Estante 87, prat. 03, vol. 01, AHI-RJ.

<sup>258</sup> LIMA, A. A. **Política**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 43

católica, educar o adulto para uma família cristã, o militar para honrar a pátria cristã, o empresário para uma economia do bem-comum, o operário para ser o trabalhador da ordem política cristã.

Já, por parte do Estado, esse incorpora um discurso no qual o centro é a imagem do seu novo líder, Vargas. O Estado brasileiro aplicava à imagem de Vargas um caráter teológico de seu líder, sem catolicizá-lo<sup>259</sup>. Vargas tinha o hábito de criar atores políticos. Talvez seu grande feito tenha sido transformar-se no epíteto de “pai dos pobres”<sup>260</sup>, o que lembra a figura de um Deus benevolente que, num gesto de pura misericórdia, vem do alto salvar o indefeso, o coitado, o injustiçado. Ao mesmo tempo, essa imagem de “pai dos pobres” se condensa e se desdobra numa operação político-publicitária que lhe valeria dividendos eleitorais capazes de marcá-lo como o “grande” estadista da modernização, da justiça trabalhista, da redemocratização contra as forças da República “Velha”, esta última expressão, construída nos porões da propaganda do DIP<sup>261</sup>.

O caráter de autoridade patriarcal se destacava. O pai concede a graça para seus filhos à medida que esses cumprem a obediência esperada. O Presidente da República se descola do papel histórico para salvar o povo das tiranias.

### 3.3 Pastoral política e política pastoral

A Igreja Católica é uma instituição difícil de definir. Talvez essa dificuldade esteja na diferença entre a forma como ela se autodefine e as formas como é vista pelas sociedades mundo afora. A Igreja atribui a si prerrogativas especiais: a única e exclusiva representante de Deus na Terra, a legítima garantidora da ordem hierárquica mundial, através da figura emblemática do pontífice a única instituição capaz de orientar governos civis, hábitos, comportamentos, possuidora de uma autoridade máxima advinda das tradições das escrituras antigas, depositária de uma

<sup>259</sup> A reforma política e a Igreja católica. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 10.mai.1931, p.4, ano 104, nº 111; SANTOS, Felício dos. A Igreja e o Estado, **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 26.abr.1931, p. 5, ano 104, nº 99; AZEREDO, C. M. de. **Ofício** ao Ministro Afrânio de Mello Franco. Roma, 26.ago.1931. estante 17, prat. 03, vol. 01, AHI-RJ

<sup>260</sup> Aos gloriosos chefes da revolução redentora do Brasil. Comitê político de operários católicos. **Ofícios**, Rio de Janeiro, 02.jan. 1931, est. 112, prat. 02, vol.09, AHI-RJ; Comitê Pró-Bronze a Getúlio Vargas. **Ofícios**, Rio de Janeiro, 17.jun.1935, est. 112, prat. 02, vol. 09, AHI-RJ; Mensagem de agradecimento dos educadores católicos a Vargas. Rio de Janeiro, 05.ago.1951, GV05(14) hom M1G1, AHMR-RJ, ( anexo, foto 5); Faculdades Católicas. **Mensagem de gratidão a Vargas**. Rio de Janeiro, nov.1943, GV 05(10) homM1G1, acervo Vargas, AHMR-RJ (anexo, foto 6).

<sup>261</sup> <http://republicadaniaguillen.blogspot.com.br/2010/03/resenha-abreu-martha.html>, acesso em 21.05.2014)



resoluta e infalível teologia.

Dentro das circunstâncias dos anos de 1930 no Brasil, de significado específico, há uma definição que o *Dicionário Histórico do Cristianismo*, de César Vidal Manzanares, oferece sobre o conceito de Igreja Católica Romana. A curiosidade está no fato do autor em questão não separar o termo “Igreja” do termo correlato “catolicismo romano”. Ele emprega os dois conceitos como sinônimos. Além disso, sua definição do que seria catolicismo romano resvala no patamar histórico do conceito de “ultramontanismo”. Literalmente, diz: “- Termo com que se costuma denominar a fé e a prática daqueles que estão em comunhão com o papa [...]”<sup>262</sup>.

Mais abaixo, acrescenta: “doutrinariamente, o catolicismo romano caracteriza-se muito especificamente por uma adesão à Tradição como fonte da revelação e ao papel docente da Igreja hierárquica [...]”<sup>263</sup>.

Logo adiante: “Estruturalmente, o catolicismo Romano apresenta-se como uma hierarquia episcopal cuja cabeça é o papa, que ensina e governa o conjunto do povo católico.”<sup>264</sup>

Essa definição se apresenta de forma tal que exclui a essência do catolicismo romano, que foi, principalmente nos fervorosos anos de 1930 no Brasil, um instrumento de luta contra a secularização dos costumes sociais, contra a laicização do espaço civil, contra o positivismo estatal republicano, contra o racionalismo fremente. Enfim, o catolicismo no Brasil dos anos de 1930 foi um verdadeiro “clarim de guerra”.<sup>265</sup> O autor ocupa um lugar institucional, ou seja, a fala de quem está dentro da instituição. Somado a isso, é uma visão de quem quer necessariamente se fazer respeitar, como se estivesse à espreita, com arma em punhos, à espera dos questionamentos. É também uma posição estanque e ortodoxa, fechada sobre si mesma, pressupondo um combate. De vez que preserva a “Igreja” dos dilemas humanos e a coloca num patamar “a-histórico”, santo. Por outro lado, o “catolicismo romano” se reveste de uma roupagem mundana, com a qual irá enfrentar os dilemas políticos dos homens.

<sup>262</sup> MANZANARES, César Vidal. *Dicionário histórico do cristianismo*. Trad. Ivo Montanhese. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2005; p. 89

<sup>263</sup> MANZANARES, César Vidal. *Dicionário histórico do cristianismo*. Trad. Ivo Montanhese. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2005; p. 89

<sup>264</sup> MANZANARES, César Vidal. *Dicionário histórico do cristianismo*. Trad. Ivo Montanhese. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2005; p. 89

<sup>265</sup> SANTO ROSÁRIO, Irmã Maria Regina do. *O Cardeal Leme*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962, p. 61.

É justamente nesse ponto que pretendemos concentrar nossas reflexões. De tal sorte que, para conseguir atingir seus objetivos, a Igreja se valeu de instrumentos de luta que extrapolavam sua própria definição, ou seja, procurou se inserir em todos os cantos possíveis da realidade social e torná-los definitivamente cristãos ou, mais precisamente, “católicos”. Em outras palavras, a Igreja quis catolicizar todos os espaços que fossem possíveis de imprimir uma marca “católica”: educar a criança para ser um cristão-cidadão; educar o jovem para ser militante de uma causa católica; educar os adultos para uma família cristã; educar o militar para honrar a pátria em nome da Igreja; educar o empresário para a estabilidade de uma economia cristã do bem comum; educar o operário para ser um trabalhador da ordem pública cristã. O centro das atenções da Igreja passa a ser as instâncias materiais da realidade nacional: o quartel, a fábrica, o lar, o clube, o banco, a escola, a universidade, a paróquia organizada para mobilizar politicamente os membros da *Ação Católica*.

Portanto, definir Igreja pressupõe-se entendê-la não apenas como uma instituição monolítica voltada para interesses exclusivamente espirituais, mas também e essencialmente uma organização historicamente voltada para reordenar e reagrupar “sua política interna em função de seu projeto político e pastoral externo”<sup>266</sup>.

Decorre daí a pergunta: como a Igreja, sendo uma instituição cultivadora da vida espiritual, pôde pretender intrometer-se em assuntos seculares, materiais e, o que vai mais a fundo no problema, o que lhe dava legitimidade para tal pretensão?

Duas respostas são necessárias, pois ambas se complementam. Aqui, em nossa reflexão, entra em cena o personagem central do enredo, o cardeal Sebastião Leme. Dom Leme seria o responsável por, literalmente, fazer a Igreja mergulhar de cabeça nas causas políticas, valendo-se de um jeito sutil, agindo nos subterrâneos do poder. Esse é o primeiro ponto que serve como resposta para a indagação levantada logo acima. O segundo ponto seria a imagem que a Igreja fazia de si mesma, ou seja, ela se reportava como sendo a única e exclusiva portadora e guardiã da tradição apostólica mais recôndita, concedida diretamente pelas mãos divinas. Ela se considerava a única e exclusiva representante de Deus na Terra. Muitas vezes, para justificar esse privilégio, a Igreja invocava o distante direito

---

<sup>266</sup> MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da História**: a filosofia da história do catolicismo conservador (1800-1960), Franca: UNESP, Tese de Livre-docência em História, 1998, p. 8 e 9

natural. Voltaremos a ele um pouco mais à frente.

A Igreja, como instituição, está diretamente implicada na realidade histórica do mundo. Nessa perspectiva, o cardeal Leme procurou construir uma ordem de ação social no campo político, mas, perspicaz como era, agia se valendo dos arcabouços aguçadamente religiosos que, naturalmente, dispunha, acrescidos das inúmeras organizações remodeladas por ele quando assumiu o cargo de arcebispo-auxiliar ao lado do cardeal Arcoverde, em 1921. A principal delas, uma espécie de órgão central, era a Confederação Católica, responsável por reunir todas as entidades até então existentes, dinamizadas pelo próprio Dom Leme em órgãos promotores de mobilizações católicas, porém com traços nítidos de objetivos cirurgicamente precisos nas reivindicações políticas: o Centro Dom Vital, Revista A Ordem, Movimento Nacional Missionário, o Congresso Eucarístico Nacional, Missões nos bairros pobres, Instituto Católico de Estudos Superiores, a Universidade Católica.

A transparência, a clareza, a convicção com que se agia em benefício da instituição eclesiástica era tão grande que sobressaía um descolamento conceitual entre os termos “cristianismo” e “catolicismo”. No contexto dos anos de 1930, o conceito de “catolicismo” denotava uma invasão belicosa dos católicos militantes sobre todos os espaços possíveis que estivessem ao alcance de serem conquistados. Há uma deliberada apropriação do conceito militar para usufruto do catolicismo nas atividades da Igreja. O conceito de “cristianismo” tinha coloração razoável de religião, de conjunto doutrinal: a fé em Jesus Cristo, o dogma da concepção virginal, a história da salvação da humanidade. Já o conceito de catolicismo era sinônimo de beligerância<sup>267</sup>, isto é, ser católico era formar e organizar grupos sociais dos mais variados matizes, mas sempre sob a liderança das elites com orientação da hierarquia episcopal. Ser católico trazia a necessidade urgente de se engajar pela causa religiosa, numa luta política contra as forças da desordem. Ser católico implicava o uso de uma teologia política na expectativa de se universalizar a religião católica na sociedade. Professar a fé católica era obrigatoriamente participar de forma ativa num combate contra a laicização, a modernidade, a legislação anticlerical, a política do Estado, contra as forças que

---

<sup>267</sup> AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida: editora Santuário, 2008, p. 109

desejavam submeter e “ relegar a religião ao domínio das crenças privadas”<sup>268</sup>. A Igreja de Dom Leme foi a Igreja do catolicismo romano que reuniu as multidões para enquadrar o Estado e, se possível, cristianizá-lo.

Nesse aspecto, a relação de Vargas com o cardeal Leme ainda é pouco estudada. No entanto, algumas fontes revelam uma proximidade e um respeito mútuo, embora respeito também fizesse parte das artimanhas e manobras políticas. Muito dinâmico, Dom Leme ascendera no conceito nacional quando se ligou ao ex-Presidente da República, Epitácio Pessoa. Tanto que a reaproximação da Igreja em relação ao Estado se deu justamente a partir da sólida amizade entre o arcebispo-auxiliar do Rio de Janeiro e o Presidente. A política pastoral de ajuda aos desempregados, o círculo amplo de relações de Dom Leme com grupos da elite brasileira corroboraram no processo de popularização de sua imagem. Tal imagem se ampliou no governo do Presidente Artur Bernardes, visto que este teria até convidado Dom Leme a se candidatar ao Senado Federal<sup>269</sup>.

A recusa foi terminante. Mas, elemento de especulações, esse fato nos indica uma necessidade premente do Presidente da República de buscar apoio onde quer que fosse. Não era para menos, uma vez que as turbulências de seu mandato comprometeram até mesmo a política do café com leite. Portanto, o apoio da Igreja, da Santa Sé, supostamente, acalmaria os ânimos do operariado, apaziguaria os militares do tenentismo e, talvez, reequilibraria o xadrez da oligarquia recalcitrante.

Com um grau de desafio, Dom Leme, na inauguração da estátua do Cristo Redentor, em 1931, iria dizer: “- Ou o Estado reconhece o Deus do povo, ou o povo não reconhecerá o Estado”<sup>270</sup>. É uma sentença de provocação e afronta ao Chefe do Governo que, há pouco, ao recepcionar a imagem de Nossa Senhora Aparecida, ficara de joelhos perante a padroeira católica do Brasil. Dom Leme quis ousadamente enquadrar o Governo à causa católica.

Para demarcar de modo mais enfático o uso do teológico para fins políticos, é necessário trazer de volta o reforço justificativo do “direito natural”, razão *sine qua non* da Igreja católica agir na realidade histórica, pelo menos até o século XIX, como se todas as forças do mundo dependessem de uma decisão do trono de

<sup>268</sup> LEFORT, Claude. **Pensando o político**: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Trad. Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 250.

<sup>269</sup> SANTO ROSÁRIO, Maria Regina do. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962, p. 61

<sup>270</sup> AZZI, Riolando. O episcopado brasileiro frente à Revolução de 1930, **Síntese**, nº 12, c.V, janeiro/março, 1978, p. 64

São Pedro (= pontífice). Para o cristianismo do século XVII, a “lei natural” fora criada pela vontade divina<sup>271</sup>.

Oriunda da escolástica, a lei natural alicerçou e deu fundamento ao direito canônico, segundo o qual todos os poderes da Terra deveriam se submeter a Deus como única possibilidade de se manter a ordem reinante desde a tradição antiga do magistério eclesiástico. O código do direito canônico era (e ainda é) o cânon intermediário entre a lei divina e a humana, essa última inspirada pela primeira, de acordo com o ponto de vista da Igreja. Mas há um elemento diferenciador que regulava a ordem universal das coisas: a imutabilidade dessa lei.

Talvez, o pensador que mais se inspirou no direito natural tenha sido Joseph De Maistre. Num de seus mais polêmicos livros, *Considerações sobre a França*<sup>272</sup>, defendia a ideia de que a Revolução Francesa fora a segunda queda do Homem desde a primeira, a queda de Adão e Eva. Para ele, a Revolução Francesa teria dado ao Homem a oportunidade de se redimir e de se reabilitar diante da criação. Sem exageros interpretativos, o próprio Deus, segundo De Maistre, havia querido e desejado a Revolução Francesa, pois, a partir dela, haveria a possibilidade de uma reconciliação com a humanidade.

Possuidor de um caráter ultraconservador, De Maistre defendia a ideia de uma “teocracia universal” capaz de varrer a sujeira acumulada pela humanidade e a única capaz de aplicar a limpeza ético-religiosa e reerguer o homem para uma nova vida. O pensador francês se opunha veementemente à filosofia do Iluminismo. A filosofia das luzes será, para ele, a grande responsável por colocar os alicerces do mundo em desgraça, uma vez que ela havia questionado e açambarcado o princípio eterno da autoridade da Igreja e do Rei, emancipando o homem de suas verdadeiras raízes da tradição eclesiástica. Por conta disso, De Maistre se revelava também, além de outros atributos, um inimigo mortal do pensamento científico (até do determinismo natural), da ideia de progresso como um aperfeiçoamento constante no devir histórico, além de ser radicalmente contra o mais refinado racionalismo. Enfim, tudo o que excluísse a religião católica deveria ser extirpado.

Para Isaiah Berlin<sup>273</sup>, De Maistre seria a grande ponte e fonte de

---

<sup>271</sup> TOUCHARD, Jean (org.). **História das Ideias Políticas**. Trad. Mario Braga. Vol. 3, Lisboa: Publicações Europa-américa, 1970, p. 104

<sup>272</sup> MAISTRE, Joseph De. **Considerações sobre a França**. Trad. Rita Sacadura Fonseca. Coimbra: Edições Almedina, 2010

<sup>273</sup> BERLIN, Isaiah. **Limites da Utopia**: capítulos da história das ideias. Organização: Henry Hardy; trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: companhia das Letras 1991, p. 96ss

inspiração do pensamento totalitário a desaguar no século XX. Para esse autor, De Maistre representou o modelo do suprasumo irracional e reacionário do mundo. Nada que o homem fizesse poderia suplantar a razão divina. Só a razão divina poderia dar ao homem conhecimento. E a autoridade divina adviria de um mistério que racionalmente se torna impenetrável. O homem deveria obedecer e servir incondicionalmente ao Estado, da mesma maneira que serve a Deus e à sua religião. Só o que está coberto pelo mistério consegue sobreviver. Fez apologia à violência em si como sentido de todas as coisas, e à escravidão como subterfúgio para barrar a força autodestrutiva do homem. A salvação do homem estava na sua submissão, obediência às leis universais originárias do mistério primordial que governa o mundo.

Assim, o pensamento de De Maistre reflete uma teologia que, cada vez mais, modelava e aperfeiçoava a prática política. Mas aqui, a política servia a teologia e esta se adaptava aos tempos modernos em vista das conveniências políticas.

O que está por detrás dessa visão é a história do pecado original que ensina ao homem uma postura de respeito e submissão aos desígnios de Deus, seu criador. Quando Adão e Eva se reconhecem nus é porque sua natureza estava de volta ao seu lugar de origem, desabsolutizado e repostado à sua condição de criatura. Portanto, o paraíso só se torna um bem democrático, pacificado, ordeiro, fraterno, quando o homem desiste do conflito e se amolda à história, seguindo os pressupostos teológicos, mostrando a si que ele não tem o poder sobre a vida, mas que, principalmente isso, foi-lhe dado gratuitamente.

A sentença proferida por Dom Leme (“Ou o Estado reconhece o Deus do povo, ou o povo não reconhecerá o Estado”) imprime à Igreja uma postura de transfiguração e transcendência em relação ao Estado, à história, ao homem, cidadão comum. Essa condição dava o direito à Igreja de reconduzir o homem da temporalidade à eternidade.

A Igreja de Dom Leme pensava o conceito de política não como algo particular e estrito aos atos humanos, mas vinculado umbilicalmente, podemos até dizer, ontologicamente à vontade divina<sup>274</sup>. De tal sorte que seria “natural” que ela própria atribuísse a si o papel de intermediária direta nos assuntos seculares,

---

<sup>274</sup> ROMANO, Roberto. **Conservadorismo romântico**. Origem do totalitarismo. 2ª Ed. São Paulo: Editora Fundação da UNESP, 1997

principalmente quando se tratava de definir quem comandava a “história”. A mesma história que começara com a primeira queda do pecado original, levando o homem e a mulher a viverem na labuta, no trabalho, na temporalidade em busca de uma nova salvação, sob mediação direta da infalível presença da representante única de Deus, a Igreja católica.. Assim sendo, ela se constitui em dois espaços miméticos que só a graça divina pode contemplar. Mesmo assim, a Igreja se define também como santa e pecadora: presente no mundo celestial e no mundo terreno. Sua missão primordial seria conduzir o homem e consagrá-lo de salvação no paraíso eterno. Seria o estado perfeito de unidade com Deus.

Essa concepção de unidade, embora fosse da alçada eclesiástica, tangenciava sutilmente a esfera do poder político. Getúlio e Dom Leme se valeram de artimanhas político-teológicas para pavimentarem suas imagens pessoais e darem a elas um matiz conciliador, de paz e harmonia entre os homens. Vargas, em discurso de 1938, procurou explorar a ideia de um país unido pela raça, pela língua, pelo pensamento. Para o Presidente da República, a unidade do país seria o “ideal supremo”<sup>275</sup>. Essa última expressão infundia a invocação de forças sobrenaturais as quais, sob sua batuta republicana, se disporiam na direção dos destinos eminentemente nacionais<sup>276</sup>.

Coincidência ou não, Dom Leme, ao ser consagrado cardeal, escolhera o lema da unidade, reflexo das desavenças dentro do clero, que andava dividido entre padres liberais e ultramontanos, entre padres dissolutos e raros santos, refletia também a divisão de um país em frangalhos, contorcido pela corrupção e pelas constantes revoltas operárias, militares e oligárquicas. O lema cardinalício de Dom Leme espelhava um desejo místico: “um só coração e uma só alma”. Manifestou também um ato político vivaz de intervenção na sociedade, vista como o corpo de Cristo. Daí a expressão de Dom Leme comentada por seu grande amigo Alceu Amoroso Lima: - “Quando a política toca o altar, temos então de fazer política, mas só então.” Reforçava uma outra desconcertante e emblemática maneira do “jeitinho brasileiro”:

Com bons modos, tudo se consegue no Brasil. As campanhas são inúteis.

<sup>275</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2ª Ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 147

<sup>276</sup> **Carta** da Secretaria das Relações Exteriores à nunciatura. Rio de Janeiro, 15.jun.1931,est.87, prat. 03, vol. 02, AHI-RJ

Os homens, mesmo os mais aparentemente maus, são bons entre nós. A questão é saber levá-los. Não adianta levantar barreiras. O que adianta é vencer prevenções. E ir diretamente às almas. Falar aos corações<sup>277</sup>.

De forma eloquente Laurita Pessoa Raja Gabaglia (filha do ex-presidente Epitácio Pessoa) retratou Dom Leme de maneira nem um pouco surpreendente, como um ser supra-humano, que possuía o dom de chefe, porque exauria autoridade natural para a posição que alcançara de cardeal; enfrentava e resolvia problemas de ordem administrativa, disciplinar, financeira, social e mesmo política; acolhia aos pobres que, muitas vezes, o aclamavam à figura do maior benfeitor; principalmente, amparava estranhos aos meios eclesiais. Citando Amoroso Lima, a autora arremata um Dom Leme vocacionado a ganhar as almas do Rio de Janeiro:

Obra mais fecunda e perduradora (SIC) de Dom Leme foi sua ação direta e às vezes desconhecida sobre as almas. Esse apostolado pessoal que lhe permitiu realizar tantas conversões admiráveis por entre cristãos e incrédulos, transformou em verdade o ambiente religioso da nossa capital<sup>278</sup>.

Embora Dom Leme não fosse um caudilho, voltado a derrubar qualquer direito legal, ou vocacionado ao mando arbitrário ( como demonstraram duas personagens da hierarquia em pleno século XX: Dom João Becker, no sul e Dom Alberto Gonçalves, em Ribeirão Preto,SP; esse último fora senador pelo Estado do Paraná no começo do século XX), mas se impunha pela postura resoluta e pela negociação. De tal sorte que, podemos indagar, o que pensavam e como agiam os líderes políticos a respeito das repetitivas e teimosas incursões da Igreja em assuntos seculares e civis? Ora, corriam os primeiros 30 anos do século XX. O mundo havia mudado radicalmente. Os avanços científicos haviam dado um salto irreconciliável com o passado. A imprensa se modernizara, a industrialização andava a passos largos. Portanto, a harmonia da sociedade tão alardeada pelos poderes estabelecidos, não fazia mais sentido. Nessa perspectiva, havia uma espécie de exclusão dos assuntos religiosos de qualquer pauta de discussão administrativa e política. Não fora por menos que os católicos fizeram muita pressão sobre o Estado, mormente quando o governo Vargas mostrou sua face real nos fatos depois de

---

<sup>277</sup> LIMA, Alceu Amoroso. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943, p. 166-167

<sup>278</sup> GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **O Cardeal Leme – Homem de coração**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Agir, 1945; p. 33



1932, quando da Revolução Constitucionalista em São Paulo<sup>279</sup>.

De resto, nos discursos e na formalização de atitudes calorosamente políticas, tanto a Igreja quanto o governo brasileiro mantinham o ritmo do compasso das convergências derivadas. Na comemoração do cinquentenário da publicação da encíclica *Rerum Novarum*, Vargas havia mandado confeccionar moedas comemorativas homenageando o papa Leão XIII e se comparando a ele, numa caricatura de afetuoso prestígio junto aos trabalhadores, como o exímio benfeitor e instaurador da justiça social no Brasil, da mesma forma que o papa, ao escrever e publicar a encíclica, o instaurador da justiça social no mundo<sup>280</sup>.

A Igreja dos ultramontanos, dos sequazes, dos colaboradores do destino posto e preestabelecido se autodefinia em termos de poderes e direitos. É por conta disso que a Igreja da hierarquia se autocompreendia como instituição juridicamente e politicamente católica. O apelo à autoridade naturalmente presente na Igreja como protagonista da história se transferia para o Estado em forma de dádiva, de uma concessão aceita, obrigatoriamente, pelo Estado para representar o todo. Assim, o catolicismo seria o cimento unificador entre Igreja e Estado. Mais do que isso, o catolicismo justificaria o espírito conciliador, consensual, os acertos de bastidores, os pactos pelo alto, a democracia racial, o liberalismo clientelístico, a modernização conservadora, todos atributos que caracterizam nossa cultura política e reforçam o pensamento de permissividade brasileira<sup>281</sup>.

Assim, uma imprensa conciliadora, de espírito cristão-católico, opositora da imprensa anticlerical seria necessária para equilibrar as forças e recuperar uma imagem positiva diante da população. Por causa disso Dom Leme dizia que a imprensa era ditadura vencedora e não entendia a inércia<sup>282</sup> dos católicos nessa área. Argumenta que há uma carência grande dos católicos nas questões sociais e que seria necessária uma atualização para os católicos estarem preparados para os embates políticos. Propõe, nas obras sociais, a criação de instituições de ordem econômico-social: farmácias populares, consultórios médicos, escolas profissionalizantes, previdência, habitação, restaurantes populares, seguros, assistência jurídica, caixas de crédito rural, bancos cooperativos. Todos eles,

<sup>279</sup> NOGUEIRA, Hamilton. **A doutrina da ordem**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1925; DELAMARE, Alcebíades. **Soldado de Cristo**. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1933, p. 195ss

<sup>280</sup> CAPELATO, M H. R. **Multidões em cena**, 2ª ed.. São Paulo: ed. Unesp, 2009, p. 143ss

<sup>281</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 183 ss

<sup>282</sup> LEME, S. "**Acção Catholica**", 2ª edição, Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1935

obrigatoriamente, com diretores católicos. De modo que, com Dom Leme, surgia um novo personagem: o católico.

Por fim, a política pastoral da Igreja de Dom Leme não tinha apenas um caráter espiritual, afetivo e acalentador. Sua finalidade abarcava, a partir da mensagem de fé, impregnar de catolicidade todos os rincões do país. Para tanto, era iminente ater-se a uma só consciência religiosa, avivar todos os grupos sociais possíveis para a causa comum, submeter, sob a égide da lei divina, os algozes da Igreja, converter um povo possuidor de sincretismo arraigado até o pescoço e, principalmente, vincular-se ao Estado sem se sujeitar como uma rele instituição filantrópica. Sem reservas, saía, aparentemente de cena, a “política” secular, com seus vícios, seus conflitos de interesse, seu jogo ideológico, partidarismo mesquinho regado por privilégios particulares, e entrava em cena uma política pastoral, com a bênção de todos os padroeiros. A Igreja era imperativamente necessária e politicamente inseparável do Estado.

## *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

---

---

O catolicismo político estudado neste trabalho revela um momento obscuro - no sentido exato da constante ausência de fontes - da participação da Igreja Católica na História do Brasil. Demonstrou-se a incoerência de uma instituição que, atribulada com os rumos que o mundo a obrigava seguir, pensou e agiu de maneira unilateral, autoritária, desrespeitando até mesmo estatutos e regras por ela criados.

Uma documentação farta de detalhes mostra que os homens e as estruturas por eles mesmos criadas dão conta de que o poder nunca está na medida certa, nem poderia estar, visto que serve para fins do próprio poder. Uma vez convencida de que seu poder na Europa havia entrado em franca decadência, o catolicismo romano se aparelhou com a mais brutal das armas, a política, principalmente quando a Santa Sé passou a dar vigor maior ao seu ramo transposto para a América Latina.

O movimento ultramontano do século XIX publicara documentos e mais documentos afirmando a necessidade, apenas estratégica da Santa Sé, de o clero e o episcopado, principalmente no Brasil, ficarem longe da política partidária, uma posição até certo ponto fácil de se respeitar para evitar o esfacelamento e divisão da Igreja. No entanto, o que se viu foi uma inserção maior ainda do clero na política partidária, às vezes até estimulada por lideranças que publicamente defendiam ardentemente a neutralidade.

O apoio do cardeal Leme ao monsenhor Olímpio de Mello que, elevado à categoria de vereador e, logo depois, a Presidente da Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro e, mais tarde, Prefeito, articulou oposição ao projeto de educação inovadora de Anísio Teixeira, acusado pela Igreja, principalmente, de comunista, o que o levou a ser defenestrado da Secretaria Municipal da Educação. Embora esses fatos sejam conhecidos, os subterrâneos das redes de relações do padre Olímpio de Mello e do cardeal Leme com autoridades representativamente poderosas no Governo puseram abaixo as possibilidades de haver um novo horizonte de democratização da sociedade brasileira, com a introdução de inovações pedagógicas que, por capricho e ignorância de homens que se consideravam representantes de Deus, contribuíram para aprofundar o país numa crise social cada vez maior. Este é mais um exemplo funesto do que ocorria no país afora. Há de se entender que, a despeito de ser um líder carismático que recebia a todos no Palácio São Joaquim, no Rio de Janeiro, o cardeal conhecia a realidade brasileira, pensava

de maneira classista, agia nas entrelinhas do poder para pensar nos problemas sociais a partir das necessidades da instituição a qual pertencia. Dessa forma, imaginar que o cardeal agia de acordo com princípios religiosos é diminuir a importância da representação histórica do período, empobrecer seu significado e obscurecer realidades. Evidente que estamos desconsiderando que obscurecer realidades é também uma atribuição do obscurantismo. Quando se vê os personagens eclesiásticos apenas pelo ângulo histórico acaba-se limitando o alcance de compreensão de seu papel na história. O papel da historiografia é mostrar os dois ou mais lados da visão. A rigor, não se pode pensar, em relação às opções de escolha do cardeal Leme, que na época estudada, não havia como atuar na realidade da política brasileira senão fazendo o que fez, ajuizado e amparado pelas estruturas da Cúria Romana. O cardeal escolheu um caminho, objetivamente.

A montagem de um catolicismo, não seguindo um viés determinista, que servisse aos propósitos da conquista de ganhos constitucionais, foi uma forma bastante criativa para ficar no limbo e tirar vantagens refletidas no que é até hoje o catolicismo brasileiro. O catolicismo político de Dom Leme foi de um autoritarismo tão severo que marcou a consciência da população mais simples, o chamado senso comum, impedida de tomar parte de decisões políticas naquele período, mas apenas se contentar, por direito atribuído, de rezar.

## *REFERÊNCIAS*

---

---

ALIGHIERI, Dante. A divina comédia. Trad. Cristiano Martins. 2ª ed. Belo Horizonte: ed. Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1979.

ARROCHELLAS, Maria Helena (org.) **A Igreja e o exercício do poder**. Rio de Janeiro: ISER/CAALL, 1992

Aubert, Roger. Nova história da Igreja. Vol. V, Tomo I. Trad. Padre Paulo de Sena Madureira. Petrópolis: ed. Vozes, 1975

Baldin. Marco A. **O Pacificador Beligerante**: Alberto José Gonçalves – Um padre na política paranaense da 1ª República (1892-1896). Dissertação (Mestrado em História) França: UNESP, 2006

BANDEIRA, Máxima. **A Igreja católica na virada da questão social (1930-1964)** Rio de Janeiro: Vozes: Educam, 2000

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresmo**. São Paulo: Ática, 1983.

BENZ, E .Descrição do cristianismo. Trad. Almeida Pereira. Petrópolis: Vozes, 1995

BEOZZO, J. O. Pe. Júlio Maria – **Uma teologia liberal – republicana numa Igreja monarquista e conservadora**. In: História da teologia na América Latina. São Paulo: edições Paulinas, 1981; LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Apresentação. In: Maria Júlio. A Igreja e o povo. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983.

BERLIN, Isaiah. **Limites da Utopia**: capítulos da história das ideias. Organização: Henry Hardy; trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: companhia das Letras 1991,

BERMN, MARCHALL. Tudo que é sólido desmancha no ar. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986

BONRDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1987.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz, Lisboa: Difel, 1989

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004

BRASIL. Congresso. Câmara de Deputados. Centro de Documentação e Informação. **O clero no Parlamento Brasileiro**. Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980.

BRECIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil**. 2ª ed, São Paulo: Editora UNESP, 2007

CAMARGO, Aspária. Carisma e personalidade política: Vargas, da Conciliação ao Maquiavelismo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org). *As instituições da era Vargas*. Rio de Janeiro: Edu ERJ: Ed. F.G.V., 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2009

CARVALHO, J.M. **A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras: a política imperial**. 2ª ed. Rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996

CARVALHO, J.M. de **Forças Armadas e política no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2006

CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995

COHN, Gabriel (org) **Max Weber. Ensaios de sociologia**. Trad. Amélia Cohn, Gabriel Cohn, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1982



COUTROT, Aline Religião e política. In: REMOND, R. (org.) **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: ed. EFRJ, 1996

DELAMARE, Alcebiades. **Soldado de Cristo**. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1933.

DESCHAND, Desiderio. **A situação atual da religião no Brasil**. Rio de Janeiro: H. GARNIER, Livreiro Editor, 1910

DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-35)** São Paulo: Ed. Da UNESP, 1996.

DUFFY, Eamon Santos e pecadores: história dos papas. São Paulo: Cosac & Naify, 1998

DULLES, John W. F. **Sobral Pinto: a consciência do Brasil**. Trad. Flávia Mendonça Araripe. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

FARIAS, Damião Duque de. **Em defesa da ordem: Aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1998

FRANCA, LEONEL. **A crise do mundo moderno**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympia Editora, 1942.

FREIRE, G. **Ordem e progresso**. 2ª ed. 2º tomo, Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1962

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Edi PucRS, 1998

JEMOLO, Arturo Carlo. **Catolicismo liberal**. In: BOBLIO, N. **Dicionário de política**. Trad. Carmen Variale et al. Brasília: Editora da UNB, 13ªed. 2007-2008, vol. 1.

---

LEAL, Carlos Eduardo Sandroni, Cícero. Verbete. Cp doc- FGV-RJ.

LEFORT, Claude. **Pensando o político**: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Trad. Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

LIMA, A. A. O cardeal Leme. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1943

LIMA, Alceu A. *Política*. 2<sup>o</sup> edição. Petrópolis: Vozes, 1999

LIMA, Alceu Amoroso. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943

LUCA, Tania Regina de. Leitura, projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916-1944). São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

MAISTRE, Joseph De. **Considerações sobre a França**. Trad. Rita Sacadura Fonseca. Coimbra: Edições Almedina, 2010

MALERBA, J. Para uma teoria simbólica: conexões entre Elias e Bourdieu In: CARDOSO. C.F.; MALERBA, J. (orgs). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papius, 2000

MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da História**: a filosofia da história do catolicismo conservador (1800-1960), Franca: UNESP, Tese de Livre-docência em História, 1998

MANZANARES, César Vidal. **Dicionário histórico do cristianismo**. Trad. Ivo Montanhese. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2005

MARIA, Júlio. A Igreja e o povo. São Paulo: edição Loyola, 1983.

MATA, Sérgio da. **História e Religião**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MIRGELER, Albert. **Cristianismo e ocidente**. Trad. Alípio de Castro. São Paulo: editora Herber, 1967

MORAIS, F. Chatô: o rei do Brasil. A vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

MOURA, Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil**. São Paulo: Edição Loyola, 2000,

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a Republica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

NOGUEIRA, Hamilton. **A doutrina da ordem**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1925; DELAMARE, Alcebíades. **Soldado de Cristo**. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1933

REINHARDT, Volker. Alexandre VI – Bórgia, o papa sinistro. Trad. Maria da Costa Huber, São Paulo: ed. Europa, 2012.

Rodrigues, Anna Maria Moog. Prefácio. Maria Júlio. **A Igreja e a República**. Brasília: Editora UNB, 1981

ROMANO, R, **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979

ROMANO, R. Conservadorismo Romântico. Origem do totalitarismo. 2ª ed. São Paulo: Editoria UNESP, 1997

SANTO ROSÁRIO, Ir. Maria Regina do. **O Cardeal Leme (1882-1942)** Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1963

SERBIN, K. Padres, celibatos e conflito social. Trad. Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 128 e 109.

SILVA, Giovane José da. **O batismo de Clio: catolicismo social e história em Jonathas Serrano (1908-1931)**. Dissertação (Mestrado em História). São João Del Rei: Universidade Federal de São João Del Rei, 2011.

SKINNER, Quentin As fundações do pensamento político moderno. Trad. Renato Janine Ribeiro; Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

TOUCHARD, Jean (org.). **História das Ideias Políticas**. Trad. Mario Braga. Vol. 3, Lisboa: Publicações Europa-américa, 1970

VILLAÇA, A.C. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975

WERNET, A. **A Igreja paulista no século XIX: a reforma de Dom Antonio Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: editora Ática, 1987

<http://republicadaniaguillen.blogspot.com.br/2010/03/resenha-abreu-martha.html>, acesso em 21.05.2014)

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Era\\_do\\_R](http://pt.wikipedia.org/wiki/Era_do_R). Acesso em: 20 jan. 2014.

[www.vatican.va/holy-father/Leo-xiii/encyclicals](http://www.vatican.va/holy-father/leo-xiii/encyclicals). Acesso em: 30/01/2014.

[WWW.jorgeamadao.com.br/vida.php3?pg=1](http://WWW.jorgeamadao.com.br/vida.php3?pg=1) acesso em 18. Maio. 2014

[http://wikipedia.org/wiki/Demografia\\_do\\_Brasil](http://wikipedia.org/wiki/Demografia_do_Brasil) >. Acesso em 20.01.2014

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ernesto\\_Pereira\\_Carneiro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ernesto_Pereira_Carneiro), Acesso em 05.abr.2

## Revistas

A reforma política e a Igreja católica. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 10.mai.1931, p.4, ano 104, nº 111

AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida: editora Santuário, 2008

AZZI, Riolando. O episcopado brasileiro frente à Revolução de 1930, **Síntese**, nº 12, c.V, janeiro/março, 1978

COMBLIN, José. *Para uma tipologia do catolicismo no Brasil*. REB, Petrópolis, Vozes vol. 28, fasc. 1, p.58ss, 1968

CORREA, Alexandre. A politica de Jose de Maistre. **Revista A Ordem**, ano 1, nº 1, ago/1922.

LEME, S. Apelo. A Ordem, 11(5), 2-2, jan-jun/1931.

MANOEL, I.A A ação católica brasileira: notas para estudo. Acta Scientiarum 21(1), 1999.

MANOEL, Ivan, A. **D.Antônio de Macedo Costa e Rui Barbosa: a Igreja Católica na ordem republicana brasileira**. Pós-Histórica – Assis, vol.5, 1997.

NEGRÃO, Lísia Nogueira. *Sobre os messianismos e milenarismos brasileiros*. Revista USP. São Paulo ,n. 82, p. 37 ss, 2009

REDAÇÃO. Separatismo espiritual, A Ordem, 12(7), 82-87, jan-jun/1932.

REDAÇÃO. Dever político dos católicos, A Ordem, 12(7), 161-166, jan-jun/1932

SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (DES) continuidade e projeção. Uma reflexão (in) atual para a História? Projeto História, São Paulo, (24), jun.2002

VAZ, H. C. de Lima. Leonel Franca e a Cultura Católica no Brasil. **Síntese**, vol.25, nº 82, Julho-Setembro, 1988

## Fontes

A Confederação Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 23.out.1929. APO183 Arquivo Washington Luís. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Aos gloriosos chefes da revolução redentora do Brasil. Comitê político de operários católicos. **Ofícios**, Rio de Janeiro, 02.jan. 1931, est. 112, prat. 02, vol.09, AHI-RJ

ACCIOLY, H. Ofício ao ministro Oswaldo Aranha. Roma, 12.nov.1940. Estante 124, prateleira 01, volume 15, AHI-RJ

AMADO, Jorge. Carta a Sobral Pinto. Rio de Janeiro, 10. Out. 1942. Pasta 323, arquivo 4, gaveta 3. CAALL – Petrópolis-RJ

AMARAL, Luiz Gurgel do. (embaixador interino) Ofício ao Ministério das Relações Exteriores. Cidade do Vaticano, 14. Out. 1931, Est. 17, Prat. 3, vol. 1 – A.H.I-RJ.

ARAGÃO Benjamin. Carta a Dom João Becker. Porto Alegre, 1º. Jul.1933, PT 108, ACMRJ

ARAGÃO, B. Carta a Dom João Becker. 3. Jul.1933, PT 108, ACMRJ

AZEREDO, C. M. de Telegrama ao Cardeal Leme. Roma, 19. Nov. 1930(?) 74, 01, 002-nº21. Manuscritos, Fundação Biblioteca Nacional

AZEREDO, C. M. de **Ofícios** ao Ministro das Relações Exteriores Afrânio de Mello Franco. Roma, 28.fev.1931. Est. 17, prat.3, vol. 1, Arquivo histórico do Itamaraty-RJ

AZEREDO, C. M. de Ofício ao Ministério das Relações Exteriores, Cidade do Vaticano, 12. Julho. 1931. Est. 17, Prat 3, vol 1 - A.H.I-RJ.

AZEREDO, C. M. de. **Ofício** ao Ministro Afrânio de Mello Franco. Roma, 26.ago.1931. estante 17, prat. 03, vol. 01, AHI-RJ

BECKER, João. Carta confidencial e reservada ao cardeal S. Leme. Porto Alegre, 6. Jun.1933, PT 108, p.4, ACMRJ

BECKER, João. Carta confidencial e reservada ao cardeal S. Leme. Porto Alegre, 6. Jun.1933, PT 108, p.4, ACMRJ

BECKER, João. Carta confidencial e reservada ao cardeal S. Leme. Porto Alegre, 6. Jun.1933, PT 108, p.4, ACMRJ

BECKER, João. Carta confidencial e reservada ao cardeal S. Leme. Porto

Alegre, 6. Jun.1933, PT 108, ACMRJ

BECKER, João. Carta reservada e confidencial ao cardeal Leme. Porto Alegre, 27.fev.1933, p. 1 PT 108, ACMRJ.

BECKER, João. Carta reservada e confidencial ao cardeal Leme. Porto Alegre, 27.fev.1933, p. 1 PT 108, ACMRJ

Carta anônima ao General Góes Monteiro. S/d, S/L. Caixa de Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Bloco 8, doc 39. Arquivo Histórico do Exército-RJ.

**Carta** da Secretaria das Relações Exteriores à nunciatura. Rio de Janeiro, 15.jun.1931,est.87, prat. 03, vol. 02, AHI-RJ

Coligação Católica Brasileira (Folheto). Ofícios. Roma set. 1933, Estante 17, prateleira 3, volume 2. Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ

Comitê Pró-Bronze a Getúlio Vargas. Ofícios, Rio de Janeiro, 17.jun.1935, est. 112, prat. 02, vol. 09, AHI-RJ

**Congresso Eucarístico do Centenário da Independência 1822-1922.** Rio de Janeiro: Typographia. Desembargador Lima Drummond, 1922. Fundo Coleção Monsenhor Jamil Nassif Abib, f/06082, Arquivo Edgard Leuenroth; Campinas, Unicamp.

DOCUMENTO endereçado ao chefe do Governo Provisório (Getúlio Vargas), s/l, s/d. PT 216, ACMRJ

EMBAIXADA do Brasil em Roma. Ofício à Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Roma, 29.abr.1938, Lata 637, maço 9746, AHI-RJ.

ESTATUTOS da União Católica dos Militares. SGMG. Imprensa Militar. Rio de Janeiro, 1947. JT-121, Cpdoc-F.G.V-RJ.

Faculdades Católicas. **Mensagem de gratidão a Vargas.** Rio de Janeiro, nov.1943, GV 05(10) homM1G1, acervo Vargas, AHMR-RJ (imagem em anexo)

FIORE, H.; PIRES, N.;ROCHA,E.. Carta a Dom João Becker. Porto Alegre, 29.

Abr.1933, PT 108, ACRMJ

GUIMARÃES, Luis (embaixador no Vaticano) Ofício ao Ministro das Relações Exteriores, José Calos de Macedo Soares. Roma, 18. Fev. 1935. Estante 17, prateleira 3, volume 3, Arquivo Histórico do Itamarati-RJ.

GUIMARÃES, Luis Benção do papa à Sra. Vargas. 18. Abr.1937. Estante 18, prateleira 1, vol.6 A.H.I.R.J.

GUIMARÃES, Luis Telegrama reservado comunicando bênção de Pio XI à senhorita Vargas Roma, 11. Maio. 1935. Estante 18, prat. 1, vol. 6. A.H.I.I-RJ.

GUIMARÃES, Luiz (embaixador na S. Sé) oficial confidencial ao Ministério das Relações Exteriores. Cidade do Vaticano, 16. Ago. 1937. Estante 18, Prateleira 1, volume 06. Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ.

[http://www.vatican.va/holy\\_father/Leo\\_xiii/encyclicals/documents](http://www.vatican.va/holy_father/Leo_xiii/encyclicals/documents). Acesso em 19/02/2014.

LEÃO XIII. **Graves de Communi**, 7

LEME, S. Ação Católica, 2ªed. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1935. P.10-21

**LEME**, S. Carta a Afrânio de Mello Franco, ministro das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 12. Nov. 1930, 70, 04, 001 – nº 55. Manuscritos, Fundação Biblioteca Nacional-RJ

LEME, S. Carta a Carlos M. de Azevedo. Itaipava (RJ), 18.jan.1929. Caixa 38A. A.H.I-RJ.

LEME, S. Carta a Carlos M. de Azevedo. Rio de Janeiro, 2.ago.1928. Caixa 38ª. Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ.

LEME, S. Carta a Carlos M. de Azevedo. Rio de Janeiro, 2.ago.1928. Caixa 38ª. Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ.

LEME, S. **Carta a Carlos Magalhães de Azevedo**. Itaipava-RJ, 18. Jan. 1929, Caixa 38ª. Arquivo História do Itamaraty-RJ.



LEME, S. Carta a Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 02. Maio. 1982. GVC 1932.05.02/1. Cpdoc-F.G.V-RJ. (repetida citação 118 no rascunho pag. 41)

LEME, S. **Carta ao embaixador Carlos M. de Azevedo**. Rio de Janeiro, 3. Nov. 1930. Caixa 38A. Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ

LEME, S. **Carta Pastoral saudando os seus diocesanos**. Petrópolis: Tipografia Vozes, 1916, p.15.

LEME, S. **Carta Pastoral saudando os seus diocesanos**. Petrópolis: Tipografia Vozes, 1916, p.6-7.

LEME, S. **Carta reservada ao Exmo. e Revma Sr. Duarte Leopoldo e Silva**. Rio de Janeiro, 18. de 08. 1925. Arquivo Particular de Monsenhor Jamil Nassif Abib. Rio Claro-SP.

LEME, Sebastião, op. cit. Ver principalmente a parte da arregimentação dos homens e moços a partir da página 86. Uma nota de página (89) indica número de sócios das Ligas Católicas que passava de 19 mil apenas no Rio de Janeiro. Pesquisa feita no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro não me permitiu constatar tais números por carência de material deste período. Grande parte do curso do ACMRJ está no Seminário São José, mas sem acesso para pesquisa

LEME, Sebastião. *Carta ao embaixador no vaticano. Carlos Magalhães de Azeredo*. Rio de Janeiro, 3/ nov /1930, caixa 38 a, Arquivo Histórico do Itamaraty- RJ

LEME, Sebastião. **Carta Pastoral de D. Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, saudando a sua Arquidiocese**. Petrópolis: Vozes, 1916. Essa Carta Pastoral foi uma análise provocativa da situação em que se encontrava a Igreja Católica no Brasil. Nela, D. Leme convocava a todos os católicos e principalmente o clero para reaver seu lugar no cenário nacional, qual seja: ser o centro aglutinador e significativo do Brasil, o maior país católico do mundo, segundo ele, ou seja, restaurar a ordem católica, com a Igreja instituindo-se como braço sustentador de um Estado cristão de fato.

LEME, Sebastião. Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, arcebispo Metropolitano de Olinda saudando os seus diocesanos. Petrópolis: Typ. Vozes, 1916.

LEME, Sebastião. Carta reservada aos Srs bispos e arcebispos. Rio de Janeiro, 23.abr.1932, PT 216, ACMRJ

LEME, Sebastião. Carta reservada aos Srs bispos e arcebispos. Rio de Janeiro, 23.abr.1932, PT 216, ACMRJ

Lima, Alceu A. **Carta confidencial a Oswaldo Aranha**. A união cívica nacional e as reivindicações católicas. Rio de Janeiro: 22/abril/1933. Pasta 28 Oswaldo Aranha, arquivo 1, gaveta 3, p.2 Arquivo do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, Petrópolis-RJ.

MASELLA, A. Correspondências recebidas. Rio de Janeiro, 21.set.1934. Estante 87, prat. 03, vol. 01, AHI-RJ

MEMORANDO para o Secretário Geral. Rio de Janeiro, 23.out.1942, lata 1771, maço 35719, AHI-RJ)

MEMORIAL ao Presidente da República sobre o Mosteiro de São Bento. CLERO, cartas expedidas. Estante 112, Prateleira 3, Volume 12. Rio de Janeiro, 2. Abr. 1938. Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ.

Mensagem de agradecimento dos educadores católicos a Vargas. Rio de Janeiro, 05.ago.1951, GV05(14) hom M1G1, AHMR-RJ,imagem no anexo)

MÜLLER, Filinto Strubbling. Nota reservada sobre palestra com Monsenhor Dainese, Rio de Janeiro, 26. Nov. 1938, p.2. GVc 1938.11.26, cpdoc – FGV-RJ.

MÜLLER, Filinto Strubbling. Nota reservada sobre palestra com Monsenhor Dainese, Rio de Janeiro, 26. Nov. 1938, p.3. GVc 1938.11.26, cpdoc – FGV-RJ

MÜLLER, Filinto Strubbling. Nota reservada sobre palestra com Monsenhor Dainese, Rio de Janeiro, 26. Nov. 1938, p.4. GVc 1938.11.26, cpdoc – FGV-RJ

MÜLLER, Filinto Strubbling. Nota reservada sobre palestra com Monsenhor Dainese, Rio de Janeiro, 26. Nov. 1938, p.1-2. GVc 1938.11.26, cpdoc – FGV-RJ.

MÜLLER, Filinto Strubbling. Nota reservada sobre palestra com Monsenhor

Dainese, Rio de Janeiro, 26. Nov. 1938, p.2. GVc 1938.11.26, cpdoc – FGV-RJ.

MÜLLER, Filinto Strubbling. Nota reservada sobre palestra com Monsenhor Dainese, Rio de Janeiro, 26. Nov. 1938, p.2. GVc 1938.11.26, cpdoc – FGV-RJ

MÜLLER, Filinto Strubbling. Nota reservada sobre palestra com Monsenhor Dainese, Rio de Janeiro, 26. Nov. 1938, p.1. GVc 1938.11.26, cpdoc – FGV-RJ

NOVAIS Filho. Carta a Agamenon Magalhães. Rio de Janeiro, 29. Jun. 1940, AGMc 1940.06.29. Cpdoc – FGV-RJ.

Ouro Preto, C. C. de Ofício ao Ministro das Relações Exteriores José Carlos de Macedo Soares. Roma, 22. Ago.1934. Lata 463, maço 7022. AHII-RJ.

PINTO, Carta a Corção, Rio de Janeiro, 28.jan. 1972, p.1-2

PINTO, Carta a Corção, Rio de Janeiro, 28.jan. 1972, p.3

PINTO, Carta a Corção, Rio de Janeiro, 28.jan. 1972, p.3

PINTO, H. F. Sobral Carta a Alceu A. Lima. Rio de Janeiro, 9.out.1930. Pasta 322, arquivo 4, gaveta 3. Arquivo do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade. Petrópolis.

PINTO, H. F. Sobral. Carta a Alceu A. Lima. Rio de Janeiro, 03.nov.1934, p.4-5, Pasta 322, arq. 4, gav. 3, CAALL-Petrópolis

PINTO, H. F. Sobral. Carta a Alceu A. Lima. Rio de Janeiro, 15.abr.1931. Pasta 322, arquivo 4, gav 3, CAALL – Petrópolis

PINTO, H. F. Sobral. **Carta a Alceu A. Lima.** Rio de Janeiro, 2. Abr. 1932. Pasta 322, arquivo 4, gaveta 3. CAALL – Petrópolis-RJ.

PINTO, H. F. Sobral. **Carta a Alceu A. Lima.** Rio de Janeiro, 25. Mar. 1938. Pasta 323, arquivo 4, gaveta 3. CAALL – Petrópolis-RJ.

PINTO, H. F. Sobral. **Carta a Alceu A. Lima.** Rio de Janeiro, 4. Julho. 1938.

Pasta 323, arquivo 4, gaveta 3. CAALL – Petrópolis-RJ.

PINTO, H. F. Sobral. **Carta a Alceu A. Lima**. Rio de Janeiro, 7. Fev. 1931.  
Pasta 322, arquivo 4, gaveta 3. CAALL – Petrópolis-RJ.

PINTO, H. F. Sobral. **Carta a Alceu A. Lima**. Rio de Janeiro, 8. Maio. 1934.  
Pasta 322, arquivo 4, gaveta 3. CAALL – Petrópolis-RJ.

PINTO, H. F. Sobral. **Carta a Alceu A. Lima**. Rio de Janeiro, 9. Julho. 1938.  
Pasta 323, arquivo 4, gaveta 3. CAALL – Petrópolis-RJ.

PINTO, H. F. Sobral. Carta a Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, 16.  
Maio.1933, PT 216, ACMRJ

PINTO, H. F. Sobral. **Carta a Gustavo Corção**. Rio de Janeiro, 28.jan.1972,  
s/localização, seção manuscritos Col. Gustavo Corção, Fundação Biblioteca  
Nacional

PINTO, H. F. Sobral. Carta a Joel Silveira. Rio de Janeiro, 16.jan.1943, pasta  
323, arquivo 4, gaveta 3, CAALL-Petrópolis, RJ

PINTO, H. F. Sobral. Carta ao cardeal Leme. Rio de Janeiro, 09.maio.1931,  
Pasta 322, arq. 4, gav. 3, CAALL-Petrópolis

PINTO, H. F. Sobral. Carta ao cardeal Leme. Rio de Janeiro, 26.nov.1937,CO  
17, ACMRJ

PINTO, H. F. Sobral. Carta ao cardeal Leme. Rio de Janeiro, 26.nov.1937,CO  
17, ACMRJ

PINTO, H. F. Sobral. Carta ao cardeal Leme. Rio de Janeiro, 26.nov.1937,CO  
17, ACMRJ

PINTO, H. F. Sobral. Carta ao cardeal Leme. Rio de Janeiro, 26.nov.1937,CO  
17, ACMRJ

PINTO, H. F. Sobral. Carta ao cardeal Leme. Rio de Janeiro, 26.nov.1937,CO  
17, ACMRJ

PINTO, H. F. Sobral. Carta ao cardeal Leme. Rio de Janeiro, 26.nov.1937,CO 17, ACMRJ

PINTO, H. F. Sobral. Carta ao cardeal Leme. Rio de Janeiro, s/d .Anexo: "Organização Eleitoral Católica", PT 216, ACMRJ.

PINTO, H. F. Sobral. Carta ao cardeal Leme. Rio de Janeiro, s/d, PT 216, ACMRJ

PINTO, H. F. Sobral. **Carta sem destinatário (Alceu?)**. Rio de Janeiro, 7. Julho. 1938. Pasta 323, arquivo 4, gaveta 3. CAALL – Petrópolis-RJ.

PINTO, H.F Sobral. *Carta ao cardeal S. Leme*. Rio de Janeiro, 01/ dez/ 1937, CO 17, Correspondências, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – RJ

PINTO, H.F. Sobral **Correspondência a Alceu A. Lima**. Rio de Janeiro, 12.11.1934. Pasta 322, arquivo 4, gaveta 3, Petrópolis, Centro Alceu Amoroso Lima para a liberdade (doravante, CAALL)

PINTO, H.F. Sobral. **Carta a Alceu A. Lima**. Rio de Janeiro, 21. Set. 1934. Pasta 322, arquivo 4, gaveta 3, Centro Alceu Amoroso Lima para a liberdade, Petrópolis-RJ

PINTO, H.F. Sobral. Carta confidencial a Alceu A. Lima. Rio de Janeiro, 30.jul.1935, Pasta 322, arq.4, gav. 3, CAALL, Petrópolis

PINTO,H. F. Sobral. Carta a Alceu A. Lima. Rio de Janeiro, 21.set.1934, pasta 322, arq. 4, gav 3, CAALL, Petrópolis

PINTO,H. F. Sobral. Carta a Alceu A. Lima. Rio de Janeiro, 21.set.1934, pasta 322, arq. 4, gav 3, CAALL, Petrópolis, p.6.

PIO XI (papa) *Quadragesimo Anno* (1931) São Paulo: Ed. Paulinas, 2004, p. 63

PIO XI *Benção Apostólica ao Amável filho Getúlio Vargas*. Roma, 2. Abr. 1935. Estante 80, prateleira 5, volume 12. Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ.

PIO XI Benção Apostólica ao Amável filho Getúlio Vargas. Roma, 2. Abr. 1935. Estante 80, prateleira 5, volume 12. Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ.

Pio XI. **Quadragésimo Anno**, (1931). Petrópolis: Vozes, 1959; Leão XIII. *Rerum Novarum* (1891) Petrópolis: Vozes, 1950.

RECOMENDAÇÕES da Junta Nacional da LEC às Juntas Estaduais de todo o Brasil, Confidencial, s/l, s/d, PT 216, ACRMJ

Recomendações da Junta Nacional da LEC às Juntas Estaduais de todo o Brasil, Confidencial, s/l, s/d, PT 216, ACRMJ

SERRANO, J. **Correspondência a Fonseca (?)**, s/d, S/L. Fundo Jonathas Serrano, Caixa 10. Arquivo Nacional –RJ.

SERRANO, J. Correspondência a Fonseca (?), S/D, S/L. Fundo Jonathas Serrano, Caixa 10. Arquivo Nacional-RJ.

SOARES, J. C. de Macedo. Carta a Dom Duarte Leopoldo e Silva. São Paulo, 19.mar.1933, PT 216, ACRMJ

SOARES, J. C. de Macedo. Carta a Dom Duarte Leopoldo e Silva. São Paulo, 19.mar.1933, PT 216, ACRMJ

SOARES, J. C. de Macedo. Carta ao embaixador Hildebrando Accioly. Rio de Janeiro, 5/ set/1939, est 18, prat. 1, vol.2, Arquivo Histórico do Itamaraty- R.J.

SOARES, J. C. de Macedo. Carta confidencial a Alceu Amoroso Lima. São Paulo, 26.mar.1933, PT 216, ACRMJ

SOUZA, Joaquim Silvério de. Relatório da Conferência Episcopal. Rio de Janeiro, 11. Fev. 1931. (Documento manuscrito). PT 169, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

TELEGRAMA confidencial ao embaixador na Santa Sé, Rio de Janeiro, 06.ago.1937, Lata 1288, maço 29547, AHI-RJ

TELEGRAMAS, Cidade do Vaticano, 13/nov./1937, estante 18, prateleira 1, volume 06, Arquivo Histórico do Itamaraty- RJ

TELEGRAMAS. Audiência do santo padre à Sra Vargas, Cidade do Vaticano, 18/abr./1937, est.18,prat.1,vol.6, Arquivo Histórico do Itamaraty- RJ

VARGAS, G. Carta ao Cardeal S. Leme. Rio de Janeiro, 14. Nov. 1930. G.V.c 1930. 11. 14 cpdoc-FGV-RJ.

VARGAS, Getúlio. Discurso do Presidente da República G. Vargas no banquete oferecido ao cardeal Pacelli. Rio de Janeiro, 10. Out. 1934. Estante 76, prateleira 5, volume 16. Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ

### **Jornais e Periódicos**

**A Lanterna**, ano XI, nº 376,19.abr.1934, p.1, MF/1850, Arquivo Edgard Leuenroth

BEOZZO, José Oscar. Que Igreja católica encontrará o papa no Brasil? Boletim Rede de Cristãos, Petrópolis, n. 247, set. 2013

BOSI, Alfredo. **Rerum Novarum: Uma encíclica entre a reação e o progresso**. Folha de São Paulo, 11. Maio. 1991, p.6-2.

HÓSTIAS Amargas. As Quaresmais de Dom Leme. A LANTERNA. 22.02.1913, ano XII, nº 179, p.1-2. Fundo JNA – Arquivo Edgard Leuenroth. Campinas, UNICAMP.

INTEGRALISMO – manobra clerical! **A Lanterna**, São Paulo, 23. Mar. 1935, nº391, p.1, Fundo Edgard Leuenroth, MF/0383

LEME, Sebastião. *A memorável oração*. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 245, 14 out. 1931, p.3, seção periódicos, FBN-RJ

SANTOS, Felício dos. A Igreja e o Estado, **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 26.abr.1931, p. 5, ano 104, nº 99

Teremos a instrução de nossos jovens e a catequese de nossos índios nas

mãos de aventureiros alienígenas” A MANHÃ, Rio de Janeiro, 9. Julho. 1935, nº 64, ANO I, p.2.

Vida Católica. Jornal do Commercio, 25. Julho. 1931. Nº176, ano 104, p.11.

### **Locais de Pesquisa**

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ  
Arquivo do Museu da República-RJ

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Arquivo da Fundação Biblioteca Nacional – RJ

Arquivo Fundação Casa Rui Barbosa – RJ

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

CPDOC – Fundação Getúlio Vargas – RJ

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RJ

Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp, Campinas

Centro Dom Vital – RJ

Arquivo Histórico do Exército - RJ





foto 1



**FONTE:** CINTRA, S. Leme da Silveira. **Grupo na casa do cardeal S. Leme em Itaipava**, RJ. Sentados da esq. para a direita: Dom Leme, Matilde de Macedo Soares, José Carlos de Macedo Soares e um bispo ( sem identificação); em pé da esq. para a direita: monsenhor Antonio Paes Cintra ( primo do cardeal) e dois padres não identificados. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, RJ. IF 557, S/d, Itaipava, RJ.



**foto 2**

**FONTE:** SOARES, José Carlos de Macedo. ( **arquivo** ). O cardeal Leme entre Ministro Macedo Soares à esquerda e Pimentel Brandão, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores, por ocasião da visita de Dom Leme ao Itamaraty. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, RJ. Arquivo José Carlos de Macedo Soares, IP 701. Rio de Janeiro, 1934-1937.



Foto 3

**FONTE:** LEME, S. **Getúlio Vargas, Valdemar Falcão, Gustavo Capanema e outros durante solenidade.** VFFOTO018, Cpdoc-FGV, RJ, entre nov 1937 e 13 jun 1941, RJ.



**Foto 4**

**FONTE:** CINTRA, S. Leme da Silveira. **Velório no Palácio São Joaquim.** No centro, Presidente Getúlio Vargas; 2ª fila: monsenhor Virgílio Lapenda ( reitor Seminário Arquidiocesano); monsenhor Rosalvo Costa Rego ( Vigário-Geral da Arquidiocese do Rio de Janeiro); atrás, Dr. Geraldo Mascarenhas; à direita, padre J. Cabral. IP839, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, RJ. Rio de Janeiro, 18.set.1942.

Foto 5



Mensagem de agradecimento dos educadores católicos a Vargas. Rio de Janeiro, 05.ago.1951, GV05(14) hom M1G1, AHMR-RJ.

Foto 6



Faculdades Católicas. Mensagem de gratidão a Vargas. Rio de Janeiro, nov.1943, GV 05(10) homM1G1, acervo Vargas, AHMR-RJ